



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL

ANDRÉA MARIA BRUXELLAS LUCAS RODRIGUEZ

**O NEORURALISMO COMO MODO DE SER: CONSUMO VERDE,
SUBJETIVIDADE E (RE)EXISTÊNCIAS**

RIO DE JANEIRO

2022

ANDRÉA MARIA BRUXELLAS LUCAS RODRIGUEZ

O NEORRURALISMO COMO MODO DE SER: CONSUMO VERDE,
SUBJETIVIDADE E (RE)EXISTÊNCIAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Eicos de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia

Orientador: Prof. Dr. Frederico Augusto Tavares Junior

RIO DE JANEIRO

2022

ANDRÉA MARIA BRUXELLAS LUCAS RODRIGUEZ

**O NEORRURALISMO COMO MODO DE SER: CONSUMO VERDE,
SUBJETIVIDADE E (RE)EXISTÊNCIAS**

RIO DE JANEIRO

2022

CIP - Catalogação na Publicação

R696n Rodriguez, Andréa Maria Bruxellas Lucas
O neorruralismo como modo de ser: consumo verde,
subjetividade e (re) existências / Andréa Maria
Bruxellas Lucas Rodriguez. -- Rio de Janeiro, 2022.
152 f.

Orientador: Frederico Augusto Tavares Junior.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2022.

1. Neorruralismo. 2. Consumo verde. 3.
campeginato. 4. subjetividade. 5. Psicossociologia.
I. Tavares Junior, Frederico Augusto, orient. II.
Titulo.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Instituto de Psicologia

Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Ata de Defesa de Mestrado

Às 15:00 hs do dia **15/12/2022**, o(a) aluno(a) **ANDRÉA MARIA BRUXELLAS LUCAS RODRIGUEZ** (registro nº. 120008299), se submeteu à banca examinadora composta pelos Professores Doutores - membros efetivos: Frederico Augusto Tavares Júnior (orientador e presidente da banca), CPF nº 837.016.487-00, Mônica Machado Cardoso, CPF nº. 933.770.707-10, e Patricia Reinheimer, CPF 858.876.337-00; membros suplentes: Beatriz Akemi Takeiti, CPF nº 259.447.918-70 e Leopoldo Guilherme Pio, CPF nº 037.688.667-69. O trabalho do(a) aluno(a), intitulado **“O neorruralismo como modo de ser: consumo verde, subjetividades e (re)existências”** foi: (x) aprovado, devendo entregar a versão final encadernada no prazo de 60 dias; () aprovado condicionalmente, devendo apresentar os ajustes exigidos pela banca, no prazo máximo de 90 dias*; () reprovado. **APROVADO(A)**, o(a) aluno(a) faz jus ao título de **Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social** Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca e pelo(a) aluno(a).

Banca:

Orientador(a): *Prof. Dr. Frederico Augusto Tavares Júnior*

Prof. Dra. Mônica Machado Cardoso

Prof. Dra. Patricia Reinheimer

Aluno (a): *Andréa Maria Bruxellas Lucas Rodriguez*

Observações:

Atestado de cumprimento das exigências*

O(A) aluno(a) cumpriu as exigências e a partir desta data tem 60 dias para entregar a versão final encadernada.

DEDICATÓRIA

Depois de mais de dois anos envolvida nesse exercício de solidão necessário à reflexão acadêmica, me vejo agora pensando a quem dedicar não só esse trabalho, mas, também, a sensação de dever cumprido. Sem dúvida a maior beneficiada com essa imersão nos estudos fui eu mesma. Esse período de encontro com o meu mundo interior e com a visão de outros que um dia enfrentaram jornadas semelhantes, sem dúvida, foi extremamente enriquecedor. No entanto, agora, isolada no mesmo espaço em que passei a maior parte dos últimos dois anos, penso nos que não foram diretamente beneficiados e de quem muitas vezes senti estar roubando horas preciosas de convivência. Logo me vêm à cabeça o meu marido e nossas filhas. Foram eles que suportaram os momentos de fragilidade e mau humor dos quais não consegui escapar diante das agruras desse desafio.

Se cheguei até aqui foi porque ainda que sem compreenderem o porquê dessa minha decisão tardia de cursar o mestrado, encontrei neles o combustível emocional necessário para seguir adiante. Sinto que posso me considerar uma sortuda. Ainda mais depois de ouvir relatos recentes de casamentos desfeitos e de crises físicas e emocionais vividas durante o longo período de imersão acadêmica. Tenho absoluta consciência do privilégio que é cursar um mestrado quando a maior parte da população não tem condições sequer de concluir a graduação. Penso, agora, também, na pandemia que assolou o mundo durante esse período, na crise política dos últimos anos e em outros males que fizeram tantas vítimas, inclusive na UFRJ.

Portanto, dedico esse trabalho primeiramente a Deus, que me deu o fôlego de vida necessário para estar escrevendo essas linhas, a minha família, em especial ao meu marido Alberto e as nossas filhas Luíza, Isabela e Victoria, que são o sol da minha vida, e, também, aos meus irmãos de sangue e companheiros de jornada, Patrícia e Paulinho.

AGRADECIMENTO

Agradeço mais uma vez a Deus, que renova a cada dia a minha crença em mim mesma, nas pessoas e no futuro.

Aos meus pais, Leda e Paulo (*in memoriam*), que me deram a vida e me mostraram, cada um à sua maneira, que sem fé e determinação é impossível superar as adversidades.

Agradeço ao meu marido, que suportou a minha presença ausente durante esses dois anos, e as nossas filhas Luíza, Isabela e Victoria, também prejudicadas pela falta do ócio e do lazer em família. Obrigada por serem uma constante inspiração para mim.

Agradeço aos meus queridos irmãos que acompanharam os desafios dessa empreitada e, com palavras amigas, me transmitiram coragem.

Agradeço, também, aos tios, primos e cunhados que, mesmo sem saberem, me proporcionaram agradáveis momentos de convívio social nesse período de isolamento.

Agradeço ao meu orientador, Frederico Tavares, pelo estímulo a minha autonomia acadêmica e por me ensinar que, às vezes, o menos pode ser mais.

Aos professores Samira Lima da Costa, Monica Machado Cardoso, Beatriz Akemi Takeiti, Ricardo Lopes Correia, Marta de Araújo Pinheiro, *in memoriam*, e Patrícia Reinheimer pelas preciosas dicas e ensinamentos tão importantes para escrita dessa dissertação.

Aos amigos do Eicos, Patrícia Bevilaqua, Flavia Rocha, Carine Morrot, Giselle Torres e Jefferson da Costa que trilharam esse mesmo caminho antes de mim e gentilmente compartilharam experiências e conhecimentos.

À equipe da secretaria, em especial Ricardo e Carlos, que estiveram sempre à postos para desfazer os imbróglios burocráticos e apontar uma luz no fim do túnel.

À Capes pelo incentivo tão importante ao desenvolvimento dessa e de outras pesquisas, e à UFRJ, por cumprir com maestria o tripé ensino, pesquisa e extensão, ampliando o cabedal de conhecimento de milhares de jovens e de outros tantos nem tão jovens como eu, renovando, assim, a esperança em um projeto alternativo de sociedade pautado no diálogo e na educação emancipadora.

A todos que, citados ou não, se fizeram presentes nessa jornada, o meu muito obrigada de todo coração.

Não preciso saber a tua idade, nem onde mora ou com o que trabalha. Quero saber é da tua relação com as estrelas. O quanto de cura tem no teu sorriso e se há amor na tua fala. (Danilo Tomilhero)

RESUMO

RODRIGUEZ, Andréa Maria Bruxellas Lucas. **Neorruralismo como modo de ser: consumo verde, subjetividade e re(existências)**. Rio de Janeiro, 2022. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esse trabalho se propõe a pensar sobre o neorruralismo como um modo de ser que se desdobra na modernidade contemporânea fazendo emergir novas subjetividades dentro de um processo múltiplo a partir do contexto do capitalismo rizomático. Como mais uma das metamorfoses do campesinato, o neorruralismo se desenvolve de uma maneira cada vez mais conexonista estimulando a produção de fluxos nômades para depois capturá-los. O objetivo desse trabalho é investigar as relações entre consumo, subjetividade e modos de ser a partir das redes sociais de neorrurais. Trata-se de um estudo qualitativo em que a metodologia adotada foi a pesquisa exploratória e o estudo de caso a partir de postagens e podcasts do Projeto Cura, idealizado por um casal de novos rurais. Buscou-se entender a influência do meio digital na formação de modos de ser e subjetividades campesinas. Através do olhar da psicossociologia e com uma atenção especial voltada para a classe média, analisou-se a pluralidade dos desejos, das vivências e dos vínculos online estabelecidos por novos rurais que fizeram uma mudança intencional para o campo. Tendo como suporte teórico autores como Gilles Deleuze (1992), Felix Guattari (1987, 2012), Wanderley (2000), Giuliani (1990) e Carneiro (1997,1998), buscou-se trazer uma contribuição a respeito dos elementos de diversificação introduzidos na dinâmica do campo através da observação da influência das práticas digitais nas construções simbólicas e representações do espaço rural. Constatou-se que, a partir de um posição de privilégio, alguns neorrurais estão ressignificando antigas práticas rurais através de uma relação de dominação por meio do conhecimento e, ainda que de forma inconsciente, contribuem para sedimentar novas hierarquias e promover uma estilização do rural.

Palavras-chave: neorruralismo; consumo-verde; campesinato; subjetividade; psicossociologia

ABSTRACT

RODRIGUEZ, Andréa Maria Bruxellas Lucas. **Neorruralismo como modo de ser: consumo verde, subjetividade e re(existências)**. Rio de Janeiro, 2022. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This work reflects on the neo-ruralism as a way of being that unfolds in contemporary modernity, causing new identities to emerge within a complex process from the context of rhizomatic capitalism. As one of peasantry's metamorphoses, neo-ruralism develops in an increasingly interconnected way, stimulating the production of nomadic flows and then capturing them. The general objective of this research is to investigate the relationships between consumption, subjectivity and the ways of being that are part of the social networks of neo-rural people. This is a qualitative study that uses exploratory research and case study from posts and podcasts from the Cura project - idealized by a new rural couple – as its methodology. It seeks to grasp the influence of the digital environment in the construction of peasant ways of being and subjectivities. Through the perspective of psychosociology and with special attention to the middle class, the plurality of desires, experiences and online bonds established by new rural people who made an intentional move to the countryside are analyzed in this study. Based on authors such as Gilles Deleuze (1992), Felix Guattari (1987, 2012), Wanderley (2000), Giuliani (1990) and Carneiro (1997, 1998), it contributes to the scholarly discussion on the diversification elements introduced in the dynamics of the countryside life. This is enabled through the observation of the influence of digital practices on symbolic constructions and representations of rural space. It concludes that, from a privileged position, some neo-rural people are resignifying old rural practices through a relationship of domination enabled by knowledge and, even if unconsciously, contributing to the formation of new hierarchies and the promotion of a stylization of the rural.

Keywords: neoruralism; green consumption; peasantry; subjectivity; psychosociology

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Evolução da população por local de residência

Tabela 1: Brasil, população total e urbana

Gráfico 2: Porcentagem de estabelecimentos agropecuários por cor/raça do produtor

Gráfico 3: Agricultura familiar e não familiar

Gráfico 4: Utilização da internet por situação do domicílio

Gráfico 5: Utilização da Internet por faixa etária

Gráfico 6: Pessoas que utilizaram a internet (%) por Grandes Regiões

Tabela 2- Tipos de Estudo de Caso

Figura 1: Não acreditamos em monocultura

Figura 2: Cidades ou pessoas insustentáveis

Figura 3: É possível sair do sistema

Figura 4: Não somos neorrurais

Figura 5: Por que planejar uma transição para o campo no meio da pandemia

Figura 6: Tchau, *Instagram*

Figura 7: Como não virar uma bolha verde

Figura 8: Essa vida tá ruim mas não consigo ter outra

Figura 9: Nosso suor é muito, mas é nosso

Figura 10: Café com caneca de esmalte

Figura 11: Racismo na permacultura

Figura 12: Quem está no seu feed

LISTA DE SIGLAS

TAG - Transtorno de Ansiedade Generalizada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ABMRA - Associação Brasileira de Marketing Rural

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia,

CUT - Central Única dos trabalhadores

MST - Movimento dos sem Terra

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

SAFs - Sistemas agroflorestais

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
CAPÍTULO I – O NEORRURALISMO NO CONTRAFLUXO DO ÊXODO RURAL: A URBANIZAÇÃO COMO BASE PARA EXPANSÃO DO CAPITALISMO	31
1.1 UM OLHAR SOBRE O URBANO E O CAPITALISMO RIZOMÁTICO	31
1.2 A RESISTÊNCIA CAMPESINA E O CAPITALISMO GLOBAL	39
1.3 DA CRISE NA CIDADE À (RE) EXISTÊNCIA NO CAMPO	51
CAPÍTULO II- CONSUMO E RELAÇÕES SOCIAIS MEDIADAS PELO CAPITAL: UMA PROMESSA DE FELICIDADE	56
2.1 A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NA SOCIEDADE DE CONSUMO	56
2.2 O CONSUMO VERDE E O NEORRURALISMO COMO MODO DE SER	60
2.3 PRODUÇÃO DE IDENTIDADES PRÊT-À-PORTER NO CAMPO	63
CAPÍTULO III- DO CONTROLE AO CONEXIONISMO EM REDE: A INTERNET COMO PRODUTORA DE NOVOS MODOS DE VINCULAÇÃO NO CAMPO	69
3.1 A INTERNET E OS MODOS DE VINCULAÇÃO CAPITALÍSTICOS	69
3.2 REDES SOCIAIS COMO ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES	75
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DA PESQUISA	78
4.1 PERFIL DO PROJETO CURA	79
4.2 CLARICE E JOAQUIM: IDEALIZADORES DO PROJETO CURA	85
4.3 COLETA DE DADOS	88
4.4 UNIDADES DE ANÁLISE	90
4.5 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	93
4.6 ESTUDO DE CASO	94
CAPÍTULO V – ANÁLISES DE PESQUISA	97
5.1 UNIDADES TEMÁTICAS	98
5.1.1 DESCONFORTO NA CIDADE	98
5.1.2 ESTILIZAÇÃO DA RURALIDADE	115
5.1.3 CONSUMERISMO	130
5.1.4 ANÁLISE DE DISCUSSÕES	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	141

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pensar na ruralidade envolve um exercício de delimitação de fronteiras não tão fácil de ser feito no contexto contemporâneo na medida em que cidades e pequenos vilarejos são frequentemente classificados como urbanos, o que contribui para reforçar a tese de homogeneização do rural e do urbano ou de um continuum urbano já defendida por autores como Lefebvre (1972) no tocante a realidade europeia e Graciliano da Silva (1996) em relação à realidade brasileira. A intensificação da lógica capitalista em virtude da globalização, provocou intensas modificações tanto no território rural quanto no camponês. É dentro desse cenário dinâmico que surge o neorruralismo, um movimento de pessoas que deixaram as cidades para morar no campo: os neorrurais¹. Essa pesquisa pousa o olhar sobre a classe média e, mais especificamente sobre esse grupo, que é diverso e segue na contramão de um fluxo mais comum e intenso, o do êxodo rural (CARNEIRO, 1997).

Surgido na França no final dos anos 1960, o movimento do neorruralismo se iniciou de forma tímida no Brasil na década de 1970 e encontrou legitimidade na divulgação do pensamento ecológico nos anos 1990. O neorruralismo caracteriza-se como um movimento originado da livre escolha de pessoas que decidem não mais morar na cidade e trabalhar em profissões urbanas (GIULIANI, 1990). Embora não seja expressivo em termos numéricos tampouco tenha dimensões completamente conhecidas no Brasil, já é possível identificar em diferentes regiões do país a presença desses “novos-rurais”. Esse tipo de mobilidade residencial vem sendo estudada por pesquisadores de diferentes partes do mundo que concebem o neorruralismo ora como uma forma de protesto com relação a degradação das relações sociais nas cidades ora como uma forma de priorizar a qualidade do meio ambiente em vez do dinheiro.

Giuliani (1990), no entanto, aponta diferenças entre os “neorrurais” brasileiros e os franceses, principalmente no tocante ao modo de produção que, aqui, reproduziria uma racionalidade urbana na organização do trabalho. Para algumas pessoas, a pandemia do Covid-19 e a crise sanitária provocada pelo vírus desencadearam uma revisão nos estilos de vida, local de moradia e, principalmente,

¹ Os neorrurais são definidos por Joan Nogué (2012) em capítulo do livro *New Ruralism: An Epistemology of Transformed Sapece*, como pessoas que saem da cidade para o campo com um projeto de vida alternativo. Já Giuliani (1990) define neo-rural como sujeito de origem urbana que desenvolve algum tipo de atividade atrelada ao território rural.

uma nova relação com a natureza. Na esteira dessas mudanças, que incluíram a ampliação da presença da Internet nos domicílios, mas com diferenças significativas em relação aos novos rurais que têm sido alvo de pesquisas acadêmicas, o casal de interlocutores deste estudo de caso, Clarice e Joaquim, também saiu da cidade para buscar no campo um estilo de vida que, para eles, tem mais significado.

Assim, alguns neorrurais chegam ao ambiente rural trazendo questionamentos em relação a desigualdade social, a degradação ambiental e a lógica pós-industrial além de outras preocupações relacionadas ao cuidado com o corpo e a alimentação. Com a mudança, eles construíram novas identidades sociais e perspectivas diferentes acerca do campesinato. A questão acerca da subjetividade camponesa que é produzida em um universo heterogêneo, em que diversas categorias de identificação são possíveis, vai permear todo esse trabalho.

Os projetos individuais assim como as pessoas estão em constante mudança, e essas fragmentações ajudam a formar o tecido social. Entende-se nesse estudo a subjetividade como algo dinâmico e não essencialista que a partir da heterogênesse constitui um si mesmo sempre outro (ROLNIK, 1995).

Nesse sentido, o modo de vida campesino apresenta contribuições para os estudos de sociabilidades não campesinas na medida em que traz respostas criativas para os desafios contemporâneos. Buscando encontrar na agricultura familiar parâmetros diferentes dos que regem a economia capitalista, alguns novos rurais² tentam aprender ou retomar a relação genuína com a terra, que é a marca do campesinato e, a partir dessa experiência, adotar um novo estilo de vida campesino (WANDERLEY, 2000).

No entanto, esses neorrurais trazem marcas da vida pregressa nas metrópoles e, também, a influência do consumo que tem uma importância tanto prática quanto ideológica e, segundo Mary Douglas, desempenha um papel central como estruturador de valores que constroem identidades, regulam relações sociais e definem mapas culturais. O que significa dizer que o que as pessoas vestem, conduzem, comem ou fazem nas suas horas de lazer passa a ser medida de aceitação e definição do status social.

A própria destinação dos serviços e produtos oferecidos ao consumo já

² Tanto o termo novo rural quanto neorrural são usados frequentemente em pesquisas para definir os adeptos do neorruralismo. O termo Novo Rural foi criado por José Graziano da Silva, diretor-geral da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), e defende que o meio rural brasileiro ganhou novas funções e não se restringe mais a agropecuária ou agroindústria.

obedece a uma lógica classificatória que vai evidenciando diferenças e semelhanças entre objetos e seres humanos. Em última análise o consumo está diretamente ligado ao poder e a um sistema social que pode excluir pessoas que não tenham renda suficiente para fazer parte de determinada comunidade (TAVARES, 2020).

A partir dessa temática do consumo traz-se as questões da sustentabilidade como um mito inventado pelas corporações e da natureza vista como um objeto apartado da humanidade pronto pra ser consumido (KRENAK, 2019). O escritor e líder indígena Ailton Krenak defende que o ritmo predatório e a desconexão dos seres humanos com a Terra estão trazendo prejuízos irremediáveis para todas as espécies e para o planeta. O autor propõe novas formas de consumo da existência, temática bastante abordada pelos neorrurais e que, nesse trabalho, é associada aos conceitos da Sociedade do Consumo e do Controle para analisar os novos modos de ser camponeses na contemporaneidade.

O tipo de poder através do consumo exercido na “sociedade mundial do controle” (HARDT, 2000) acaba por desencadear estratégias de produção de “modos de ser” que, de forma fluida, se adequam a todos os espaços sociais; urbanos e rurais.

O controle do tempo, da memória e das subjetividades dos indivíduos são as principais características dessa sociedade do controle, que passa por um intenso processo de desterritorialização, de engajamento e de construções de linhas de fuga. Sendo assim, o “ser alguém” na Sociedade de Controle passa pela legitimação do olhar do outro, pelo reconhecimento desse poder que está ligado ao ter e é determinante na construção do sujeito moderno.

Estudos mostram que em diferentes tempos a humanidade sempre esteve sujeita a dominação seja de forma consciente, ou não. Os sujeitos, os objetos e os interesses envolvidos é que variaram ao longo dos séculos, isto é, os mecanismos de poder. Dos séculos XVIII até meados do XX, o poder era exercido de maneira central por instituições de confinamento como o próprio lar, escolas, prisões e hospitais que, segundo Michel Foucault (1987), representavam um modelo societal baseado na noção de Sociedade Disciplinar, que exigia corpos dóceis e adequados à produção (FOUCAULT, 1987).

Nesse contexto, Foucault demarcou muito bem em sua obra a passagem da sociedade de soberania, em que o monarca detinha o direito sobre a vida e a morte dos súditos, para a sociedade disciplinar. No livro “Nascimento da Biopolítica”,

publicado na França em 2004, o autor introduz o conceito de biopolítica que, embora relacionado aos séculos XVIII e XIX, com a função de “fazer viver e deixar morrer” através da luta de raças levando a uma fragmentação do corpo social, já apontava para o funcionamento da maquinaria na atualidade e para os processos de sujeição dos indivíduos na Sociedade do Controle (DELEUZE, 1992), em que as estratégias de poder operam de forma sutil e constante, sem a necessidade do confinamento, mas com uma alta demanda de produtividade virtual voltada para o consumo.

Ainda nessa discussão, nas palavras de Michel Foucault, "o homem, durante milênios permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão" (FOUCAULT, 1976, 2010a, p. 156). Dentro desse contexto e a partir de um modelo de Modernidade europeia que por meio da globalização se estende até os dias atuais, o camaronês Achille Mbembe introduz o conceito de Necropolítica (2018) que ajuda a analisar os processos atuais brasileiros e latino-americanos onde estão presentes elementos da colonialidade marcados pelo imbricamento das ordens democrática, da plantação e colonial que, durante muito tempo, estiveram misturadas.

Ademais, observa-se que na contemporaneidade, mais especificamente após a II Guerra Mundial, o poder passou a ser exercido através de diferentes meios, muitos deles ligados à comunicação eletrônica, que possibilitou uma relação direta entre as imagens e o funcionamento da polis. Para Deleuze (1992), as relações sociais passaram a surfar nessas modulações, isto é, a ser mediadas por elas, sempre baseadas em cifras ou em números de cartões e na moldagem dos sujeitos a partir dos meios de comunicação.

Outrossim, cabe destacar que a globalização e o desenvolvimento paulatino das novas tecnologias da informação e comunicação atrelaram cada vez mais o trabalho ao uso da internet e a volubilidade do mercado financeiro. Com isso, a tecnologia adquiriu uma importância tal que toda a economia global passou a ser impulsionada por computadores e pela internet, que contribuem de forma oblíqua e complexa para a produção de corpos e subjetividades no séc. XXI (LAZZARATO, 2006). Segundo Maurício Lazzarato (2006), busca-se neutralizar a potência da invenção inviabilizando qualquer possibilidade de singularização que não esteja sob a vigilância do capital. Essa modalidade de exercício do poder não se restringe à dimensão corporal. Ao contrário das sociedades disciplinares, a regulação passa a

ser feita através das modulações dos fluxos de desejo, das crenças, da memória, que o autor nomeia como noopolítica. Para Lazzarato, a noção de uma noopolítica torna-se essencial ao entendimento das formas de atração para ideologias e formação de subjetividades, pois “a noopolítica comanda e reorganiza as outras relações de poder, porque opera no nível mais desterritorializado” (LAZZARATO, 2006a, p. 87). Ela surge justamente a partir do desenvolvimento do mundo das informações e das relações de poder que estão imbricadas na noosfera comunicacional.

Ainda nessa discussão, a antropóloga Paula Sibília (2002) destaca que a nova configuração socioeconômica e política pode ser vista como totalitária, no sentido que nada, nunca, parece estar fora de controle. A vigilância, no entanto, costuma ser voluntária e desejada. É o surgimento de um novo regime de poder e saber, ligado ao capitalismo pós-industrial, que alguns denominam “imaterial”.

Indo ao encontro dessa discussão, Pelbart (2003) entende esse mundo conexcionista como inteiramente rizomático, não finalista e não identitário, favorecendo os hibridismos, a migração, as múltiplas interfaces e metamorfoses. Segundo o autor, o objetivo final do capitalismo permanece o mesmo, o lucro e, hodiernamente, o modo pelo qual ele tende a realizá-lo é prioritariamente através das redes. É através delas que se desenvolvem não apenas o capital econômico, mas também o capital social (capital de relações) e o capital de informação, todos apresentados através de projetos, sendo a própria vida uma sucessão desses projetos transitórios (PELBART, 2003). Esse tipo de ajuste a um mundo em rede modificou hábitos de consumo e comportamento na sociedade. Ainda nessa discussão, ao refletir sobre os paradoxos da ciência e da tecnologia, Bauman cita Georg Simmel: “o controle sobre a natureza que a tecnologia nos oferece é pago com nossa escravidão em relação a ela” (SIMMEL *apud* BAUMAN, 2010, p. 19).

Observa-se nessa conjuntura que, a medida em que os países industrializados detectaram o impacto negativo das suas tecnologias, as discussões sobre os riscos envolvidos na depredação do meio ambiente aumentaram e, com elas, a urgência na busca de um padrão de desenvolvimento mais equilibrado. Em meados dos anos 70 começaram a surgir demandas na sociedade ocidental em relação à emergência da questão ambiental e da preservação da natureza, que passa a ser vista como universal. Tais movimentos ganharam impulso chamando a atenção inclusive da ONU que, em 1972, organizou em Estocolmo, na Suécia, a

Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano³.

Outrossim, apesar dos homens de uma maneira geral manterem uma profunda relação com os seus objetos, inclusive aparelhos tecnológicos, que carregam projeções e significados sociais, a possibilidade de escassez dos estoques de recursos humanos (petróleo, carvão, gás natural, minérios, água e alimentos), o desencanto com o sistema capitalista e com a sociedade de consumo funcionaram como gatilho para o surgimento de novos estilos de vida e organização que trazem características de movimentos contra culturais dos anos 70 e 80, do movimento *hippie* e dos Kibutzim (Israel) (CARAVITA, 2012).

Todos esses movimentos questionavam ou ainda questionam os valores dominantes da sociedade pós-industrial, como a produção desenfreada, a desigualdade social e a degradação ambiental. Surgidos na esteira de mudanças de atitude do consumidor como o consumerismo, esses movimentos contraculturais incluem também o cuidado com o corpo e com a alimentação e se propõe a descobrir as prioridades de cada um e, a partir de um ideal de menor consumo de objetos, encontrar novos significados e, principalmente, mais tempo para o que consideram realmente importante. Esses movimentos abordam as quatro dimensões da sustentabilidade: social, ecológica, econômica e cultural (MUNIZ, 2010). Nessa mesma linha de pensamento cita-se a proposta ecosófica de Felix Guattari (1990) que norteará as análises dessa pesquisa e que visa a reconstrução da subjetividade humana a partir de novos valores e parâmetros não capitalísticos.

Ademais, segundo Fournier (1998), movimentos de resistência de consumidores estão ligados a uma insatisfação com o modelo dominante, que não opera de forma igualitária na medida em que algumas pessoas ficam à margem do sistema. Na era do capitalismo global, essa rebelião pode se dar tanto através do boicote a uma determinada marca, a minimização do consumo ou mesmo através da tentativa de sair do sistema.

Um outro discurso que costuma acompanhar esse de saída do sistema é o da retomada de um contato genuíno com a terra. No entanto, para Léfèbvre (1967), de posse da racionalidade, os homens, segundo as teorias que regem a economia, tomariam decisões financeiras baseadas na razão e no receio da falta de dinheiro, com foco no seu próprio bem-estar, no autossustento e na acumulação de riquezas.

³

Disponível em:
<https://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/pdf/conferencia-de-estocolmo-um-marco-na-questao-ambiental.pdf>

Os elementos econômicos (o mercado, o dinheiro, o capital etc.) assumem, segundo o autor, um sentido “autorregulador” e passam a organizar as relações sociais e cotidianas em função de seu próprio movimento.

Sendo assim, numa economia em que a mudança é a única constante; ter, ganhar e acumular perdem parte do significado. O que conta não é tanto a posse dos bens, mas a capacidade de acesso ao uso desses objetos. Em vez de comprar um produto específico, o cliente adquire o direito de usar um bem sempre atualizado, pagando para isso uma mensalidade e se inserindo nessa sociedade do consumo em que os indivíduos se submetem ao controle para fazer parte. Tavares sintetiza essas modulações vivenciadas pelo sujeito (TAVARES, 2004): “Um indivíduo que vive no coletivo e busca se representar, que se metamorfoseia, se dobra, desdobra e redobra; se ondula, se desterritorializando no espaço liso de uma sociedade pós-moderna” (TAVARES, 2004, p. 133).

No caso específico dessa pesquisa, o bem ambicionado é a proximidade com a natureza e a análise se estabelece a partir da relação sociedade-natureza dentro do contexto de uma “sociedade urbana” (LEFEBVRE, 1970), que passa a ser explicada dentro de um contexto de predomínio do espaço sobre o tempo e por relações sociais mediadas por referenciais como o da mercadoria e do seu mundo.

Cabe ressaltar que essa pesquisa foi elaborada durante o período pandêmico e parte da urgência do debate sobre sustentabilidade no planeta na contemporaneidade e, igualmente, da premissa de que mudanças pessoais podem gerar transformações em toda sociedade, inclusive no meio rural.

Assim, destaca-se os aspectos que circundam os novos rurais Clarice e Joaquim, que desenvolvem o projeto denominado Cura, na zona rural de Boquira, no centro-sul da Bahia, vez que prestam serviços de consultoria voltados a pessoas que sonham em ter um contato mais próximo com a natureza e em escapar das armadilhas do consumo e do poder, para eles, mais associados à vida citadina. A partir da literatura recente, no entanto, cada vez menos o meio rural e as cidades são vistos em oposição, mas sim, como “modos particulares de utilização do espaço e de vida social” (KAYSER, 1990, p.13).

Como outros neorrurais, Clarice e Joaquim usam as redes sociais para falar das transformações pessoais obtidas a partir do contato mais próximo com a

natureza e, portanto, tornam-se interessantes como objeto de pesquisa no sentido de se compreender como esses processos sociais e subjetividades estão sendo desenvolvidos.

Entretanto, esse estudo não se aterá a escolha dos interlocutores de forma isolada, mas sim aos discursos gerados a partir de um contexto mais amplo, que envolve a articulação de inúmeras forças e agenciamentos presentes dentro de uma configuração complexa chamada por Guatarri (1987) de Capitalismo Mundial Integrado que, devido a sua fluidez e característica rizomática, não se restringe a espaços fechados ou a outras limitações físicas, geográficas ou linguísticas. Entendendo-se que industrialização, urbanização e capitalismo fazem parte de um processo interligado que subverteu as relações sociais.

A constatação de que os indivíduos adquirem, contemporaneamente, uma mobilidade de identidade que lhes permite transitar entre domínios e papéis, num processo de constante metamorfose, relativiza o peso de racionalidades específicas em trajetórias e contextos localizados (VELHO, 1973, p4). Isso não significa que não atuem sobre as biografias individuais e sobre subculturas ou estilos de vida delimitados poderosas forças históricas e sociais que estabelecem tendências, direções e limites (VELHO, 1995, p.230).

Embora durante a pesquisa bibliográfica tenha sido necessária uma imersão inicial na forma como se deu esse processo de uma forma global, incluindo aí uma compreensão sobre como essa realidade se deu em países da Europa e nos Estados Unidos, interessa a esse estudo as particularidades da história da sociedade brasileira que, até as primeiras décadas do século XX, tinha a sua estrutura calcada em raízes rurais (WANDERLEY, 2009).

O objetivo geral dessa pesquisa é investigar o conteúdo das redes sociais do projeto Cura, no sentido de compreender os aspectos subjetivos concernentes à constituição da subjetividade desses “neorrurais” a partir da mudança para o campo. Sendo assim, esse estudo também busca entender se as iniciativas digitais adotadas por esses novos rurais promovem “modos de ser” influenciados pelo estilo de vida urbano e os impactos verificados na sociabilidade campesina.

Dentro da concepção da pluriatividade cada vez mais presente no campo, os neorrurais usam as redes sociais como ferramentas de trabalho e trazem uma nova concepção do rural na contemporaneidade. Ao se dedicarem ao trabalho de

consultoria e de ajudar pessoas a fazerem uma transição sustentável do ponto de vista econômico e social para o meio rural, há uma possibilidade de estarem construindo um novo modo de ser campesino partindo-se das bases da psicossociologia que considera o sujeito duplamente constituído, psíquica e socialmente. Nesse sentido surgem questionamentos como:

- a) Que identidades estão sendo produzidas a partir das postagens do projeto Cura?
- b) De que forma os discursos utilizados no perfil do projeto Cura no *Instagram* podem engendrar novos modos de ser com aderência à Sociedade do Consumo?
- c) Em que medida o modo de ser neorrural afeta o estilo de vida campesino?

A justificativa para essa pesquisa é que o espaço rural tem se mostrado ao longo da história como um meio extremamente dinâmico e sujeito a adaptações de acordo com o contexto social e histórico. No entanto, embora sujeito à influência do processo de trabalho capitalista, o camponês conseguiu resguardar ao longo dos anos algumas características próprias em relação ao seu modo de vida, sobre as quais Margarida Maria Moura tece os seguintes comentários:

(...) o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal. Teve suas formas de produção e organização de vida redefinidas e, em larga medida, postas a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem de reprodução do capital (MOURA, 1986, p. 18-19).

É justamente diante desse processo adaptativo da classe camponesa que essa pesquisa se justifica no sentido de lançar luzes sobre os elementos de diversificação introduzidos na dinâmica do campo a partir da chegada dos neorrurais e das ações e práticas adotadas por eles através do uso sistemático das redes sociais de comunicação. Os interlocutores dessa pesquisa se inserem dentro do contexto da pluriatividade do campo, visto na contemporaneidade como espaço multifuncional não mais restrito apenas à atividade agrícola, concepção já descrita em estudos anteriores (CARNEIRO, 1998; SCHNEIDER, 2003, GRAZIANO, 1999).

A relevância desse estudo se dá por meio da contribuição social advinda da compreensão dos fatores que influenciam a ocorrência de fenômenos como o do movimento de pessoas de um determinado espaço geográfico para outro. A mudança para o ambiente rural, ou mesmo a busca por um modo de vida mais sustentável, acarreta novas relações sociais e de consumo pautadas por uma lógica social e econômica diferente. As diferenças se fazem sentir na maneira como os camponeses lidam com o trabalho e com o produto desse (CARNEIRO, 1997). Ademais, a relevância desse estudo também se dá no sentido de compreender a importância da tecnologia para produção de novos modos de ser rurais.

O objeto desse estudo está integrado na linha de pesquisa *Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade* que tem em seu cerne uma preocupação com os dilemas contemporâneos relacionados a responsabilidade com a natureza e com os efeitos negativos trazidos pela ideia de progresso que, através da técnica, transformam a natureza em recurso para obtenção de riquezas. Dessa forma, a pesquisa dialoga com o estudo relativo a “produtilização” da natureza (TAVARES, 2016) e com os conceitos de novos modos de ser e “identidades prêt-a-porter” (SIBILIA, 2002). Cabe destacar, outrossim, que a pesquisa encontra afinidade com a linha 1 de pesquisa do Programa Eicos, que também desenvolve trabalhos em áreas associadas ao meio ambiente e ao consumo verde dentro do contexto do Capitalismo Rizomático (PELBART, 2003), ampliando, assim, a compreensão das novas configurações do rural na contemporaneidade.

Com um enfoque voltado para as dinâmicas socioambientais e comunicativas das comunidades, esse estudo pretende interpretar as subjetividades envolvidas na leitura da natureza por esses neorrurais a partir dos discursos produzidos por eles no ambiente digital.

Outrossim, o tema do estudo se insere no campo da psicossociologia uma vez que as subjetividades campesinas se constroem a partir de identificações, da socialização e da aprendizagem social já que “o social não atua simplesmente sobre o comportamento individual, mas faz parte dele, se inscreve no corpo, no psiquismo mais profundo, na representação que o indivíduo faz de si mesmo e dos outros, nas relações que ele mantém com o mundo que lhe é exterior (NASCIUTTI, 1996, p. 53)”.

A tecnologia está cada vez mais presente no campo e tem sido uma aliada do para aprimorar os processos produtivos. No entanto, considerando o campo

interdisciplinar da psicossociologia, o enfoque desse estudo está centrado na forma como ela tem contribuído para produção de novos tipos de comportamento e relações no espaço rural.

Por fim, frisa-se que as investigações desse estudo foram coordenadas pelo professor Frederico Tavares Junior e estão inseridas dentro de outras promovidas pelo grupo Psycoon (Processos Comunicativos Psicossociais de Consumo e Comunicação), que utiliza a psicossociologia para compreender os processos de subjetivação e metamorfose dos indivíduos na atual sociedade, analisando-os a partir do enfoque sobre o consumo (TAVARES, 2004).

Levando-se em conta a importância do rural na contemporaneidade devido à crescente preocupação mundial com a sustentabilidade do planeta, cabe ressaltar que esse estudo promoverá uma análise das postagens feitas nos perfis do projeto Cura no Instagram durante o ano de 2021 e nos podcasts produzidos até dezembro do mesmo ano. Como a pandemia dificultou o trabalho presencial de campo, para obtenção das referências preliminares relacionadas às temáticas do estudo, optou-se por investigar os múltiplos significados e experiências vividas a partir dos usos desses espaços digitais.

A construção da metodologia deste estudo de abordagem qualitativa partiu da articulação entre pesquisa exploratória sob o ponto de vista de seu objetivo e do tipo bibliográfica e documental, relacionando-as à temática urbano-rural na produção acadêmica. Inicialmente houve uma imersão na bibliografia específica sobre o tema do campesinato e um contato com participantes em potencial da pesquisa. Ao final desse processo, foi possível uma melhor definição do objeto desse estudo e da metodologia a ser utilizada, que se definiu como Estudo de Caso do projeto Cura a partir de 12 postagens feitas durante o ano de 2021 no perfil do *Instagram* e em 12 *podcasts* do projeto. A partir dessas análises, pretende-se ampliar a compreensão a respeito do impacto das interações digitais na produção de subjetividade e no estilo de vida campesino.

Sobre a escolha metodológica, optou-se pela perspectiva qualitativa que pressupõe que o pesquisador emita juízo de valor direcionando a investigação para os aspectos desconhecidos ou que não estão sob controle permitindo, assim, que a realidade seja interpretada e construída (STAKE, 1999). Sendo assim, espera-se compreender as relações sociais construídas através das postagens digitais evitando qualquer possível distorção na história já que a razão dialética “nos autoriza

a interpretar a objetividade de um fragmento da história social, na base da subjetividade presente de uma história individual” (FERRAROTTI, 1991, p. 172).

Quanto a opção pelo estudo de caso, ela está ligada à importância dada ao contexto (YIN, 2005) e a fenômenos sociais complexos, conforme definição do cientista social Robert Yin sobre o método de pesquisa;

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2005,p.32).

Lopes (2015, p. 70) destaca que é a partir do contexto histórico que o sujeito repensa, transforma e reinventa a própria história e sua relação com o mundo, como fizeram os protagonistas dessa dissertação construindo uma nova história no espaço rural.

Busca-se a partir das postagens, classificadas em unidades temáticas em associação ao paradigma ecosófico de Guattari (2012) e correlacionadas com as falas dos *podcasts*, verificar se os discursos construídos em torno do rural pelos idealizadores do projeto Fazenda Cura contribuem para produção de novas subjetividades camponesas. Entendendo a partir dos preceitos da psicossociologia que os sujeitos se constituem pela fala, através da qual constroem a própria existência (CHANLAT, 1996).

Assim, a partir da pesquisa exploratória, documental e bibliográfica, pretende-se apresentar um breve histórico do campesinato no Brasil assim como do uso das redes sociais para a partir dessa imersão inicial, buscar uma melhor compreensão a respeito dos vínculos sociais que estão sendo produzidos no campo através do impacto do uso das tecnologias de comunicação por neorrurais. Como chave para compreensão desse objetivo, serão utilizados os conceitos do Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI, 1987) remodelado em rizomático (PELBART, 2003) e da Sociedade do Controle (DELEUZE, 1992) que se articulam para produção de novos “modos de ser” (SIBILIA, 2003).

Pousa-se o olhar sobre os neorrurais de classe média e sobre os discursos que estão sendo construídos por eles em torno do rural e do campesinato. A partir das ferramentas oferecidas pelo digital, pretende-se compreender não só os efeitos positivos e negativos dos usos das redes por esses atores sociais como, também,

entender de que forma a tecnologia contribui para construção de um novo modo de ser campesino.

A partir da análise qualitativa do material postado no *Instagram* do projeto Cura, espera-se acompanhar a transição de vida dos personagens e as novas relações sociais e profissionais construídas após a mudança para o campo. A intenção é fazer uma reflexão sobre os processos de subjetivação produzidos a partir das redes.

Parte-se do pressuposto que o uso das redes é influenciado pelo contexto histórico, assim como pelas relações sociais travadas a partir do uso dessas tecnologias. Segundo Cazeloto (2008), a informática está relacionada a uma série de procedimentos, técnicas e valores que expressam uma racionalidade e um modo de inserção da tecnologia digital no social. Nesse sentido Cazeloto (2011), propõe que se evite o que ele chama de uma abordagem “crítica essencialista” às comunidades virtuais e redes sociais no sentido de não considerar ser possível a obtenção de vínculos “reais” a partir dos aparatos telemáticos. O autor defende que os modos de vinculação são historicamente construídos, o que permite uma compreensão das relações online a partir de uma determinada configuração social e contexto cultural. O conceito ajudará na observação dos usos que os neorrurais estão fazendo dessas tecnologias de comunicação e da importância delas para produção de subjetividades campesinas na contemporaneidade.

Para melhor efetividade do estudo, leva-se em consideração que os interlocutores da pesquisa partiram de um contexto urbano ocidental em que praticamente todos os hábitos do cotidiano são influenciados direta ou indiretamente por ambientes midiáticos. Nesse sentido, a análise se dará a partir da compreensão de que eles fizeram uma mudança intencional de estilo de vida, mas mantiveram alguns hábitos já adquiridos anteriormente, como a participação como sujeitos políticos no ambiente digital. Para antropóloga Veronica Barassi (2013), estudiosa das mídias alternativas, as tecnologias de mídia social se tornaram o mecanismo contemporâneo de ativismo político e, por isso, merecem ser estudadas em toda sua complexidade. Para tal, segundo a autora, é imprescindível levar em consideração a cultura das plataformas e da conectividade como fenômeno social da nossa era observando as suas práticas e construções de espaços em constante mutação.

Já a internet, segundo Braga (2008, p. 258), “alterou substancialmente a forma de interação do público com um meio de comunicação, possibilitando novos modos de lutar por velhas causas”. As interlocuções digitais serão fundamentais para compreensão do processo de transição desses neorrurais para o campo na medida em que através das redes eles fazem a divulgação do trabalho, buscam maneiras de se estabelecer financeiramente longe da cidade, encontrar voluntários e construir novos laços sociais. Assim como outros brasileiros, eles tiveram as condições de acesso melhoradas durante a pandemia, embora a Região Nordeste, onde são domiciliados, tenha o menor percentual de utilização da Internet no país (68,6%), segundo estudo realizado pelo IBGE (2019), que mostrou também a correlação entre fatores raciais e de classe no acesso à internet, que é menor entre pessoas negras das classes C, D e E.

A internet também foi utilizada para o recolhimento de dados adicionais objetivos e subjetivos para as análises. O estudo foi centrado nas falas dos podcasts do projeto Cura e nas postagens feitas no perfil oficial do projeto no *Instagram*, que tem pouco mais de 9 mil seguidores. Com mais de um bilhão de usuários ativos, o Brasil está em segundo lugar no ranking mundial de usuários do *Instagram*⁴,

A cultura da conectividade, que já era tão presente nas cidades, alterou significativamente a vida no campo. E a sociabilidade moldada pelas plataformas (VAN DIJCK, 2013) também influencia diretamente as pesquisas relacionadas aos novos rurais. Apesar de muitos ainda buscarem no campo valores típicos do velho mundo rural como relações sociais mais profundas, vínculos antigos e novos são mantidos através das redes que, até pouco tempo, eram mais associados à vida na cidade.

Horst e Miller (2012), defendem que a humanidade dentro do contexto digital é tão autêntica quanto a anterior, a pré-digital. Para os autores, o mundo digital não faz os humanos menos humanos. Essa abordagem não essencialista das redes sociais também é compartilhada por Cazeloto (2011), que acredita que seja possível compreender as relações online a partir de uma configuração social que liga o tipo específico de vínculo online às suas condições no mundo contemporâneo.

⁴ De acordo com pesquisa da *Opinion Box*. Ver mais em: D'ANGELO, Pedro. **Pesquisa sobre o Instagram no Brasil**: dados de comportamento dos usuários, hábitos e preferências no uso do Instagram. dados de comportamento dos usuários, hábitos e preferências no uso do Instagram. 2022. Disponível em: <https://blog.opinionbox.com/pesquisa-instagram/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

Dentro dessa perspectiva, essa pesquisa busca apreender os vínculos e vivências dos interlocutores a partir dos usos que fazem das mídias sociais. A pesquisa, elaborada durante o período pandêmico, é fruto do aumento de investimento em conectividade que, embora ainda esteja longe do acesso universal, que era um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2020⁵, permitiu que tanto os interlocutores desse estudo quanto uma parte dos habitantes de zonas rurais pudessem ter acesso a uma “conectividade significativa”⁶, que leva em conta a possibilidade de uso diário da internet com dados suficientes e conexão rápida.

Assim como outros atores urbanos, os sujeitos dessa pesquisa dependem da internet não só para estabelecerem novas relações sociais, como para estimular outras pessoas a se conectarem com o desejo de viver em sistemas de produção que abordem as quatro dimensões da sustentabilidade: social, ecológica, econômica e cultural. Entretanto, antes de adentrarmos na análise das postagens, que será apresentada no capítulo V e mais bem detalhada no capítulo metodológico, faz-se uma breve apresentação da metodologia que será utilizada no trabalho. A fim de se perseguir o objetivo geral do trabalho, as postagens serão categorizadas a partir de unidades temáticas e correlacionadas tanto com trechos de falas dos *podcasts* do projeto Cura quanto com os textos dos posts levando-se em consideração os conceitos teóricos que norteiam esse trabalho; Capitalismo Rizomático (PELBART, 2003), Ecosofia (GUATTARI, 2012), sociedade do controle (DELEUZE, 1992) e modos de ser (SIBILIA, 2003).

A análise será feita sobre 12 postagens escolhidas no perfil do projeto no *Instagram* durante o ano de 2021. Para um maior aprofundamento nas questões da pesquisa, também serão utilizadas de forma complementar, falas relacionadas aos temas encontradas no perfil de *podcasts* do projeto que, até a altura da escrita dessa dissertação contava com 12 episódios. Assim pretende-se captar a subjetividade presente na pessoa que fala e as suas emoções que serão correlacionadas com as postagens, selecionadas a partir das seguintes unidades temáticas: “desconforto na cidade”, “estilização da ruralidade” e “consumerismo”.

⁵ Ver mais em: PNUD BRASIL. Relatório da ONU sobre progresso dos ODS aponta que a COVID-19 está comprometendo avanços no campo social. 2020. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/relatorio-da-onu-aponta-que-a-covid-19-esta--retardando--decadas.html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

⁶ Para ver mais sobre definição: Cetic.br. **Panorama Setorial da Internet**. 2021. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/6/20210723132708/panorama_setorial_ano-xiii_n_2_internet_para_todas_as_pessoas.pdf. Acesso em: 06 jun. 2022.

Após a categorização das postagens de acordo com as unidades temáticas, pretende-se extrair os significados associados para, então, analisá-los a partir dos conceitos teóricos utilizados nesse estudo. Como a pesquisa envolve questões ligadas ao espaço⁷ e à paisagem⁸, optou-se por preservar as regiões dos autores do projeto Cura embora os nomes dos personagens tenham sido modificados.

A seguir, apresenta-se a estruturação do trabalho, que está dividido em cinco partes. No primeiro capítulo apresenta-se a temática principal do trabalho, o neorruralismo e o contexto em que ele se desenvolve em meio a globalização e ao capitalismo rizomático, que é conceituado na primeira das três subpartes do capítulo, a) Um olhar sobre o urbano e o capitalismo rizomático, onde aborda-se também a influência do processo de urbanização no campesinato. No subtópico seguinte, b) A resistência campesina e capitalismo global, o campesinato é apresentado como uma classe que se metamorfoseia na medida em que, como o restante da sociedade, é impactada pelo capitalismo global. No último subtópico, c) Da crise na cidade à resistência no campo, aborda-se a aceleração do processo de urbanização no Brasil, o desconforto na cidade e os principais fatores desencadeadores da mudança para o campo do casal neorrural que protagoniza esse estudo.

A segunda parte dessa dissertação é dedicada a uma abordagem sobre o consumo e as relações de desejos capitalísticos produtores de subjetividades. O capítulo II, intitulado Consumo e relações sociais mediadas pelo capital: uma promessa de felicidade está dividido nos seguintes subtópicos: a) A produção de subjetividade na sociedade de consumo; b) O consumo verde e o neorruralismo como modo de ser; c) A produção de identidades prêt-à-porter no campo onde, em linhas gerais, aborda-se a sociedade de consumo e de que forma ela impacta o modo de ser neorrural através de um fluxo de forças que atravessa a subjetividade desses sujeitos.

A terceira parte é dedicada à compreensão das formas de controle que envolvem uma sociedade cada vez mais conectada e os novos modos de vinculação que se desenvolvem a partir das redes. Esse terceiro capítulo é subdividido em

⁷ O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente (SANTOS, 2008, p. 46).

⁸ Tudo aquilo que nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc (SANTOS, 1988, p. 61).

outras três partes: a) A internet e os modos de vinculação capitalísticos; b) Redes sociais como espaços de construção de subjetividades e c) As comunidades virtuais e a “bolha verde” que trazem a influência da tecnologia na diminuição da distância entre campo e cidade, as transformações a partir dos novos modos de vinculação digitais e os riscos envolvidos na formação de grupos que se fecham dentro dessas identidades prêt-à-porter.

No quarto capítulo apresenta-se os aportes metodológicos para o desenvolvimento da dissertação e, em seis subpartes, são introduzidos o objeto, os protagonistas do estudo bem como a forma como foram coletados os dados e o método utilizado para o desenvolvimento das análises.

O quinto e último capítulo é dedicado às análises das postagens feitas a partir das unidades temáticas e do rebatimento com os conceitos teóricos escolhidos para um maior aprofundamento na temática que envolve as novas ruralidades e apresentação da análise das discussões, que precede as considerações finais.

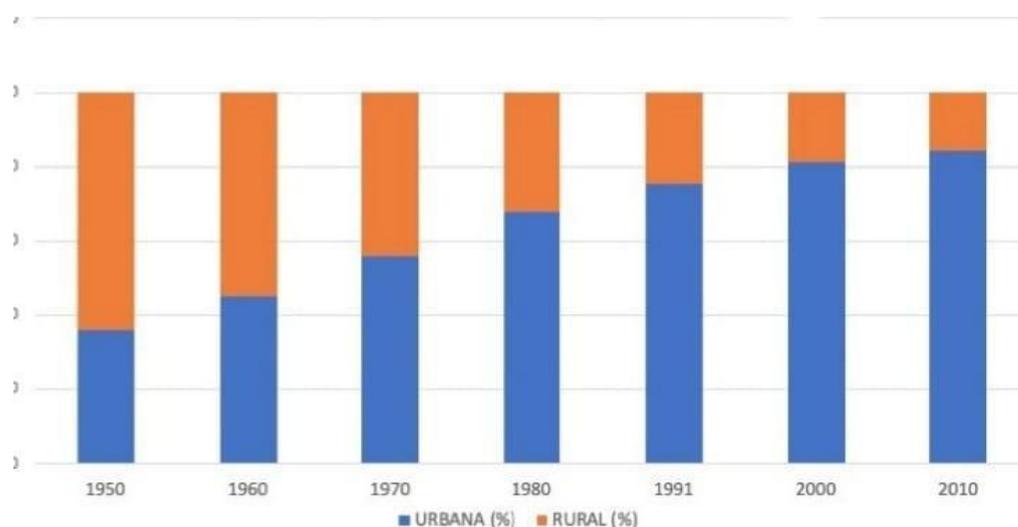
CAPÍTULO I – O NEORRURALISMO NO CONTRAFLUXO DO ÊXODO RURAL: A URBANIZAÇÃO COMO BASE PARA EXPANSÃO DO CAPITALISMO

1.1 UM OLHAR SOBRE O URBANO E O CAPITALISMO RIZOMÁTICO

Embora o processo de urbanização tenha se iniciado na Inglaterra junto com a revolução industrial no século XVIII e aos poucos se espalhado pela Europa e Estados Unidos durante no século XIX, ele não se deu da mesma forma nem tampouco com a mesma intensidade nas diferentes regiões. No Brasil, a urbanização só começou a se concretizar ao longo do século XX, quando houve um expressivo deslocamento de pessoas do campo para cidade. A redistribuição espacial da população no espaço se deu através dos processos migratórios internos e internacionais e da urbanização. No entanto, como mostra Fausto Brito (2012), apesar de no Brasil o processo ter começado mais tarde, aqui ele se desenvolveu de forma bastante acelerada e em associação com transformações políticas, econômicas e demográficas, passando a estruturar toda a sociedade.

A industrialização e a urbanização intensa fizeram com que, na segunda metade do século XX, a população urbana saltasse de 19 para 138 milhões. Em 1950, apenas 36% da população brasileira residia em cidades. Em 1960 a concentração de pessoas em áreas urbanas subiu para 45%. Entre 1960 e o final dos anos 1980, estima-se que saíram do campo em direção às cidades quase 43 milhões de pessoas. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em cidades. No Brasil, a taxa de crescimento é bastante superior à de países capitalistas mais avançados. Já em 1970 o censo registrava a superação em termos numéricos da população urbana pela rural, 52 milhões contra 41 milhões, o que estimulou novos padrões de relações sociais e estilos de vida (BRITO; SOUZA, 2006).

Gráfico 1 – Evolução da população por local de residência (%)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2010)

Nessa discussão, Milton Santos salienta que o retardo da urbanização de

países do "Sul", como o Brasil, foi seguido por uma verdadeira revolução urbana (SANTOS, 1988). Embora o censo 2010 tenha apontado uma diminuição na curva progressiva, a população do país foi praticamente multiplicada por cinco nos últimos 35 anos, e por mais de três nos últimos 25 anos.

TABELA 1
Brasil, População Total e Urbana, Grau de Urbanização e Incremento
Médio Anual da População Urbana, 1940-1970

Período	Total	Urbana	Grau de Urbanização	Incremento
1940	41.236.315	12.880.182	31,24	-
1950	51.944.397	18.782.891	36,16	590.271
1960	69.930.293	31.214.700	44,64	1.243.181
1970	93.139.037	52.084.984	55,92	2.087.028
1980	119.502.716	80.436.419	67,31	2.835.144
1991	146.825.475	110.990.990	75,59	2.777.688
2000	169.544.443	137.697.439	81,22	2.967.383
2010	190.755.799	160.925.792	84,36	2.322.835

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

No entanto, os estudos de Veiga (2000) chamam a atenção para superestimação do grau de urbanidade no Brasil em virtude de critérios que consideram como urbanos municípios muito pequenos com população inferior a 2000 habitantes que de fato seriam aldeias ou povoados. Para o autor, com base na combinação da densidade demográfica com o tamanho populacional, 80% de seus municípios e 30% da população brasileira seriam essencialmente rurais e 13% poderiam ser determinadas como "rurbana", uma condição intermediária entre o urbano e o rural. Ele propõe ainda a divisão do território brasileiro em inequivocadamente urbano, essencialmente rural e em condições intermediárias (VEIGA, 2000, p. 33-35).

Mas ressalta-se que ainda assim, a migração rural-urbana que se deu no bojo do processo de industrialização materializou a força de trabalho necessária a acumulação capitalista (SINGER, 1972). Esse tipo de crescimento construiu diferentes formas de pressões sociais e conflitos socioeconômicos e pessoais que

geraram novas vontades. Nesse sentido, é importante compreender a forma como o capitalismo foi remodelado para resistir ao cenário de intensas transformações e desafios econômicos globais da sociedade. Uma outra particularidade de urbanização no Brasil é que a partir da década de 70 como resultado de um processo de desconcentração industrial, as periferias metropolitanas passaram a ser redutos de atração de imigrantes regionais, que fizeram movimentos do tipo urbano-urbano, reduzindo na década seguinte as taxas de crescimento metropolitano que acompanharam a perda de dinamismo da indústria (PACHECO, 1998).

Os neorrurais que são objeto desse estudo em 2019 fizeram uma migração no sentido contrário, do urbano para o rural. Para se entender as mudanças implementadas por eles, faz-se necessário primeiro uma maior compreensão sobre a forma como a globalização e o Capitalismo Rizomático afetaram a vida no campo. As medidas modernizadoras moldadas de acordo com o padrão urbano-industrial afetaram de maneira bastante diversa a população campesina. O próprio conceito de ruralidade não é expresso de uma forma única devido a heterogeneidade dos universos culturais, sociais e econômicos (CARNEIRO, 1998). Portanto, mais do que nos atermos as diferenciações entre o espaço geográfico urbano ou rural, o foco de análise desse trabalho está voltado para os agentes sociais desse processo, que se dá em meio ao Capitalismo pós-industrial ou Rizomático que, segundo Guattari (1987), opera de uma forma complexa através de dispositivos de poder-saber nem sempre facilmente perceptíveis. Seria uma das muitas metamorfoses vividas pelo capitalismo que, ao longo dos anos, sempre exerceu o controle social através do poder e da vigilância.

Vale ressaltar que o Capitalismo Rizomático é um desdobramento do Capitalismo Mundial Integrado que, no final do século XX, teria incorporado várias atividades humanas não produtivas ao setor de produção. Segundo Guattari, até países do antigo bloco comunista, China, Cuba e Coreia do Norte estariam no processo de moldagem (GUATTARI, 1986). Essa hegemonização foi possível a partir da produção de subjetividades que, através de equipamentos coletivos como a escola, a igreja, a família etc. incentivou a apropriação dos valores capitalistas pelos indivíduos fazendo com que estivessem preparados para produção econômica e subjetiva e, em última instância, para reproduzir relações capitalizadas. Tudo e todos passam a incorporar a noção de empresa, como defende Guattari.

De certa maneira, a dona-de-casa ocupa um posto de trabalho em seu domicílio; a criança ocupa um posto de trabalho na escola; o consumidor no supermercado, o telespectador diante de seu vídeo. Quando as máquinas parecem trabalhar sozinhas, na verdade o conjunto da sociedade é adjacente a elas (GUATTARI, 1986, p. 199).

Portanto, o capitalismo mundial integrado teria a função de manipular os fluxos desejantes dos indivíduos através desses equipamentos coletivos para, depois, capturá-los através do mercado. Assim, a própria sociedade seria produzida e reproduzida de forma material. Para Deleuze e Guattari (1976), só existe o desejo e o social, isto é, toda produção desejante seria uma produção social. Portanto, apesar de fazer parte do inconsciente do indivíduo, a subjetividade seria fruto de agenciamentos coletivos advindos do social.

Dá a razão da subjetividade não poder ser entendida como parte de uma identidade individual, mas sim como resultado de um acúmulo de experiências vividas. Sendo assim, dentro da perspectiva psicossocial, segundo Sawaia (1997) as emoções podem tanto ser libertadoras como encarceradoras da experiência humana.

Nesse sentido, Guattari (1976) acredita que na contemporaneidade o capitalismo teria investido na produção de subjetividade mais do que em qualquer outro momento da história e, assim, nessa que ele considera uma terceira revolução industrial, teria se tornado um produtor de mercadorias e de subjetividades voltadas para o mercado mundial. O rural se integra a esse processo de desenvolvimento não só através da unificação dos diferentes mercados como, também, através da criação de instituições que regulam o uso social desses espaços específicos (FAVARETO, 2006).

Dessa forma, o Capitalismo Rizomático exerceria um tipo de controle muito mais sutil sobre a vida das pessoas que, segundo Deleuze, desde sempre estiveram submetidas a diversos sistemas autoritários. Foucault (1979), inclusive, analisou esse contexto a partir do conceito de biopoder, mas, ao cunhar o termo, tratou de diferenciá-lo bem do regime anterior de soberania, que consistia na definição por parte do soberano de quem deveria viver e quem morreria. Já a preocupação do regime subsequente era, segundo o autor, deixar viver, ou seja, promover uma regulação da vida através da vigilância e do controle que, posteriormente, Deleuze (1992) definiria com um novo tipo de disciplina, a Sociedade de Controle, distinguindo as relações das instituições, que seriam derivadas das forças que

compõem o poder. Para Deleuze (1992), a crise das instituições que definiam as sociedades disciplinares como a família, a fábrica, a escola etc. teria dado origem a sociedade do controle caracterizada não mais pelo confinamento e pelas moldagens fixas, mas por redes e modulações flexíveis e, principalmente, pela autovigilância a partir de critérios alheios.

Na visão de Deleuze (1992), a sociedade do controle teria trazido também uma nova forma de confinamento na saúde, na escola e no trabalho, onde as fábricas deram lugar a empresas que, através de processos de adestramento sutis oferecem uma pseudo-sensação de liberdade regulada a partir de estratégias de poder que condicionam os mecanismos de recompensa a análises do desempenho. Foucault (1979) ressalta que quando o poder toma de assalto a vida, a resistência invoca as forças e o poder da vida.

Outrossim, a globalização proporcionou novas possibilidades de produção e apropriação do espaço em função da sobreposição espaço/tempo (SOUZA, 1991). A distância geográfica é incorporada ao virtual e as conexões estabelecem-se de diferentes formas, trazendo o campo para a cidade, e desse modo, a cidade para o campo. Foucault (1981) também destacada a possibilidade de compartilhamento do modo de vida com pessoas de diferentes idades, status e atividades sociais.

Um modo de vida pode ser partilhado por indivíduos de idade, estatuto e atividades sociais diferentes. Pode dar lugar a relações intensas que não se pareçam com nenhuma daquelas que são institucionalizadas e me parece que um modo de vida pode dar lugar a uma cultura e a uma ética (FOUCAULT,1981, p.3).

Com a aceleração contemporânea, a metrópole passa a estar em toda parte (SANTOS, 1990). Desse modo, com a própria especificidade o meio geográfico acaba por se adaptar ao processo de globalização na medida em que as noções de universal e particular são unificadas permitindo que a sociedade se transforme e seja transformada através do diálogo com a natureza (SANTOS, 2006; 1988). Em outras palavras,

[...] com a Revolução Industrial a articulação tradicional, histórica, da comunidade com o seu quadro orgânico natural, foi então substituída por uma vasta anarquia mercantil. Agora, o fenômeno se agrava, na medida em que o uso do solo se torna especulativo e a determinação do seu valor vem de uma luta sem tréguas entre os diversos tipos de capital que ocupam a cidade e o campo. O fenômeno se espalha por toda a face da terra e os efeitos diretos ou indiretos dessa nova composição atingem a totalidade da espécie. Senhor do mundo, patrão da Natureza, o homem se utiliza do

saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracterizará as suas primeiras relações com o entorno natural. O resultado, estamos vendo, é dramático (SANTOS, 1988, p.16).

Uma das primeiras consequências da industrialização urbana e do comércio foi o desmantelamento da economia familiar agrária pré-capitalista atingindo seu ponto mais nefrágico, a autossuficiência. Assim como na desintegração dos camponeses da era medieval, fatores industriais, comerciais e usurários facilitaram a penetração do capitalismo no campo determinando quase o fim da indústria doméstica dos camponeses. Outras situações de agravo da economia familiar agrária pré-capitalista foram a queda dos preços dos produtos, a cultivoação em áreas pequenas e o surgimento de instrumentos modernos de difícil acesso, limitando a produção dos pequenos (ABRAMOVAY, 1992).

Além disso, a transformação da economia latifundiária em economia capitalista não modernizou os métodos retrógrados existentes nas relações trabalhistas. Para garantir a sobrevivência, os camponeses pobres não tinham e ainda não têm muita opção: ou se submetem a salários baixos e jornadas de trabalho intensas ou arrendam parte da terra (ALENTEJANO, 1997).

Nesse sentido, Maurizio Lazzarato (2006) reflete sobre as relações de poder e a reprodução de dualismos no capitalismo.

(...)as relações de poder se exercem à medida que existe uma diferença entre as forças. No capitalismo, esta diferenciação, em vez de diferenciação da diferença, aplicação da multiplicidade, é simplesmente criação a reprodução de dualismos, sendo os mais importantes os dualismos de classe (operários/capitalistas) e os dualismos de sexo (homens/ mulheres) (LAZZARATO, 2006, p. 52).

Subjugados por um sistema opressor, muitos camponeses acabaram convertendo-se em proletários rurais. Os Estados Unidos que depois da guerra civil dividiram parte dos latifúndios escravistas entre pequenos proprietários, também viram a grande propriedade capitalista renascer capitaneada pela burguesia depois da ruína de pequenos agricultores que não tinham como competir com a superioridade técnica e econômica dos grandes produtores. O aparente equilíbrio entre forças se mostrou móvel como analisa Lazzarato a partir de Tarde refletindo sobre as diversas forças que influenciam a subjetividade dos indivíduos.

Subjacentes aos equilíbrios móveis, as forças momentaneamente assujeitadas, porém virtualmente livres, agem. Tarde forja assim uma

concepção bastante desumana do processo de subjetivação. Um tipo – ou indivíduo – nada mais é do que uma estabilização, um fechamento momentâneo da infinita monstruosidade que cada força guarda em si mesma e em relação com as outras forças. A monstruosidade assim definida não é uma exceção do indivíduo, mas sua própria natureza. O modelo de subjetivação é, pois, o monstro (LAZZARATO, 2006, p. 57).

Assim como na indústria, o empresário que investe na produção agrícola tem como fim o lucro. Esse lucro é obtido justamente porque as mercadorias agrícolas são vendidas a um preço de mercado e produzidas em condições diferenciadas, seja de terra, de trabalho ou de equipamentos. A exploração intensiva visando um lucro cada vez maior acaba sendo extremamente predatória tanto para o trabalhador, quanto para o solo oferecendo obstáculos também ao próprio desenvolvimento do capitalismo (CARNEIRO, 1999). Ademais, a sociedade também contribui para aumentar o lucro dos grandes produtores rurais, na medida em que ao comprar produtos agrícolas mais caros devido ao monopólio, paga um tributo a eles. Produtores e consumidores acabam produzindo ou sendo produzidos por técnicas de aprisionamento, sobre as quais, Lazzarato tece comentários,

As técnicas biopolíticas (a saúde pública, as políticas familiares) são exercidas como gestão da vida de uma multiplicidade, seja qual for. Aqui, diferentemente das instituições disciplinares, a multiplicidade é numerosa (o conjunto das populações) e o espaço é aberto (os limites da população não são definidos pela nação) (LAZZARATO, 2006, p. 65).

Milton Santos (1988) destaca a heterogeneidade do espaço habitado causada principalmente pela movimentação da população em decorrência da urbanização. Esse fenômeno se deu mundialmente e tem seus reflexos no Brasil. A artificialização do meio urbano acompanha o crescimento das cidades e configura tanto o espaço quanto a paisagem⁹, que resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade que contemplam relações, formas, funções e sentidos.

Acerca dessa discussão, Carl Sauer (*apud* Santos, 2008) classifica a paisagem em dois tipos: a natural e a artificial (aquela que não é afetada pelo esforço humano) entendendo que existe uma relação cultural mediando a relação entre homem e natureza. A socialização é produtora do espaço e, conseqüentemente da paisagem, que resulta dessas forças produtivas tanto materiais quanto imateriais. Entre as forças produtivas materiais pode-se considerar,

⁹ A paisagem, segundo Milton Santos (1988, p.21) é tudo que nós vemos. “Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.

por exemplo, bens imóveis como estradas, edifícios etc., que tornam possível a produção e são acréscimos à natureza, como a própria cidade que concentra diversos tipos de produção.

O conjunto de técnicas relativas a essa produção também é próprio de um determinado momento histórico que caracteriza o modo de fazer humano. E a paisagem vai sobrepondo esses conjuntos de técnicas, frutos das sucessivas inovações de diferentes tempos históricos. Portanto, a paisagem está em constante movimento (SANTOS, 2008).

Como outros espaços, a paisagem do município de Boquira, onde o projeto Cura está sendo desenvolvido, também está sujeita à dinâmica do movimento das populações e às condições políticas, econômicas e culturais da contemporaneidade.¹⁰ Assim, também, sujeito às modulações sutis e flexíveis do Capitalismo Rizomático está o campesino, que sofre a influência dos movimentos molares e moleculares que, segundo Guattari (1986), regulam o campo social. Sendo o molar, segundo o autor, representado pelas instituições dominantes e, o molecular, onde operam os fluxos de desejos e devires que se atravessam através de conexões e lutas políticas. Foucault explicita que lutas seriam essas:

[...] contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão) (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Dentro desse contexto, pode-se dizer que essas forças sofreriam a influência do Capitalismo Rizomático, influenciando os sujeitos sociais e produzindo novos modos de ser adaptáveis à sociedade do consumo. No próximo subtítulo será mais bem explicitada a influência da globalização sobre o modo de vida campesino.

1.2 A RESISTÊNCIA CAMPESINA E O CAPITALISMO GLOBAL

No tópico anterior, discutiu-se o processo de urbanização e a influência do Capitalismo Rizomático na produção de subjetividades em determinado contexto e

¹⁰ Ver mais em: CIDADE-BRASIL. Boquira. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-boquira.html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

interligado a ideia de espaço e paisagem nas cidades e no campo. Levando-se em conta os processos de territorialização e desterritorialização referidos, serão abordadas nesse tópico as lutas políticas, culturais e biopolíticas, que têm por objeto a forma de vida, a construção do não-lugar a partir das desconstruções do processo de globalização. Em contraposição às correntes que defendiam o fim do campesinato (HOBBSAWN, 1994, p. 289) seja como modo de produzir e viver de uma “classe incômoda”¹¹, ou, na Europa, como um resquício do feudalismo, ele continua vivo, sendo criado e recriado por diferentes sociedades, e, em certa medida, se adaptando dentro de uma engrenagem maior: a do capitalismo.

Afinal, o campesinato é uma classe social? Na literatura sociológica o conceito de classes é definido a partir de diferentes abordagens econômicas, políticas ou culturais. O marxismo considera as relações entre as classes como princípio estruturador da totalidade social. Para Karl Marx (1818-1883), que organizou seus estudos a partir de uma visão economicista da história, sempre houve dois tipos de classes nomeadas de formas diferentes ao longo da história; a dos que possuem os meios de produção (burguesia) e a dos que vendem a força de trabalho (proletariado). Regidas por mecanismos de dominação e exploração, essas duas classes, segundo o filósofo alemão, estariam continuamente em um conflito motivado por interesses econômicos (MARQUES, 2008).

Na sétima seção do livro III de *O Capital*, Marx elabora uma definição para as três grandes classes do capitalismo que interessam particularmente nesse início de reflexão. Nas palavras do autor,

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimento são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários de terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista (MARX, 1986, p. 317).

Situar o campesinato em uma dessas três classes não é uma tarefa tão simples. Embora não recebam salários, sendo muitas vezes donos dos meios de produção por deter a posse ou propriedade da terra, os camponeses não podem ser considerados burgueses já que não exploram o trabalho alheio (SANTOS, 2016).

A própria concepção do camponês em relação à posse da terra é diferente já

¹¹ Ver mais em: SANTOS, Thiago A. Marxismo e campesinato: abordagens teóricas sobre a classe incômoda, **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 24, p. 46-69, ago., 2016.

que sendo a terra para ele um meio de vida não se considera proprietário como mostra exemplo relatado por Woortmann:

Perguntei a um sitiante se seu pai era proprietário da terra de seu sítio. A resposta foi não, o que me deixou um tanto confusa, pois eu sabia que existiam documentos que atestavam a propriedade. E o sitiante me disse: 'a senhora quer saber se era dono, não é. Proprietário é uma categoria aplicada a grandes fazendeiros que auferem lucros com o trabalho dos outros. Seu pai era dono 'porque trabalhou a terra e deixou para os filhos'. Há vários significados envolvidos nessa afirmação. Nos termos dos valores camponeses se é dono por efeito do trabalho (WOORTMANN, 2004, p.136-137).

Em *18 Brumário de Louis Bonaparte*, Marx toca na questão de como as classes se fazem representar na luta política, isto é, na sua capacidade de promover mudanças sociais por meio da ação coletiva. O conceito de classe estaria associado à capacidade de determinado sujeito social agir, lutar, ou deixar de lutar por seus interesses a partir da tomada de consciência de classe (MARX, 1997). Nessa pesquisa, não nos aprofundamos na questão da divisão de classes de uma forma estática, apenas como determinações mecânicas das estruturas, já que ela está sujeita a interpretações relativas a diferentes tempos históricos.

O interesse dessa pesquisa está voltado para entender o campesinato a partir do sujeito, de suas lutas e identidades sociais e políticas. Nas palavras do estudioso do campesinato Teodor Shanin, "é no fazer que as classes são definidas" (SHANIN, 2008, p. 36). E a história do campesinato tanto no Brasil quanto no mundo se define a partir de muito movimento e luta por espaço na economia e na sociedade.

Ainda nessa discussão, o historiador inglês Edward Palmer Thompson, de orientação marxista, faz uma crítica ao pensamento estático e propõe um referencial analítico que parte do sentido de exploração da própria classe a partir de um processo que envolve subjetividades. Nas palavras de Thompson:

Não podemos colocar "classe" aqui e "consciência de classe" ali, como duas entidades separadas uma vindo depois da outra, já que ambas devem ser consideradas conjuntamente – a experiência da determinação e o "tratamento" desta de maneiras conscientes. Nem podemos deduzir a classe a uma "seção" estática (já que é um vir—a- ser no tempo), nem como uma função de um modo de produção, já que as formações de classe e a consciência de classe (embora sujeitas a determinadas pressões) se desenvolvem num processo inacabado de relação – de luta com outras classes – no tempo (THOMPSON, 1981, p. 121).

A partir da contribuição do autor citado acima, frisa-se mais uma vez que este estudo está concentrado no sujeito, no camponês e no “novo camponês”, na forma como esse age dentro de um modo de viver próprio não capitalista e em toda uma simbologia acionada nos discursos sobre a identidade camponesa supostamente ligada ao trabalho e à liberdade. As representações sobre o camponês estariam associadas a alguns ideais, entre eles o de que a terra para o colono é muito mais do que um bem de consumo, sendo geradora de um “modo de vida”¹² próprio, como explica Shanin.

Eu acho que uma das características principais do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato (SHANIN *apud* PAULINO, 2008, p. 34).

Para o sociólogo Teodor Shanin (2008) só é possível entender o campesinato a partir da compreensão de que esse se trata de uma combinação de elementos e não de uma realidade fixa ou absoluta. O autor traz como exemplo a Rússia e o que chamou de “vilas mortas”, regiões habitadas apenas por mulheres idosas que, a partir do colapso da União Soviética, passaram a receber de volta jovens com a intenção de retomar o vínculo original com a terra, esmaecido pelas promessas das luzes da cidade.

Embora reconheça a potência da criatividade e das reações camponesas para defender seu modo de vida, Shanin (2008) também apresenta um outro lado, de sujeição, em que a vida e a existência do camponês são definidas por não-camponeses, sejam eles Governo, mercado ou mesmo mudanças de regime. Ademais, de acordo com Santos (1982), o camponês teria sofrido a influência das muitas ações de resistência, formas de organização e luta para manutenção de um determinado modo de vida uma relação de pertença e posse em que o corpo apropriado pela história também se apropria das coisas habitadas por essa história (BOURDIEU, 1998). Assim, trata-se de um modo de viver e de um vínculo com a terra que se mantém ao longo dos anos e ultrapassa fronteiras. Embora estudos

¹² A definição de campesinato como “um modo de vida” usada por Shanin é derivada da antropologia clássica, produzida pelo antropólogo chinês Fei Hsiao-Tung. O quanto esse modo de vida pode dar origem a uma classe vai depender das condições históricas (SHANIN, 2008, p.37).

recentes apontem para um esfacelamento dessa ruralidade agrária como consequência da racionalização da vida rural.

No Brasil, o desenvolvimento do modo de produção capitalista acabou por imbricar as relações de poder de capitalistas e proprietários de terra. Um processo iniciado na escravidão que se estendeu ao trabalho livre e encontrou respaldo na política econômica dos governos militares. Na segunda metade do século XX, houve incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM, para o florestamento e reflorestamento de várias regiões do país (MARTINS, 2008). Com isso, capitalistas industriais e urbanos brasileiros e estrangeiros se tornaram grandes proprietários de terra, sobretudo no centro-sul do Brasil¹³, provocando uma concentração de propriedades privadas com uma extensão jamais vista na história. Muitos desses latifundiários, ao contrário do camponês que historicamente possui fortes vínculos com a terra, tem uma relação distante com a propriedade produtiva, que é encarada apenas como mercadoria. E, também em decorrência disso, adotam práticas trabalhistas abusivas, muitas vezes fazendo com que o camponês trabalhe dobrado para ter acesso à terra, o que vai contra o Art. 7 da Constituição Federal de 1988¹⁴ (LIMA, 2019).

Art 7 – São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria da sua condição social:

IV - Salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (JUSBRASIL, 2019, s/p).

Nesse sentido, a pesquisadora Anna Luiza de Faria Lima (2019) classifica essas práticas trabalhistas abusivas presentes não só no Brasil como em outros países como uma escravidão contemporânea, resquício da escravidão que aqui, teoricamente, teria sido abolida em 1888, mas que, segundo a autora, continua mantendo sob jugo¹⁵ brancos, pardos, amarelos, indígenas e, principalmente, pretos, embora esses não sejam predominantes entre os camponeses.

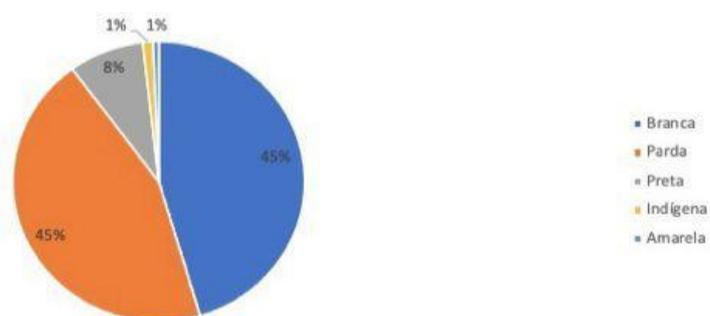
¹³ A soma das 27 maiores propriedades privadas no Brasil é igual a superfície total do estado de São Paulo (REFERÊNCIA).

¹⁴ Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2005/notatecSMIF.pdf>

¹⁵ Jugo- Disponível em: <https://www.dicio.com.br/jugo/>

O último censo agro 2017¹⁶ mostrou que entre os que lutam para preservar o modo de vida rural existe uma predominância da cor branca no número de estabelecimentos agropecuários (45,43%), seguida pela parda (44,47%), preta (8,37%), indígena (1,12) e amarela (0,62%).

Gráfico 2: Porcentagem de estabelecimentos agropecuários por cor/raça do produtor



Fonte: Elaboração própria - Censo Agro 2017

Cabe destacar que os teóricos da decolonialidade apontam o colonialismo como condição de formação não apenas da Europa, mas da própria modernidade, como foi articulado na obra de Enrique Dussel (1994). Sendo assim, o conceito de colonialidade do poder, entende a ideia de raça e o racismo como princípios organizadores da acumulação de capital e das relações de poder do sistema-mundo, que envolvem não só o controle do trabalho, do Estado e suas instituições como, também, a produção do conhecimento (WALLERSTEIN, 1990, p. 289).

Outrossim, Aníbal Quijano (1991) traz uma contribuição interessante ao pensar a questão do espaço como uma ferramenta de poder. Assim como esse poder foi usado durante o processo de colonização para tirar dos povos nativos do lugar o sentimento de pertencimento, os “novos donos do campo”, revestidos do

¹⁶ Disponível em: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Preliminares**. Rio de Janeiro, 2018a.

poder do capital, expulsam cada vez mais camponeses da sua terra.

Em uma outra reflexão, Félix Guattari (1999) afirma que o capitalismo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o planeta. Segundo o autor, é através da produção de subjetividade e de sua habilidade molecular que o capitalismo chega as microrregiões produtoras dos sujeitos. Em outras palavras:

A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização - ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica - não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microsociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extra-pessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infra-psíquica, infra-pessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e produção de ideia, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.) (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 31).

Como uma classe em metamorfose, o campesinato se afina bem com o conceito de modernidade de Bauman (1998), que pressupõe um movimento constante dos indivíduos, mas que mesmo na condição de nômades, teriam um desejo latente de se fixar. “Além da curva, existe, deve existir, tem de existir uma terra hospitaleira em que se fixar, mas depois de cada curva surgem novas curvas, com novas frustrações e novas esperanças ainda não destroçadas (BAUMAN, 1998, p. 92). Nesse sentido, o autor cita a memorável frase de Hannah Arendt, “a autonomia do homem transformou-se na tirania das possibilidades” (BAUMAN, 1998, p. 93, grifos do autor) que se encaixa como uma luva na condição do campesino, cuja definição ao longo dos anos teria sido negada resultando numa busca frenética de identidade. Isso, porque, como explica Bauman em relação ao processo de segregação inerente a globalização, num mundo em que os globais ditam as normas do jogo da vida, “ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social”. Nesse contexto, Guattari acrescenta:

De um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas de se apropriarem desses meios para torná-los operativos (GUATTARI, 2012, p. 12).

A despeito dos que acreditam numa crise da identidade moderna ou pós-moderna, como preferem alguns autores, Stuart Hall (2014) defende que o próprio conceito de identidade como parte da ideia de um sujeito integrado entra em crise no final do século XX na medida em que as transformações sociais e culturais abalaram a perda de um sentido de si estável. A virada do século XX para o XXI se caracterizou pelo fenômeno da globalização que, para Giddens, além de econômica, é política, tecnológica e cultural e se diferencia a partir da “intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira e acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice e versa” (GIDDENS, 1991, p. 69). Manuel Castells (1999) destaca que a cultura, a tecnologia e a economia passaram a operar em rede promovendo o que ele chamou da terceira onda da revolução industrial. Essa questão do capitalismo informacional global será apresentada com maior profundidade no capítulo III.

No Brasil, a partir dos anos 1950, camponeses de várias partes do país começaram a lutar por seus interesses e, através de uma participação política mais efetiva, buscaram compensações junto a seus opressores: o Estado e os grandes proprietários de terra por meio de litígios ou movimentos, muitos deles com a presença da Igreja. Isso fez com conseguissem algumas conquistas embora a diversidade de situações no campo (camponês-possuidor, camponês-parceiro, camponês-operário) tenha impedido que eles tivessem a mesma força e unidade da classe operária, do trabalhador expropriado e assalariado (MARTINS, 2008). Nessa discussão, Edward Thompson (1981) traz uma reflexão a respeito da forma como a sociedade se estrutura e a maneira como no próprio processo de luta as pessoas descobrem a consciência de classe o que, para o autor, seria a razão da classe e da consciência de classe figurarem como últimas fases do processo histórico.

Em conformidade com o pensamento de Thompson, Theodor Shanin (2008) coloca que as classes se definem na medida em que lutam por objetivos específicos, “a questão não é simplesmente uma questão da posição da classe ou de uma situação objetiva em dada circunstância analítica, mas diz respeito ao que as pessoas fazem” (SHANIN, 2008, p.36). Portanto, a natureza da unidade econômica camponesa difere substancialmente da atual sociedade capitalista e, embora tenha sofrido adaptações e adequações ao mercado, preserva características próprias.

Nos anos 1960, os movimentos sociais e o engajamento de intelectuais acabam por impulsionar o debate sobre a situação agrária no país fomentando o desenvolvimento de políticas públicas. No entanto, a questão da Reforma Agrária que estava em discussão desde os anos 1950 não obteve o avanço necessário e se perdeu em meio a conveniência do Estado com os latifúndios improdutivos e os destinados ao agronegócio, cada vez mais voltados para exportação e prejudiciais ao meio-ambiente (PORTO; SIQUEIRA, 1994).

A partir de 1975, com a criação da Comissão Pastoral da Terra e, na década de 1980, com a criação de outros movimentos sociais como o MST, aos poucos as questões camponesas passam a fazer parte do cenário político e acadêmico brasileiro (MARTINS, 2008).

Foi só com o renascimento dos movimentos sociais rurais que foram criadas políticas públicas para beneficiar os pequenos produtores. Um dos marcos desse momento está presente no “Grito da Terra”, manifestação que reuniu uma caravana em Brasília com representantes da CUT (Central Única dos trabalhadores), MMC (Movimento das Mulheres Camponesas, MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MST (Movimento dos sem-terra) e CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura). Posteriormente, o “Grito de terra 2” e o “Grito da terra 3”, em 1994, 1995 e 1996, fizeram com que a voz dos agricultores fosse finalmente ouvida e o governo disponibilizasse linhas de crédito específicas para eles, que antes estavam submetidos às mesmas taxas de juros dos grandes produtores, o que os deixava alijados do mercado (FERNANDES, 2009).

Ao mesmo tempo, o campesinato foi pouco a pouco se distanciando do movimento político, o que acabou por desencadear uma falta de representatividade. E, nos seus próprios termos, o Estado assumiu essa representação na tentativa de absorver as constantes pressões do campesinato (MARTINS, 1981).

Para garantir alimentos, matérias primas e, principalmente, atuar na contenção do êxodo rural que já trazia problemas para as grandes cidades, o governo teve que pouco a pouco voltar a sua atenção para o setor agrícola, diminuindo os investimentos na indústria.

Nesse sentido, Pelbart (2007) traz uma reflexão a respeito de como o capital passou a influenciar o comportamento do mercado e transformar a própria vida em capital. “O próprio poder tornou-se “pós-moderno”: ondulante, acentrado (sem centro), em rede, reticulado, molecular. Com isso, o poder nessa sua forma mais

molecular, incide diretamente sobre as nossas maneiras de perceber, de sentir, de amar, de pensar, até mesmo de criar” (PELBART, 2007, p. 58). O autor ressalta que o poder, diferentemente do passado que era relacionado ao transcendente e tinha um caráter repressivo, não objetivaria mais barrar a vida, mas sim, encarregar-se dela. Daí a dificuldade em resistir a essa modalidade contemporânea do biopoder, que de tão misturado à vida, captura os desejos e a vitalidade social.

A partir da análise de Placide Rambaud (1999) em relação às redes de poder que se articulam no cotidiano envolvendo as diferentes esferas do social e influenciando as relações de trabalho e os modos de vida, no meio rural elas sofreriam as influências da sociedade urbana. Para Henri Lefebvre (1970), a partir do contexto do capitalismo contemporâneo, a cidade torna-se um produto a ser consumido.

Dessa forma, ao invés de músculos e disciplina, o capitalismo agora se apropria da criatividade, da inteligência e da afetividade das pessoas fazendo como que o poder sobre a vida se associe a própria potência da vida. “São como o avesso um do outro. Se você seguir em linha reta você chega ao outro e vice-versa” (PELBART, 2007, p. 74). Tudo passar a girar em torno do capital.

Para Pelbart há uma dificuldade não só de se identificar as formas de poder como de oferecer resistência a ele devido à maneira como ele chegou no cerne da subjetividade se apropriando da vida. Nas palavras do autor:

Para resumi-lo numa frase simples: o poder já não se exerce desde fora, desde cima, mas sim como que por dentro, ele pilota nossa vitalidade social de cabo a rabo. Já não estamos às voltas com um poder transcendente, ou mesmo com um poder apenas repressivo, trata-se de um poder imanente, trata-se de um poder produtivo. Este poder sobre a vida, vamos chamar assim, biopoder, não visa mais, como era o caso das modalidades anteriores de poder, barrar a vida, mas visa encarregar-se da vida, visa mesmo intensificar a vida, otimizá-la. Daí também a nossa extrema dificuldade em resistir. Já mal sabemos onde está o poder e onde estamos nós (PELBART, 2007, p. 57-65).

Indo ao encontro dessa discussão, afirma Pierre Bourdieu que “o campo político é entendido como campo de forças e como campo de lutas que tem em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento” (BOURDIEU, 1989, p. 164). Uma política que no decorrer dos anos expandiu o assalariamento e se mostrou bastante excludente, empobrecendo trabalhadores e pequenos proprietários rurais.

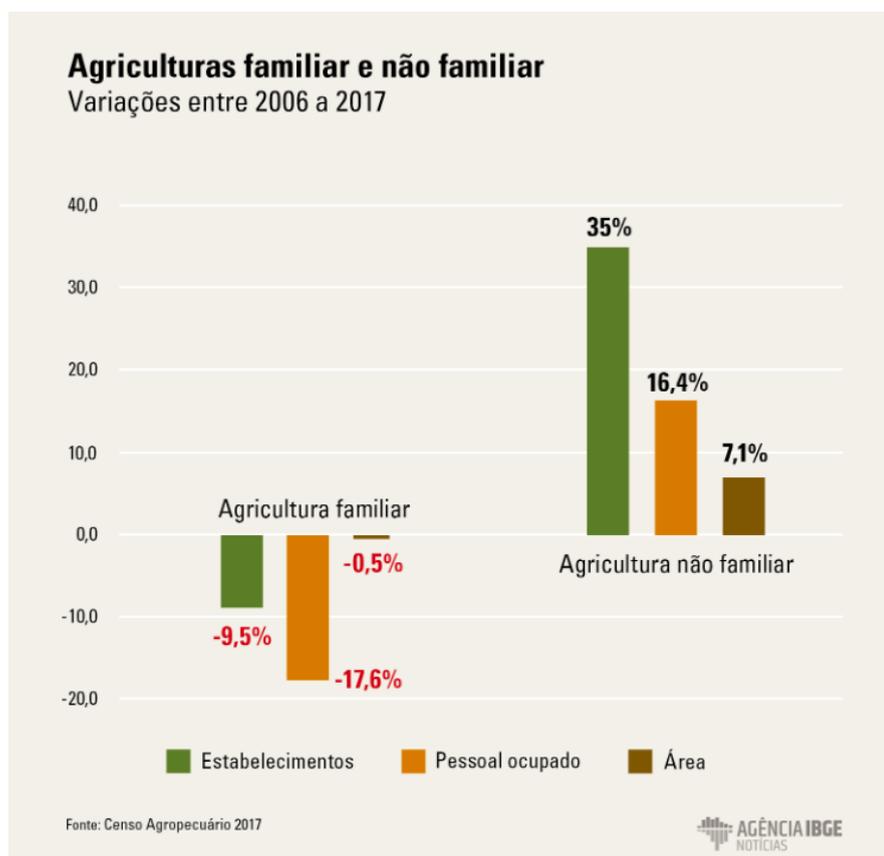
Na contemporaneidade, o campesino ainda aguarda a Reforma Agrária, no entanto, a partir dos anos 1990 conquistou o status de *agricultor familiar*¹⁷ e, com o início da conscientização ambiental que se deu mais ou menos na mesma época, esse tipo de agricultura no Brasil, que reúne assentados, arrendatários, parceiros, e etc. começa a se relacionar mais fortemente com a sustentabilidade e o equilíbrio do meio-ambiente, passando a ser vista como um braço importantes para o equilíbrio do universo agrário (ALENTEJANO,1997).

Os novos rurais chegam num momento de entressafra¹⁸, em que depois de muita luta e algumas conquistas, o número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar sofreu uma redução de 9,5% no período compreendido entre o Censo Agropecuário de 2006 e o de 2017. Isso revelou uma perda de 2,2 milhões de trabalhadores que, quando comparado ao da agricultura não familiar fica ainda mais contrastante, já que no outro segmento foram criados 702 mil novos postos de trabalho. Algo que pode ser tanto um reflexo da mecanização, como da falta de mão de obra para substituir os agricultores que estão envelhecendo e os filhos continuam almejando encontrar nas cidades melhores condições de estudo e de trabalho, conforme mostra o gráfico do IBGE.

Gráfico 3– Agriculturas familiar e não familiar

¹⁷ É o principal responsável pela produção de alimentos destinados ao consumo da população brasileira. Desempenham a atividade: pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, agricultores, extrativistas e pescadores. Disponível em: www.gov.br

¹⁸ O termo entressafra, período intermediário entre uma safra e outro, é usado de forma, aqui, é usado em linguagem figurada.



Fonte: site IBGE - Censo Agro 2017

Assim, pode-se dizer que a própria diferenciação social do campesino e sua forma de inserção num cenário político diferente influencia diretamente na produção de subjetividade que, segundo Guattari, na contemporaneidade, é “essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida” e mais valiosa do que o petróleo (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 25-26). Rolnik aborda a questão da sensação de *homeless* trazida pelas subjetividades produzidas na contemporaneidade que não teriam a familiaridade de sentidos compartilhada. A autora se refere a uma carência de toda a humanidade vivente numa sociedade globalizada. E essa crise da falta de um lugar para chamar de seu também atingiu os campesinos que migraram para cidade.

Em relação aos processos de subjetivação os autores esclarecem (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 31) que eles não partem da totalização do indivíduo, mas implicam numa produção incessante que acontece a partir dos encontros e dos efeitos que eles produzem nos corpos e nas maneiras de viver, ou seja, trata-se de uma subjetividade fabricada a partir da heterogeneidade de elementos presentes no

contexto social. Os efeitos dessa subjetivação são provisórios e intercambiantes na medida em que há uma troca dos componentes de subjetivação em circulação. Esses desencontros serão mais aprofundados a seguir através da discussão ainda presente da dicotomia entre o urbano e o rural.

1.3 DA CRISE NA CIDADE À (RE) EXISTÊNCIA NO CAMPO

No subtópico anterior foram abordadas as lutas do camponês por espaço na sociedade e distanciamento do cenário político, que acabou por fazer com que esses sujeitos do campo fossem recorrentemente reconhecidos como inferiores. Histórias bucólicas como as narradas por Monteiro Lobato transmitiam, ainda que de forma subliminar, o caráter de atraso associado ao rural. O personagem Jeca-Tatu com suas decisões atrapalhadas retratava a suposta pouca educação e vontade de melhorar de vida, características recorrentemente associadas ao homem rural. Jeca-Tatu, personagem principal do livro *Urupês*, faz uma crítica à sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX, crítica esta que se mantém extremamente atual na medida em que o homem do campo continua à margem da sociedade (CARNEIRO, 1997). Lefebvre também reflete sobre essa diminuição do camponês no imaginário social.

O tecido urbano prolifera-se, estende-se, consumindo os resíduos da vida agrária. Por tecido urbano não se entende, de maneira estreita, a parte construída das cidades, mas sim o conjunto de manifestação do predomínio da cidade sobre o campo (LEFEBVRE, 1972, p. 10).

No entanto, vários autores têm se dedicado a superar as teorias que reificam essas distinções entre campo-cidade transformando-as em dualismo. Autores como Harvey (2004) buscam se apoiar na noção de desenvolvimento desigual do campo e da cidade para explicar as diferentes formas de trabalho sob o capitalismo.

Observa-se, nessa discussão, que o fluxo migratório campo-cidade, segundo Martins (1981) é resultado desse discurso associado à falta de condições dignas de trabalho que possibilitariam a manutenção do pequeno proprietário no ambiente rural. Paralelamente, a aceleração de crescimento nas grandes metrópoles contribuiu para a sensação de desencaixe de algumas pessoas (GIDDENS, 1991), de desterritorialização (DELEUZE, 1980) e de novos nomadismos (MAFFESOLI, 1997), algo que, com ajuda das tecnologias móveis, tem provocado novas

territorializações. Essas transformações na esfera social foram problematizadas por Bauman (2001, 2005) que, ao conceber o termo modernidade líquida, se referia justamente a essas desintegrações das unidades antes tidas como sólidas.

A principal força motora por trás desse processo tem sido, desde o princípio, a acelerada “liquefação” das estruturas e instituições sociais. Estamos agora passando da fase “sólida” da modernidade para fase “fluida”. E os “fluidos” são assim chamados porque não conseguem manter a forma muito tempo e, a menos que sejam derramados num recipiente apertado, continuam mudando de forma sob a influência até mesmo das menores forças. Num ambiente fluido, não há como saber se o que nos espera é uma enchente ou uma seca _ é melhor estar preparado para as duas possibilidades. Não se deve esperar que as estruturas, quando (se) disponíveis, durem muito tempo. Não serão capazes de aguentar o vazamento, a infiltração, o transbordamento _ mais cedo do que se possa pensar, estarão encharcadas, amolecidas, deformadas decompostas (BAUMAN, 2005, p. 57-58).

Vale ressaltar que o rural aqui no Brasil desde sempre esteve associado a agricultura, atividade econômica geradora de riqueza. Embora esse mesmo rural possa ser compreendido a partir de três momentos. O primeiro, citado anteriormente, relacionado ao próprio espaço rural entendido como um espaço de produção agrícola. Num segundo momento, ele é entendido em dualidade entre o rural e urbano, que eram vistos em oposição sendo o rural relegado a um processo de isolamento. Existe, na contemporaneidade, uma terceira concepção do rural como espaço de construção e diversidade, onde existe uma interdependência com o urbano relativa às atividades econômica, culturais e à força de trabalho (CARNEIRO, 1997).

Diferentemente dos estudos sobre êxodo rural, recorrentes da década de 70, em função das transformações ocorridas durante o processo de globalização, observa-se uma mudança de paradigma na forma de interpretação do rural e do urbano. Segundo Maria José Carneiro (1997), com esse processo de resignificação do rural e valorização da natureza há uma mudança também na concepção do rural como atrasado, que era fundamentada a partir da carência de serviços e falta de cidadania (ABRAMOVAY, 2003).

Alguns estudos passam a analisar as realidades do rural e do urbano de uma forma complementar em um *continuum* urbano-rural, como defende Favareto (2006), numa tentativa de criar uma categoria intermediária capaz de delimitar conceitualmente os limites das fronteiras metropolitanas. No entanto, o próprio Abramovay (2003) ressalta os riscos de a emancipação da população rural ser

associada a urbanização do campo ou desruralização, o que impediria a elaboração de políticas públicas voltadas especificamente para o rural e manteria a visão linear de desenvolvimento associando o moderno ao urbano.

Em seus estudos, Simmel (1987) busca compreender melhor o desconforto de alguns indivíduos com os efeitos da industrialização, que gerou uma busca por formas de distinção frente aos igualitarismos dados, e traz algumas considerações a respeito do surgimento de um individualismo qualitativo. O que Velho (1999) traduz como uma capacidade de metamorfosear-se experimentando múltiplas vivências na busca por encontrar formas diferentes de identidade não mais ancoradas em ligações essencialistas como o pertencimento territorial, laços sanguíneos, entre outros.

Nesse sentido, ao fazerem um movimento em contraposição às estruturas hegemônicas de ordem e de controle que estabeleceram que o sujeito deveria encontrar na cidade o modo ideal de vida, os novos rurais podem estar trazendo a dualidade proposta por Deleuze e Guattari (1995) entre “espaços estriados” e “espaços lisos”. Os espaços lisos atuam em contraposição aos estriados, constituídos de formas definidas, trazendo diferentes modos de subjetivação.

Maria José Carneiro, uma das pesquisadoras que aborda os diferentes impactos do contexto urbano-industrial na realidade rural, ressalta que os efeitos das medidas modernizadoras implantadas na agricultura foram sentidos de diferentes formas pela população rural, que possui universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos (CARNEIRO, 1998). Em sentido complementar, Santos reflete sobre os impactos geográficos a partir dessa heterogeneidade das populações, destacando que “o fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado” (SANTOS, 1988, p. 14) que, se artificializa na medida em que o capital avança sobre a natureza primitiva, tornando-a hostil.

Já Shanin (1979) aponta como características principais do campesinato independentemente do seu contexto histórico-geográfico: o cultivo da terra; a unidade de produção familiar; a comunidade de aldeia como unidade básica de organização social e sua posição como classe mais baixa da sociedade. Dentro dessa explicação, fica mais fácil compreender a dificuldade de adaptação dos novos-rurais ao estilo de vida campesino. Até porque, ser um campesino não é uma coisa que se aprende do dia para a noite, tampouco nos bancos das universidades.

Trata-se de um conhecimento que é passado de geração para geração. E, está longe de ser um conhecimento limitado, como alguns já fizeram tentar parecer. Para além das ambições econômicas, o fazer campesino, historicamente, esteve ligado a um prazer focado em suprir as necessidades da família.

Dessa forma, essa progressiva objetivação do indivíduo está entre os paradoxos e tensões apontadas por Simmel em relação à vida nas metrópoles onde, segundo o autor, há uma predominância do intelecto sobre as emoções motivada pela lógica econômica (SIMMEL 1973 (1903)). Segundo Bauman (1999), em consonância com o pensamento de Velho (1995), na contemporaneidade vivemos sobre a égide do capitalismo globalizado, que diminui distâncias, mas é excludente, tanto em nível econômico como social.

A não-linearidade e multidimensionalidade dos processos socioculturais é maximizada nos centros urbanos cuja principal característica é a geração de estilos de vida e visões de mundo diferenciados que, no limite, levam à experiência da fragmentação. Esta não é um impedimento à vida social, mas uma característica marcante, até certo ponto inédita, da modernidade (VELHO, 1995, p. 232).

Sendo assim, a proposta inicial de ampliação das cidades, que se tornariam locais onde existiria menos diversidade cultural, não se concretizou. A não integração dos moradores das periferias e consequente formação de bolsões de pobreza, segundo Augé (2009), acabou por comprometer o desenvolvimento de laços entre os moradores das cidades e diluir a importância da identidade cultural propiciando o que o autor chamou de “novo nomadismo” que se caracterizaria por uma ausência de raízes em relação à cidade de origem. Além disso, para Maffesoli (2001), paradoxalmente ao “tribalismo” (MAFFESOLI, 2004) que, segundo o autor envolve um sentimento de pertencimento a partir de um local, o nomadismo seria caracterizado por uma ausência de estabilidade do ser, característica da pós-modernidade.

Partindo dessa ideia do não-ser de Maffesoli para retornar ao camponês, pode-se dizer que esse é um outro conceito que reúne concepções diferentes até pela heterogeneidade desses sujeitos sociais. Para Shanin (2005), o termo camponês é cercado por uma certa mistificação já que ele só pode ser compreendido a partir do processo de conhecimento da sociedade o que, por si só, já é uma tarefa complexa. Além do que, a depender do continente, estado ou região, o camponês tem características diversas que não podem ser contidas em uma única

definição. E até mesmo o camponês de um mesmo espaço geográfico já não seria o mesmo com o passar dos anos. É importante ressaltar que o modo de vida camponês também se converteu numa forma de trabalho na medida que esses agricultores familiares se inseriram numa sociedade em que predominam as relações capitalistas (ABRAMOVAY, 1992).

Visto isto, destaca-se que nesse capítulo foram abordadas as questões relativas ao desconforto na cidade frente aos processos de globalização. No próximo capítulo será discutido o impacto do consumo e das relações sociais desenvolvidas no campo na contemporaneidade.

CAPÍTULO II- CONSUMO E RELAÇÕES SOCIAIS MEDIADAS PELO CAPITAL: UMA PROMESSA DE FELICIDADE

2.1 A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NA SOCIEDADE DE CONSUMO

Nesse capítulo será abordada a produção de subjetividade na sociedade de consumo que, segundo alguns intelectuais e acadêmicos (GUATTARI; ROLNIK, 1999; PELBART, 2003; SIBILIA, 2003), seria uma dimensão específica da sociedade contemporânea e a forma que ela impacta as identidades. Nessa discussão, observa-se que a sociedade de consumo remete a abordagens diferentes dependendo dos aspectos relacionados ao tema. Jean Baudrillard (1995), por exemplo, defende uma abordagem que considera o valor-signo dos objetos de consumo, isto é, a capacidade que têm de representar algo para o indivíduo. O autor denomina esses objetos de objetos-signo, que seriam consumidos não pela sua utilidade, mas pela capacidade de remeter o consumidor a uma determinada posição. Assim, os indivíduos estariam classificados de acordo com esses objetos de consumos e seus usos. O objeto teria, portanto, uma significação social. No entanto, para o autor, a própria lógica do consumo remeteria a ilusões e frustrações já que ao atrelar a satisfação a diferentes objetos considera-se a existência de uma “democracia de consumo”, que não é real. Além disso, a lógica do consumo é alimentada por estratégias de poder que, de fato, marcam através dos objetos os lugares e limitações sociais das pessoas.

Já Gilles Lipovetsky em *O império do efêmero* (1989) aposta na autonomia dos sujeitos perante seus gostos e necessidades. De uma certa forma Lipovetsky tem uma abordagem otimista da sociedade de consumo, que se caracterizaria como um momento de busca do “prazer para si mesmo”, o que por si embutiria a possibilidade de escolha, de autonomia do sujeito, estimulando, assim, a democratização e, também, o privilégio do eu sobre o todo.

Outrossim, Mike Featherstone (1995) aborda a importância dos estilos de vida para as pessoas. O conceito de estilo de vida tem se feito cada vez nas teorizações relativas as identidades na contemporaneidade em diversos campos.

De acordo com Reimer (1995, 121), a expressão estilo de vida começou a ser utilizada na virada do século XX, momento em que a sociologia se tornava uma disciplina independente. Industrialização e urbanização, dois aspectos importantes da modernidade, sinônimos de alta mobilidade e mudança constante, criam novas perspectivas para o lazer e o consumo, áreas que passam a ocupar ocupa para o lazer e o consumo, áreas que passam a ocupar um espaço crescente do status social. (FREIRE FILHO,2003, p. 73)

Assim, os indivíduos se expressariam de acordo com suas opções de consumo e essas marcariam as diferenças entre eles. Em conformidade com Bourdieu (1983), Featherstone (1995) entende os objetos como “marcadores de classe” e definidores de posições de poder de acordo com o campo social em que se encontram. Dessa forma, para o autor, através da singularidade presente na garantia de um estilo de vida, que é influenciado por intermediários culturais no qual se incluem grupos de intelectuais e até a mídia, seriam expressos os privilégios. Sendo assim, Featherstone (1995) aponta ainda três linhas para a cultura do consumo; a econômica, a sociológica e a psicológica. Sendo a econômica voltada para produção capitalista de mercadorias, a sociológica, na qual a satisfação e o status inerentes aos objetos de consumo estão condicionados às diferenças sociais e, por fim, a psicológica remeteria aos sonhos e desejos presentes no imaginário cultural consumista.

Cabe destacar que Livia Barbosa (2005) traz ainda a relação entre a maneira de consumo com a forma de exercício da cidadania. Segundo a autora, com a degradação da política e a descrença em suas instituições, o consumo privado de bens e os meios de comunicação passaram a dar as respostas para as questões próprias dos cidadãos. Trazendo a discussão para a temática desse estudo, os camponeses também estão inseridos nessa lógica do consumo que perpassa toda a sociedade e são compreendidos ora como subordinados aos mecanismos econômicos, ora a partir de perspectiva de uma classe potencialmente revolucionária. Nessa pesquisa, busca-se compreender como se dá a produção de subjetividades desses indivíduos sujeitos aos mecanismos de operação do capitalismo e do consumo.

A essência da máquina é precisamente essa operação de afastamento de um significante como representante, como ‘diferenciante’ (*différenciant*) como corte causal, heterogêneo à ordem das coisas estruturalmente estabelecidas (GUATTARI, 1974, p. 243).

Indo ao encontro dessa discussão, Bauman reflete sobre “as forças modeladoras do caráter transnacional” que são em boa parte anônimas e, portanto, difíceis de identificar. São um aglomerado de sistemas manipulados por atores em grande parte ‘invisíveis” (BAUMAN, 1999, p. 65). É nesse sentido que as pessoas se sentem impelidas a lugares excludentes, muitas vezes forçadas a reproduzirem dinâmicas incompatíveis com suas subjetividades, reforçando discursos dominantes em lógicas de consumo que favorecem conglomerados comerciais cujos verdadeiros donos são desconhecidos.

Ao refletir sobre essa visão do consumo, que pode ser vista dentro do âmbito da “sociedade mundial de controle”, segundo Hardt (2000), consumir torna-se o dispositivo de controle social pós-moderno que as empresas transnacionais passam a adotar, por meio das marcas e de suas estratégias de produção de “modos de ser”, articulando e reproduzindo as novas ordens sociais, sobretudo pela publicidade (TAVARES; IRVING, 2009).

Nesse sentido, pode-se dizer, a partir de Deleuze e Guattari (2004), que o Capitalismo Rizomático em sua fluidez e desterritorialização (PELBART, 2003) promove a desconstrução do eu e, através de um rizoma, permite que todos se influenciem e sejam influenciados por agenciamentos mútuos promovendo uma espécie de mercantilização dos desejos. Assim, segundo os autores, o capitalismo se desenvolve a partir de diferentes platôs, atravessados pela economia e pela subjetividade, e que envolvem novas identidades orientadas para o consumo. Guattari (1987) também aponta para o poder de coerção presente tanto nas relações de produção quanto nos impulsos desejanter que se movem através do rizoma. Todos se conectam à máquina de exploração atribuindo novos modos de sujeição e hierarquização do socius além de diferentes significados históricos, econômicos e sociais. Outros autores como Baudrillard (1981); Lipovetsky (1989); Featherstone (1995) dialogam com o autor no sentido de estudar o consumo a partir do modelo capitalista e, mais especificamente, do Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI, 1990).

Analisando o consumo a partir da cultura Featherstone (1995), destaca três aspectos que considera fundamentais para estudar o que ele chama de “cultura do consumo” que seriam: a expansão da produção de mercadorias; a relação entre satisfação e projeção social conseguidas a partir do acesso aos bens; e os prazeres

emocionais associados ao consumo e modelados a partir de um imaginário cultural consumista. Portanto, segundo o autor, o consumo iria bem além da espera da produção englobando também uma série de bens simbólicos.

Para Bauman, a Sociedade de Consumo oferece as condições ideais para, através de instrumentos de coerção e persuasão, levar homens e mulheres a abraçarem a cultura consumista e se submetam a todos os preceitos idealizados por ela.

A “sociedade de consumidores”, em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas (BAUMAN, 2008, p. 71).

Segundo Bauman (2001), os consumidores são, acima de tudo, colecionadores de sensações e os objetos devem proporcionar sensações novas, não experimentadas, impulsionadas pelo permanente “querer”. Mas do que a busca, o que marca esse consumidor é a inquietude, o movimento e a promessa, ainda que não cumprida, de satisfação. O diagnóstico de Karl Marx a respeito do “fetichismo da mercadoria” parece estar atingindo seu ápice. A magia do consumo tem enfeitiçado todos os hábitos socioculturais e o capitalismo alcança o domínio absoluto do mercado em todas as esferas da vida.

O autor discorre, também, sobre a relação entre o consumo e a felicidade a partir da análise de que são as insatisfações e sonhos não realizados que estimulam a economia a girar, levando-o a concluir que a capacidade do consumo de gerar felicidade é limitada. A promessa, portanto, de alcance da felicidade estaria no cerne do consumo e poderia se manter constante na medida em que houvesse uma perpétua insatisfação. Portanto, a atração de uma vida de compras estaria centrada nesses começos e recomeços constantes. Haveria, portanto, uma mercantilização dos desejos que, transformados em necessidades (FERREIRA; TAVARES, 2017) produziriam consumidores que vivem num sofrimento contínuo (DELEUZE; GUATTARI, 2004).

O desdobramento do Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI, 1987) em Capitalismo Rizomático (PELBART, 2003), segundo Sibilia (2003), acaba por desencadear também a produção de novas subjetividades. Atuando nessa esfera imaterial, o capital além de dominar os ciclos monetários também passa a controlar as relações de produção e os impulsos desejantes que perpassam o consumo e as

relações dos indivíduos com o meio (GUATTARI, 1987).

Nessa conjuntura, segundo Chayanov (1974), a relação trabalho *versus* consumo na economia camponesa passa pela satisfação das necessidades familiares. Diferentemente do processo de produção capitalista, o objetivo do camponês não é o lucro tampouco a exploração da força de trabalho, mas a garantia da propriedade para reprodução do espaço e da vida familiar. No entanto, Nestor Canclini (2009) manifesta a preocupação de que, quando o campesinato se veja diante da necessidade de conformação à ordem econômica global para não ser excluído, acabe por abrir mãos de alguns de seus princípios basilares.

Ainda nessa discussão, Guattari (1987) pensa a subjetividade a partir de um processo mutante de perceber o mundo e de nele agir. Para Deleuze (1988) toda a subjetividade é produzida a partir da ação de forças de enfrentamento, de luta e de choque que atuam de diferentes formas sobre o “eu” dos sujeitos.

O lado de fora diz respeito à força: se a força está sempre em relação com outras forças, as forças remetem necessariamente a um lado de fora irreduzível, que não tem mais sequer forma, feito de distâncias indecomponíveis através das quais uma força age sobre a outra ou recebe a ação da outra (DELEUZE, 1988, p. 93).

Todo o processo de produção de sujeito, de acordo com Deleuze (2001), viria no encontro dos dados, isto é, a partir de um campo complexo de experiências sem possibilidade de qualquer tipo de controle dos acontecimentos. E, nesse sentido, o consumo teria um importante papel na produção de novos modos de ser, assunto que será abordado a seguir.

2.2 O CONSUMO VERDE E O NEORRURALISMO COMO MODO DE SER

No tópico anterior abordou-se a inquietude do consumidor frente as muitas possibilidades oferecidas pelo mercado e a forma como a magia do consumo tem influenciado o imaginário da sociedade. Nesse sentido, pode-se entender que o consumo verde, enquadrado nesse estudo a partir de um discurso ambiental presente na sociedade, é capturado e ressignificado pelo capitalismo que, para atender a seus interesses, lança mão de diversas estratégias para obter o lucro. O consumo verde na teoria estaria ligado não apenas ao preço e a qualidade do

produto e ao processo de distribuição e descarte, mas acompanharia também uma tendência mundial de preocupação como meio-ambiente.

O consumidor verde foi amplamente definido como aquele que, além da variável qualidade/preço, inclui, em seu “pote de escolha”, a variável ambiental, preferindo produtos que não agredam, ou são percebidos como não agredindo o meio ambiente. De acordo com a concepção weberiana, as ações humanas devem ser explicadas mais pelas intenções que as inspiram e as consequências esperadas (ou seja, os propósitos) do que em termos de suas consequências reais (PORTILHO, 2005, p. 114).

No entanto, vale ressaltar a diferença entre os conceitos de consumo-verde e consumo sustentável. Enquanto o consumo verde reflete um padrão de consumo capturado e incentivado pelo capitalismo, o consumo sustentável tem um discurso mais alinhado com a preocupação cada vez mais presente com as condições de reprodução da vida planetária em decorrência do aquecimento global, da redução das fontes de água potável e do aumento exponencial de lixo.

O “consumidor verde”, segundo Tavares (2007), seria uma identidade de consumo influenciada pelo modo ser ecologicamente correto produzido a partir da influência da mídia e da publicidade que vendem a ideia de um viver bem associado a um modo de vida mais consciente. Para o autor, “[...] a questão do consumo verde parece estar fundada sob a lógica da metamorfose desse capitalismo que legitima a criação de novos sentidos, apelos e modos de ser [...]” (TAVARES, 2007, p. 123). Esse consumo pós-moderno seria justificado pelo “desejo de desejar” e a capitalização de tudo que não era capitalizável (PELBART, 2003). No entendimento de Tavares (2016) o fato de se deixar levar por esses desejos reflete a ambiguidade e contradição do ser humano.

A esse nomadismo do desejo, Rolnik (1997) creditaria a fabricação de subjetividades plurais que, resultariam em novas identidades consumistas. Em consonância com esse conceito, as palavras de Bauman (2001):

Em vista da volatilidade e instabilidade intrínsecas de todas ou quase todas as identidades, é a capacidade de “ir às compras” no supermercado das identidades, o grau de liberdade genuína ou supostamente genuína de selecionar a própria identidade e de mantê-la enquanto desejado, que se torna o verdadeiro caminho para a realização de fantasias de identidade. Com essa capacidade, somos livres para fazer e desfazer identidades à vontade. Ou assim parece (BAUMAN, 2001, p. 98).

Nesse contexto, cabe trazer à luz algumas reflexões de Fátima Portilho

(2005) relacionadas à mudança de foco das discussões ambientais que, inicialmente, estavam centradas no crescimento demográfico dos países em desenvolvimento e, após a Conferência de Estocolmo, em 1972, passou a analisar também a produção desenfreada dos países desenvolvidos e industrializados, trazendo um cenário de disputa em relação à responsabilidade pela crise ambiental. Portanto, segundo a autora, a ideia de um consumo verde só é possível a partir desse deslocamento da produção para o consumo.

Portilho (2005) traz ainda três fatores inter-relacionados para a proposta de consumo verde; o “ambientalismo público”, a partir da década de 1970 focado na humanidade e em seus ambientes; a ambientação do setor empresarial, a partir da década de 1980, quando o empresariado se apropria do ideário ecológico e a percepção do impacto ambiental do consumo que, a partir da década de 1990, mais especificamente após a Rio92¹⁹, passou a considerar a necessidade de estratégias de política ambiental para frear o consumo dos países ricos e industrializados.

Assim, nas últimas décadas os consumidores passaram a ser expostos a essa problemática e, com isso, houve uma valorização dos produtos e estilos de vida associados ao verde. Na esteira da descoberta desse tipo de consumo vieram também alguns valores ligados à ideia do “sustentável” como o uso de sacolas recicláveis nos supermercados, compartilhamento de casas e carros e, também, a mudança da cidade para o campo para viver uma vida mais próxima a natureza. A última opção, no entanto, não oferece garantias de sustentabilidade já que para o próprio camponês nato se manter no campo na contemporaneidade tem sido um desafio diário.

Visto isto, no próximo tópico será abordada a produção de identidades dentro desse contexto do consumo e as representações sociais do campesino.

2.3 PRODUÇÃO DE IDENTIDADES PRÊT-À-PORTER NO CAMPO

Depois da abordagem no subtópico anterior a respeito da sustentabilidade e

¹⁹ A Conferência Eco-92 ou Rio-92 foi a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid

do consumo que desencadeiam novos modos de ser verdes, procura-se agora abordar o tema da produção de identidades no contexto do Capitalismo Rizomático. Para isso, convoca-se Stuart Hall (2006) que estudou os efeitos da globalização sobre as identidades que, de centradas e fechadas a uma cultura nacional, passam a ter um efeito pluralizante. Hall destaca que as identidades nacionais são construídas a partir dos sentidos sobre a nação atribuídos pelas culturas nacionais a partir de histórias e memórias. Nesse sentido, as identidades seriam colocadas entre o presente e o passado e a cultura nacional se encarregaria de unificar os diferentes membros de uma determinada cultura em uma grande família.

No entanto, o autor supracitado, destaca que a globalização teria provocado um deslocamento forte das identidades nacionais no fim do século XX e um enfraquecimento delas dando origem a novas identidades híbridas ou globais. Para Hall (2006), as identidades sempre foram plurais e fluidas, no entanto, o encurtamento do tempo trazido pela globalização acabou por evidenciar o processo.

Para Rolnik (2000), essas identidades seriam formadas a partir da incorporação de fluxos culturais influenciados pelo consumo que passou a ocupar todas as esferas da vida transformando indivíduos através da produção de “identidades prêt-à-porter” ou “kits de subjetividade”, que têm como característica o fato de estarem em constante mutação. Essas transformações engendradas pelo Capitalismo Rizomático (DELEUZE; GUATTARI, 1995), gerariam uma pseudo-realidade de pertencimento (TAVARES; IRVING, 2014) a determinados grupos da sociedade tornando as fronteiras flexíveis e a unificação cada vez mais difusa. O Capitalismo Rizomático, portanto, teria produzido um campo fértil para o surgimento dessas identidades prêt-à-porter fabricadas a partir do que Deleuze e Guattari (2004) chamam de “máquinas desejanter” ou corpos sem órgãos feitos para produzirem incessantemente desejos que, na pós-modernidade, incorporam o “ser ecologicamente correto” como elemento de sedução.

Tavares (2019-b) acrescenta que esses “kits de subjetividade” são produzidos sem intervalos através dos desejos constantemente alimentados pela mídia, que trata de apresentar sempre um novo objeto de consumo para manter a chama desse desejo insaciável acesa. Rolnik traz a complexidade da implicação do processo de globalização na formação dessas identidades.

Não é tão simples assim: é que a mesma globalização que intensifica as misturas e pulveriza as identidades, implica também na produção de kits de

perfis padrão de acordo com cada órbita do mercado, para serem consumidos pelas subjetividades, independentemente de contexto geográfico, nacional, cultural etc. Identidades locais fixas desaparecem para dar lugar a identidades globalizadas flexíveis que mudam ao sabor dos movimentos do mercado e com igual velocidade (ROLNIK, 1996, p. 1).

Dentro desse mesmo contexto, verifica-se, segundo Costa (2002), um paradoxo:

À medida que os processos contemporâneos de globalização se intensificam e se alargam, envolvendo poderosíssimas dinâmicas de interligação e intercâmbio, de comunicação e difusão em termos mundiais, as identidades culturais diferenciadas, específicas, fragmentadas, ou mesmo marcadamente particularistas, em vez de se esbaterem ou desintegrarem, parecem tender a proliferar, a multiplicar-se e a acentuar-se (COSTA, 2002, p. 15).

Ainda nessa discussão, segundo Moscovici (2005), as formas de pensar, sentir e agir dos sujeitos seriam elaboradas por membros de diferentes grupos sociais. Pensamento que é corroborado por Hennigen e Guareschi (2006) que dizem: “não se pode pensar mais que a identidade emerge de um centro interior, mas sim da tensão entre os discursos da cultura e o desejo (consciente e inconsciente de responder aos seus significados e identificar-se” (HENNIGEN; GUARESCHI, 2006, p. 58).

Portanto, a construção do sujeito seria atravessada pelas relações de poder e de consumo presentes no campo social, que é passível de transformação e de mudanças. Para Castells (1999), pode haver identidades múltiplas, o que por si só já é fonte de tensão e contradição. A construção de identidades coletivas, segundo o autor, se dá principalmente a partir dos determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, isto é, das instituições dominantes. Nas palavras dele:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço (CASTELLS, 1999, p. 23).

Acrescenta Stuart Hall (2014), que há uma certa dificuldade de definição da identidade no percurso histórico. Exatamente por isso estabeleceu três concepções diferentes de identidades, a do sujeito do iluminismo, que se mantém unificado ao

longo de sua existência; a do sujeito sociológico, que se forma na relação com a sociedade e a do sujeito pós-moderno, composto de várias identidades, por vezes contraditórias que Maffesoli (2004) defende não como identidade, mas a partir do conceito de identificação. E a essa necessidade de pertencimento à múltiplas identidades que, para Bauman (2005) leva a uma necessidade de experimentação contínua.

Tal qual Maffesoli, Paulo Carrano também se vale do conceito de identificação ao se referir às identidades que, para o autor, são relacionais e sujeitas a uma dinâmica social que exige uma multiplicidade de linguagens e relações. Sendo assim, pode-se entender que o sujeito rural também é diretamente afetado por esse mundo de possibilidades e escolhas.

Trazendo uma abordagem diferente da apresentada por Maffesoli (2004), Castells (1999) acredita que essa busca pode ser positiva no sentido de se evitar a homogeneização trazidas pela globalização e pelo cosmopolitismo. Essa progressiva objetivação do indivíduo está entre os paradoxos e tensões apontadas por Simmel em relação à vida nas metrópoles onde, segundo o autor, há uma predominância do intelecto sobre as emoções motivada pela lógica econômica (SIMMEL, 1973).

Dentro desse contexto, Moreira (2014) traz uma abordagem a respeito do rural contemporâneo que é diferente do rural dos Antigos Regimes na medida em que é influenciado pela cultura hegemônica burguesa. De acordo com as análises do autor essa influência se basearia em valores culturais rurais vindos da cidade que, na pós-modernidade teria feito emergir novas ruralidades imbuídas de práticas e saberes econômicos, culturais e políticos.

Levando-se em conta as dimensões da realidade que trazem o sentido de pertencimento comum, as identidades sociais rurais podem ser compreendidas a partir de poderes assimétricos presentes entre os diferentes tipos de habitantes do território rural. Para Moreira (2014) essa identidade social-rural teria necessariamente que ser relacionada com as redes sociais relacionais considerando as complexidades interna e externa que envolvem o local e o global.

O reconhecimento desta complexidade nos revelaria hierarquias sociais socialmente produzidas, assimetrias de poderes e valores culturais herdados e reproduzidos em processos de socialização de grupos, comunidades e classes sociais, bem como de individuação de pessoas e cientistas (MOREIRA, 2014, p. 23).

Nesse sentido, fazendo a relação entre esse plano analítico e o objeto dessa pesquisa, pode-se considerar que os neorrurais ocupam o novo espaço com uma identidade prêt-à-porter segundo o sentido etimológico da expressão francesa, “pronta para ser vestida”.

Com isso, pulverizam-se muito rapidamente as identidades, o que pode levar a supor que o modelo identitário na construção da subjetividade estaria sofrendo pulverização semelhante. Mas não é bem assim: ao mesmo tempo em que se dissolvem as identidades produzem-se figuras-padrão, de acordo com cada órbita do mercado. As subjetividades são levadas a se reconfigurar em torno de tais figuras delineadas a priori (...). Identidades locais fixas desaparecem para dar lugar a identidade globais flexíveis. Estas acompanham o ritmo alucinado do mercado, mas nem por isso deixam de funcionar sob o regime identitário (ROLNIK *in* ALLIEZ, ano, p. 454).

Rolnik acrescenta que ocorrem dois processos paralelos nas subjetividades; o enrijecimento de identidades locais e a ameaça de pulverização total de toda e qualquer identidade a partir das oscilações do mercado.

Assim, dentro dessa discussão, pode-se observar que, ao deixar o ambiente urbano, o neorrural carrega consigo uma série de experiências vividas na cidade que necessariamente farão com que ao chegar no campo interfira no processo de produção de subjetividades do campesino. Como indivíduo híbrido, fruto da globalização e de um processo identitário complexo, o neorrural poderá vivenciar também no meio rural a pluralidade de identidades a partir das novas escolhas de “modos de vida” que não estão livres das influências do capitalismo globalizado. A partir do desejo de viver próximo à natureza ele também está sujeito às armadilhas do consumo e às fantasias em relação ao estilo de vida verde reguladas por estratégias de pertencimento social e pela efemeridade dos modelos identitários “sempre vinculados às propostas e aos interesses do mercado” (SIBILIA, 2002, p. 33).

Nesse sentido, o próprio jargão “viver fora do sistema” frequentemente utilizado por neorrurais pode ter sido capturado pelo mercado no sentido de produzir desejos a partir de uma “modelagem pré-fabricada do rural”. Sobre essas modelagens, Ferreira e Tavares trazem a seguinte reflexão,

Essa mutabilidade das modelagens marcárias faz emergir uma subjetividade que é móvel e regulada pelo consumo. Nessa lógica, há a produção de novos “modos de ser” por meio de “identidades prêt-à-porter”

que são produzidas e retroalimentadas pelo mercado (FERREIRA; TAVARES, 2017, p. 47).

No tocante às amplas possibilidades de acesso à novas identidades hodiernamente, Hall (2014) lembra:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (HALL, 2014, p.13).

Maria José Carneiro (1998) faz uma reflexão a respeito das relações sociais que se desenvolvem no processo de integração das aldeias à economia global e à forma como elas podem acabar gerando identidades calcadas no sentimento de pertencimento a uma determinada localidade dando uma dimensão das possibilidades de trocas e das variáveis identitárias possíveis a partir da interação do rural com o urbano que, não necessariamente resultaria numa ruptura. Em seus estudos sobre as identidades rurais, a autora reconhece a possibilidade de conflitos como parte do processo de heterogeneidade social, no entanto, acredita que a diversidade pode vir a ser um ingrediente a mais para reforçar a identidade campesina a partir da alteridade em relação ao neorrural ainda que possa refletir uma nova oposição entre o rural e o urbano.

Pelo exposto, é possível afirmar que o desejo de ser verde pode estar produzindo novas identidades prontas para o consumo. Ao mesmo tempo em que a fluidez e a ausência de fronteiras na contemporaneidade têm contribuído para produção de identidades híbridas, como foi visto nesse capítulo, essas mesmas identidades são atravessadas pelas redes e por mecanismo de controle, conforme será visto a seguir.

CAPÍTULO III- DO CONTROLE AO CONEXIONISMO EM REDE: A INTERNET COMO PRODUTORA DE NOVOS MODOS DE VINCULAÇÃO NO CAMPO

3.1 A INTERNET E OS MODOS DE VINCULAÇÃO CAPITALÍSTICOS

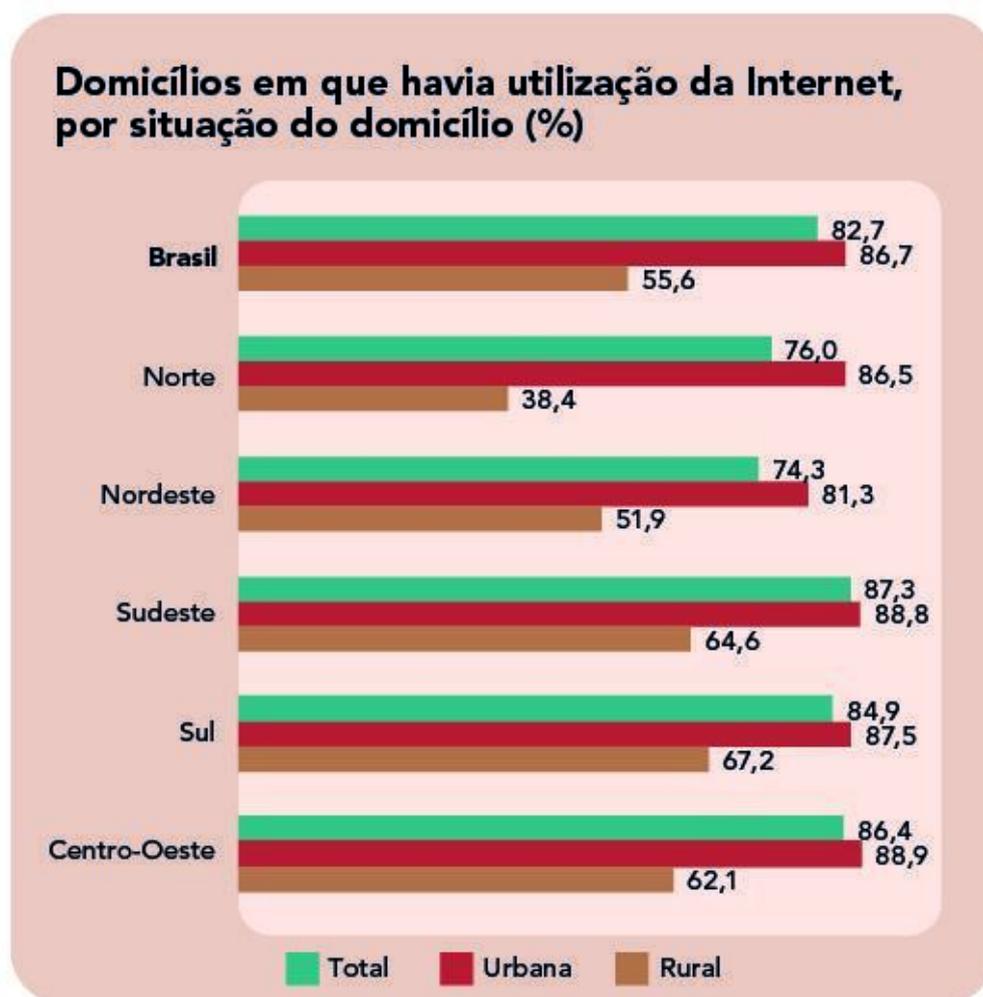
Na contemporaneidade, cerca de 30 milhões de pessoas moram no campo, enquanto há 50 anos metade da população brasileira vivia na zona rural. No entanto, considerando que muitas cidades do Brasil ainda são de porte bastante pequeno, pode-se considerar que o rural ainda é uma realidade muito presente no país. Nos últimos anos, políticas de incentivo ao êxodo rural aliadas às dificuldades de assistência médica e acesso à educação de qualidade, principalmente no nível superior, aos poucos foram esvaziando o campo.

Observa-se que a pandemia do Covid-19 acelerou o uso das tecnologias no meio rural já que a agilização de diversos processos dependia de internet de qualidade. Segundo dados de uma pesquisa da ABMRA, Associação Brasileira de Marketing Rural²⁰ e Agronegócio, 88% das fazendas especializadas na agricultura estão conectadas. Um levantamento da Embrapa, em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostrou que 85% dos pequenos e médios produtores utilizam a internet para gerenciamento das propriedades.

A própria presença expressiva da Internet nos domicílios brasileiros que, segundo dados do IBGE de 2019, chega, ainda que de forma desigual, em oito de cada dez domicílios no país, aponta para a necessidade da utilização mais frequente de análises em pesquisas acadêmicas que envolvam o espaço digital. É claro que ainda há uma predominância de acesso nas áreas urbanas. Essa mesma pesquisa do IBGE mostrou que 19,2% dos domicílios pesquisados no país não utilizam a Internet devido à indisponibilidade do serviço.

²⁰ Ver mais em: Associação Brasileira de Marketing Rural. Disponível em: <https://abmra.org.br/>. Acesso em 06 jun. 2022.

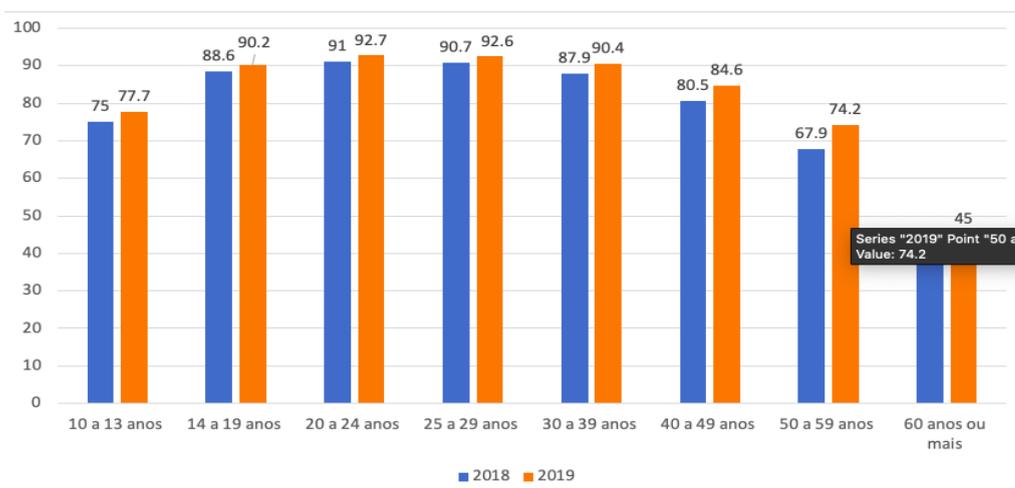
Gráfico 4- Utilização da internet por situação do domicílio



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

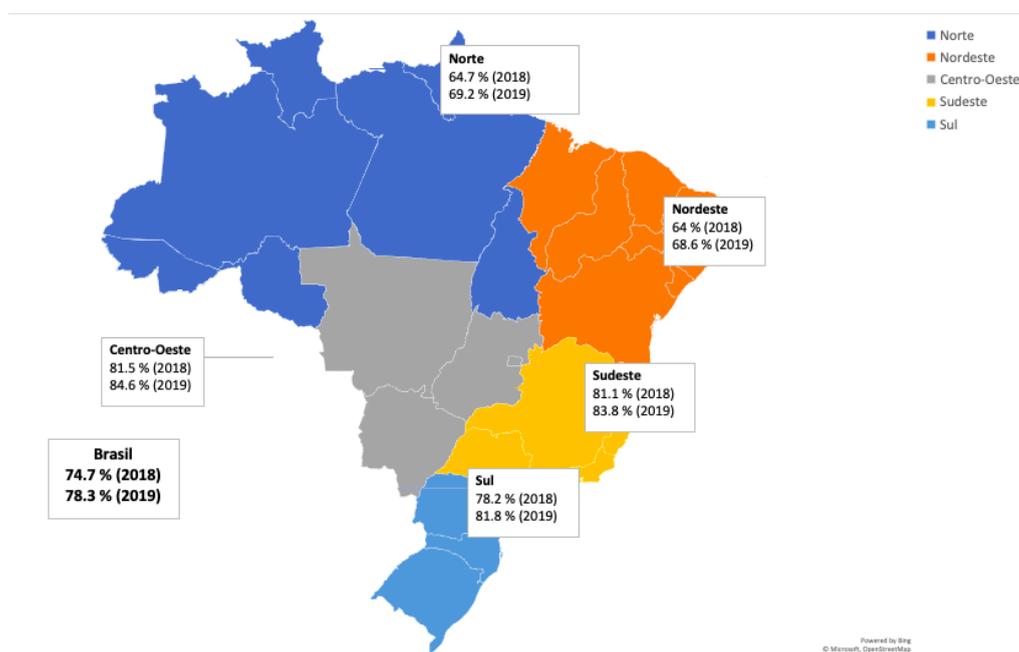
No entanto, observa-se nesse cenário que a expansão significativa do acesso à internet na zona rural durante a pandemia contribuiu significativamente para o aumento da competitividade do agronegócio e acena, também, com a possibilidade de mais jovens fazerem a mudança para o campo. Algumas famílias que antes ficavam entre o campo e cidade já se estabeleceram de forma definitiva nas propriedades rurais. Na contemporaneidade, de acordo com dados do Censo Agropecuário 2017 apenas 5% da população rural brasileira tem menos de 30 anos. Uma faixa etária bastante produtiva e que, conforme mostra o gráfico abaixo, é justamente a que mais usa a internet.

Gráfico 5: Utilização da Internet por faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2019) Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua.

Gráfico 6: Pessoas que utilizaram a internet (%) por Grandes Regiões



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2019) Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua.

Paralelamente a esse uso técnico, a Web 2.0, que dá suporte para a estruturação das redes de mídia social, possibilitou a construção de um mundo

virtual que, de acordo Pierre Lévy (1999), pode simular fielmente um mundo real com ambientes físicos imaginários, leis e relações diferentes das que governam o mundo comum. Tudo graças a criação do Ciberespaço, definido por Lévy.

[...] é o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações. Consiste de uma realidade multidirecional, artificial ou virtual incorporada a uma rede global, sustentada por computadores que funcionam como meios de geração de acesso (LÉVY, 2009, p. 93).

De acordo com Arasaki (2016), a compreensão da Internet deve se dar a partir da possibilidade que ela oferece de sustentação para diferentes aplicativos que possibilitam a colaboração e construção de informações, compartilhamento de arquivos, colaboração e cocriação de perfis de usuário e ferramentas de networking e vida virtual. Já para Acioli (2007, p. 3) “trabalhar com a ideia de redes significa trabalhar de forma articulada com a ideia de informação”.

Em uma abordagem diferente, Marshall McLuhan (1964) traz o mito de Narciso e a palavra grega *narcosis*, que significa entorpecimento, para falar da relação do jovem Narciso com o seu próprio reflexo na água e sobre o fascínio dos homens em relação às extensões de si próprios. O autor faz uma analogia do mito de Narciso com a tecnologia, que, assim como o espelho, seria uma extensão do corpo.

Desse modo, se faz mister discutir como a Internet passou a influenciar diretamente a produção de subjetividades a partir das redes sociais.

Trocando em miúdos: em vez de homogeneizar a condição humana, a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais tende a polarizá-la. Ela emancipa certos seres humanos das restrições territoriais e torna extraterritoriais certos significados geradores de comunidade — ao mesmo tempo que desnuda o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas, do seu significado e da sua capacidade de doar identidade. Para algumas pessoas ela augura uma liberdade sem precedentes face aos obstáculos físicos e uma capacidade inaudita de se mover e agir a distância. Para outras, pressagia a impossibilidade de domesticar e se apropriar da localidade da qual têm pouca chance de se libertar para mudar-se para outro lugar (BAUMAN, 1999, p. 25).

A essa pesquisa interessa particularmente como os usos da tecnologia estão influenciando na conformação dos corpos e subjetividades entendendo, a partir de Sibilia (2003), “que todos esses vetores socioculturais, econômicos e políticos

exercem uma pressão sobre os sujeitos dos diversos tempos e espaços, estimulando a configuração de certas formas de ser e inibindo outras modalidades”. A autora destaca as vertiginosas mudanças em escala global que as redes digitais trouxeram e o modo como essas práticas que germinam podem provocar metamorfoses em todos os cantos do mundo.

Sobre essa discussão, na década de 90 Gilles Deleuze (1992) já alertava para a interferência de possíveis dispositivos de poder que viriam camuflados nas novas tecnologias inseridas no mercado e anteviu mudanças. Dentro do guarda-chuva dos aparatos tecnológicos surgidos a partir da expansão da internet, interessa particularmente a esse trabalho a compreensão das redes sociais associadas às comunidades virtuais a partir do conceito de modo de vinculação (YAMAMOTO, 2013). Ambas se relacionam ao tema da sociabilidade que se dá a partir da intermediação dos aparatos comunicacionais em rede (CAZELOTO, 2011).

Segundo Cazeloto (2011), os modos de vinculação se relacionam com macroestruturas sociais, econômicas, tecnológicas e culturais, que abrangem também aspectos simbólicos. Sendo assim, parte-se do princípio de que esses vínculos são construídos historicamente e não apenas por questões relacionadas a aspectos emocionais. Sendo a formação de comunidades apenas uma das possibilidades de vinculação.

Cabe destacar que vários autores já trouxeram contribuições no sentido de ampliar a compreensão do sentido de comunidade. Nas palavras de Weber: “O conceito de comunidade é mantido deliberadamente vago e conseqüentemente inclui um grupo muito heterogêneo de fenômenos” (WEBER, 1987, p. 79).

Sendo assim, associando o objeto desse trabalho à temática, pode-se pensar que esse vínculo entre as pessoas no antigo modo de vida rural era estabelecido pelo fato dos camponeses terem um cotidiano, passado e futuro comuns. Na contemporaneidade, a partir da lógica capitalista e da incorporação de “valores imateriais, conexionalistas e naturais voltados à produção de desejos e modos de ser como identidades de consumo (TAVARES, 2014), esses vínculos sofreriam modificações principalmente a partir de novos discursos que circulam nas redes, consideradas instrumentos fundamentais para a noopolítica (LAZZARATO, 2006).

Indo ao encontro dessa discussão, Lazzarato (2006), traz que a noopolítica atua como dispositivo de formação do sensível a partir dos interesses dos mercados de consumo e das redes. Simmel (2006) destaca a efemeridade desses laços de

interação feitos e desfeitos nas mídias sociais a partir de interesses diversos dos indivíduos que influenciam uns aos outros de forma consciente, ou não. Portanto, a partir das redes sociais são apresentadas diferentes possibilidades de estar no mundo, permitindo que novos modos de ser (SIBILIA, 2003) sejam configurados.

Através das redes, pode-se também ter uma visão do entorno e, a partir de diferentes espaços onde operam relações de poder, perceber a multiplicidade do outro pensando o rural e a projeção dos integrantes do grupo em relação a esse campo temático. O que de uma certa forma se relaciona com o pensamento desenvolvido por Santos (1994) que considera o conhecimento do mundo e do lugar imprescindíveis, pois “cada lugar é o mundo” (SANTOS, 1994, p.116).

No entanto, Horst e Miller (2012) defendem que a humanidade dentro do contexto digital é tão autêntica quanto a anterior, pré-digital. Para os autores, o mundo digital não faz os humanos menos humanos. Em abordagem em relação às informações que circulam no ambiente digital, Braga (2008) destaca a possibilidade de democratização na produção e veiculação de conteúdos de toda ordem beneficiados pela relativa ausência de regulamentação, o que facilitaria o aumento significativo do alcance e circulação desses discursos.

Entre esses muitos discursos, destaca-se os relacionados à sustentabilidade que, em muitos casos, como destacam Deleuze e Guattari (1995) são apropriados de forma estratégica de maneira a gerar novas demandas de mercado, possibilitando uma sustentabilidade líquida e a criação de uma nova grife: “o mercado verde” (TAVARES, 2014).

Nessa discussão, de acordo com Tavares e Irving (2009) esse mercado verde, que transforma a natureza em objeto, é alimentado nas redes pelo discurso da sustentabilidade verde na qual estariam inseridas características do Ecopoder, que é um desdobramento do Biopoder, definido por Foucault (PELBART, 2003).

Após essa breve apresentação dos vínculos digitais e das influências capitalísticas que eles sofrem, no próximo tópico será abordada a influência dos usos das redes nos processos de produção de subjetividades.

3.2 REDES SOCIAIS COMO ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

No tópico anterior foi abordada a influência da *Web 2.0* na sociedade e como ela paulatinamente vem provocando mudanças nos modos de vida das pessoas que, segundo Castells (2011), dão forma à tecnologia, adequando-a as suas necessidades, valores e interesses. Nesse sentido, pelo fato do Brasil ser o segundo país na América Latina em que as pessoas passam mais tempo nas mídias sociais, pode-se ter uma dimensão do potencial de influência do digital no cotidiano delas e do sentido que atribuem ao tempo que passam online.

Em seus estudos sobre as sociabilidades online Van Dijck (2013) alertou para a forma como as plataformas têm moldado as relações entre as pessoas sendo impossível na contemporaneidade que as redes sejam vistas de forma desconectada da “vida real”. Neste contexto, Medrado (2000) aborda a complexidade e a dimensão simbólica do conteúdo que é produzido, armazenado e reproduzido nas redes destinado a produtores e consumidores.

Essa dissertação traz, especificamente, uma abordagem a respeito da dimensão e do poder de influência dos discursos a respeito do rural que circulam nos espaços digitais, onde novas sociabilidades são desenvolvidas. Esses imaginários formados a partir dos discursos veiculados nas plataformas segundo Valdir Oliveira (2012) têm provocado profundas transformações no campo, principalmente porque eles são originados de uma interpretação do que é ou deveria ser o rural a partir de uma orientação que muitas vezes envolve interesses conectados ao capital.

Na abordagem de Deleuze (1990), o poder estaria cada vez mais difícil de se localizar na medida em que ele é disseminado através das redes que, segundo o autor, são utilizadas como estratégias de agenciamento e controle de corpos e subjetividades. Nesse sentido, ressalta-se as práticas discursivas da indústria cultural que oferecem conteúdos sobre o mundo rural concentrados no agronegócio que hoje não se limitam mais às tvs abertas, onde slogans como “Agro é tech, o agro é pop, agro é tudo”, da campanha de marketing “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”, veiculada diariamente pela TVGlobo, formam um determinado imaginário a respeito do rural com objetivo de conectar o consumidor ao produtor rural.

Dentro desse mesmo objetivo de levar informação e tentar realmente fazer o agro ser pop algumas personalidades como Gisele Bündchen, Luana Piovani e Paola Carosella utilizaram o *Instagram* para se posicionarem politicamente e fazerem circular o post “diga não à PL do veneno”, em referência ao Projeto de Lei

6299/2002, aprovado em 10/02/2022, que muda as regras de apreciação e comercialização de agrotóxicos no país.²¹

Nesse sentido, pode-se verificar a existência de práticas comunicacionais hegemônicas que deixam de mostrar as contradições existentes no campo e estigmatizam lutas históricas como a da reforma agrária para visibilizar a modernização capitalista da agricultura (OLIVEIRA, 2012). Verifica-se, também, as possibilidades de resistência oferecidas pelas redes. Embora existam diferentes tipos de mídias sociais, a convergência dessas mídias contribuiu para popularização das redes sociais.

A partir da dimensão que as redes sociais passaram a ter no sentido de formar laços sociais, faz-se necessário uma definição do que são essas redes. Vários autores já se debruçaram sobre o tema entre eles os pesquisadores ingleses Wasserman e Faust (1994) e Degenne e Forsé (1999), que definem rede como um conjunto de nós conectados por arestas, isto é, um conjunto de dois elementos que envolvem atores (pessoas, instituições ou grupos) e suas conexões. Vale ressaltar que os níveis de troca social nas redes são bastante diversos possibilitando, inclusive, a participação em grupos sociais sem que haja qualquer tipo de interação entre os membros.

No entanto, para que essas interações sejam possíveis e o ciberespaço se torne um espaço de sociabilidade, faz-se necessário que esses atores sociais criem perfis individualizados nessas redes sociais. É a partir desses perfis que esses atores sociais constroem a imagem de si que desejam representar. O projeto Cura tem perfis atrelados a mais de uma rede social e os interlocutores dessa pesquisa disponibilizam conteúdos voltados para o segmento de pessoas interessadas em exercer atividades ou viver no campo, o que por si só já auxilia na caracterização de um laço social determinado que se estabelece a partir do sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, Bourdieu (1983) traz a concepção de capital social que é constituído por recursos abstratos associados a essa sensação de pertencimento a um determinado grupo e que, segundo o autor, para ser acumulado exige um esforço de sociabilidade envolvendo reciprocidade entre os atores sociais. Portanto, para o autor, o capital social também se refere ao campo de atuação social. As redes sociais podem se constituir de duas maneiras de acordo com o grau de

²¹ Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1669849

envolvimento de seus participantes; de maneira centrada na interação ou na identidade.

Essa concepção a respeito das redes sociais é importante nesse trabalho no sentido de que será a partir desses ambientes que se buscará observar os referenciais que estão sendo construídos. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que tentam resistir aos processos de sujeição da contemporaneidade, é através das telas de computadores que muitos novos rurais estabelecem seus espaços laborais.

Em vez de propagar a silenciosa introspecção e o recolhimento nas profundezas do psiquismo individual, por exemplo, com a ajuda de ferramentas como a leitura e a escritura – gestos que eram tão habituais em outros tempos nem tão longínquos assim -, nossa época convoca as personalidades para que se exibam nas telas cada vez mais onipresentes e interconectadas da atualidade. Por outro lado, em vez de cinzelar nos músculos a rigidez das cadências e dos ritmos da maquinaria industrial sob o reverendo peso do valor-trabalho e dos austeros repertórios da ética protestante, os novos ritos laborais requerem outras habilidades e disposições corporais ou subjetivas, ao mesmo tempo em que desdenham certas capacidades ou aptidões outrora valorizadas, mas que agora se consideram cada vez menos úteis (SIBILIA, 2012, p. 203).

Nessa discussão, observa-se que o meio rural não está menos sujeito às influências da interconexão das redes globais de comunicação que, segundo Deleuze (1992), estão inseridas no contexto da sociedade de controle e, portanto, sujeitas aos fluxos financeiros, ao marketing, a publicidade e ao modelo empresarial que, na contemporaneidade, definem as identidades que estão sendo produzidas e, também, os mapas sociais em que elas estão inseridas. Portanto, as identidades estariam sujeitas a essas novas formas de participação em comunidades e sentimentos de pertencimento a elas.

Em seus estudos sobre o cotidiano comunicativo a partir das novas tecnologias Marcondes Filho (2004) analisa que a comunicação real está ficando cada vez mais rara na contemporaneidade onde, segundo o autor, vive-se na ilusão da comunicação.

E, nessa discussão, Castells (2009) ressalta que essa concepção de “rede”, definida metaforicamente por Acioli (2007) como indivíduos em sociedade ligados por laços sociais que podem ser reforçados ou entrarem em conflito, é formada a partir da inclusão e exclusão de membros, assunto que será abordado no próximo tópico.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DA PESQUISA

Depois de abordada a formação de comunidade nas redes, parte-se, agora, para a apresentação da construção metodológica deste estudo. Nesse sentido, Rudio (*apud* Santaella, 2002) traz uma definição de método que se faz importante nesse momento em que será apresentado o percurso percorrido durante pesquisa.

Embora enfatizando o valor da criatividade, convém lembrar que a pesquisa científica não pode ser fruto apenas da espontaneidade e intuição do indivíduo, mas exige submissão tanto aos procedimentos do método quanto aos recursos da técnica. O método é o caminho a ser percorrido, demarcado, do começo ao fim, por fases ou etapas. E como a pesquisa tem por objetivo um problema a ser resolvido, o método serve de guia para o estudo sistemático do enunciado, compreensão e busca de solução do referido problema. Examinando mais atentamente, o método da pesquisa científica não é outra coisa do que a elaboração, consistente e organizada, dos diversos procedimentos que nos orientam para realizar o ato reflexivo, isto é, a operação discursiva da nossa mente (RUDIO *apud* SANTAELLA, 2002, p.133).

Portanto, o ato reflexivo desse estudo partiu da pesquisa bibliográfica e documental, relacionando-a à temática urbano-rural na produção acadêmica.

O processo de seleção dos participantes desse estudo foi iniciado em fevereiro de 2021. Nesse sentido, as conversas com Julia, Thais, Dirce, Heilton e Eliane, todas pessoas que também fizeram a transição do campo para cidade com quem a pesquisadora teve contato através de grupos ligados ao tema na internet numa fase anterior ao início da pesquisa de campo, foram importantes para ajudar na delimitação do objeto no sentido de trazer algumas questões relativas a incômodos comuns que desencadearam a mudança para o meio rural. Antes de chegar-se ao objeto desse estudo propriamente dito, a pesquisadora acompanhava as redes sociais de alguns grupos de permacultura como o Ipoema e o Instituto Pindorama e, também, o Movimento Vida, que se define como “um movimento social de massas lutando pela Revolução Ecosocialista”. Aliás, foi o Carlos, idealizador do Movimento, que falou sobre o trabalho que estava sendo desenvolvido por Clarice e Joaquim. O acompanhamento prévio desses grupos possibilitou uma imersão inicial no tema do ruralismo, da sustentabilidade e, também, em algumas das práticas agroecológicas que estão sendo adotadas por alguns novos rurais.

Ao final desse processo, com a intenção de compreender as ruralidades e urbanidades como fenômenos que incorporam racionalidades cada vez mais

difusas, foi possível uma melhor definição do objeto de estudo, que se definiu como: perfil nas redes sociais do projeto Cura, idealizado por um casal urbano-rural que fez uma mudança intencional para o campo.

4.1 PERFIL DO PROJETO CURA

O objeto desse estudo, o perfil do projeto Cura no *Instagram*, foi criado em julho de 2018 a partir do desconforto dos idealizadores, Clarice e Joaquim com a vida na cidade. Nesse sentido, a proposta do projeto era criar uma fazenda comunal baseada nos princípios da permacultura e com o propósito de regenerar a terra, eles mesmos e as comunidades vizinhas. Dentro da proposta do perfil, cujo nome mudou em 2022 para “@porumarazaodeviver”, o casal foi buscar no campo um processo de afastamento em relação à lógica capitalista, desvelando novos princípios no que se refere à conexão com a terra e a natureza fazendo uma espécie de desintoxicação do urbano. O projeto Cura está sendo desenvolvido na zona rural de Boquira, a quase nove horas de distância de carro de Salvador, capital do estado. Boquira, cuja origem do nome é indígena, se tornou município em 1962, quando foi emancipada. Antes o distrito era subordinado ao município de Macaúbas. A autonomia foi conseguida graças à capacidade de arrecadação de impostos vinda da exploração de minério de chumbo. Boquira tem a maior reserva de minério do país, no entanto, no final de 1991, a mina foi desativada deixando um rastro de poluição ambiental.

O projeto Cura foi idealizado a partir dos princípios da permacultura para ser um espaço comunal que rompesse com o modelo trabalhar-gastar estimulado pela sociedade de consumo. Em diversas postagens o casal deixa clara a intenção de se estabelecer socialmente e financeiramente no campo e, com essa atitude, servir de exemplo para outras pessoas provocando, assim, algum tipo de impacto no conjunto da sociedade. O que remete a um conceito da permacultura que se refere ao encontro de dois ecossistemas, como, por exemplo, um local de terreno inundado em que a água se encontra com a terra e lá surgem diferentes espécies de animais e plantas. Assim como a diversidade é bem-vinda na permacultura, a possibilidade de se ter referências diferenciadas é igualmente enriquecedora para a sociedade. Nesse sentido, o casal interlocutor dessa pesquisa procura fortalecer através de postagens movimentos como o da permacultura e da agroecologia.

Mais do que um design de espaço, a permacultura é uma ética que oferece

novas possibilidades de relação com a natureza, com as pessoas e consigo mesmo trazendo a diversidade como riqueza. Ela foi sistematizada em uma pesquisa acadêmica feita por Bill Mollison e David Holmgren, na Austrália, na década de 1970, e envolve técnicas de economia colaborativa, plantio, aproveitamento, troca de excedentes, ecovilas (comunidades multifuncionais, rurais e urbanas) além de outros processos de regeneração para uma transição sistêmica da sociedade em termos de consumo e cultura alimentar orgânica. Os movimentos abordam as quatro dimensões da sustentabilidade: social, ecológica, econômica e cultural e estão associados a ideia de uma “cultura permanente”, que tem como objetivo manter a diversidade e estabilidade dos ecossistemas naturais (MOLLISON, 1981).

Os princípios éticos e políticos desenvolvidos por esses grupos de permacultura são calcados na busca por agregar técnicas e saberes ancestrais que possibilitem relações cooperativas e a criação de ambientes humanos sustentáveis, produtivos e harmônicos pautados no cuidado com a terra, com as pessoas e na partilha dos excedentes e conhecimentos produzidos pelo trabalho coletivo.

Além desses ciclos virtuosos, os permacultores buscam o engajamento global que possibilite uma cultura regenerativa, a favor da vida. Embora ainda não reconhecida como profissão no Brasil, a permacultura tem sido objeto de estudos em instituições de ensino superior internacionais.

O projeto Cura, como dito anteriormente, também adere ao movimento da agroecologia, que tem seus saberes e práticas sistematizados com base em metodologias científicas, inclusive em relação às técnicas de plantio buscando a partir de uma perspectiva ecológica maximizar a produção e otimizar o agroecossistema incluindo a produtividade, a estabilidade, a sustentabilidade e a equidade.

Pelo que demonstraram nas postagens, a transição para o ambiente rural foi a maneira que os idealizadores do projeto encontraram de resistir de modo potente aos paradigmas da sociedade de controle (DELEUZE, 1992) e ao que o filósofo Michel Foucault chamou de jogos de poder. O questionamento às normas estabelecidas e ao modelo identitário, os levou a romper com os limites estabelecidos pela sociedade em busca de construir novas singularidades a partir das diferenças.

3.3 AS COMUNIDADES VIRTUAIS E A “BOLHA VERDE”

Como visto no tópico anterior, pode-se dizer que a produção de subjetividades na contemporaneidade sofre influência direta dos laços digitais que estão sendo construídos através das redes, o que, segundo Castells (2009), não é propriamente uma característica do “mundo moderno”, já que na antiguidade a organização em rede e conectividade funcionava a partir das tecnologias existentes na época, como o transporte, que possibilitava que o ser humano, que é gregário por natureza, exercesse sua sociabilidade com uma fronteira mínima de espaço e tempo (CASTELLS, 2009).

O conceito de comunidade antes associado a um sentido de família e comunidade rural ligada por laços de parentesco também foi modificado com tempo e, hodiernamente, passado, presente e futuro se misturam a vida cotidiana do campo.

[...] nestes espaços a vida cotidiana e as perspectivas para o futuro são imbuídas de uma dupla dinâmica temporal: o passado das tradições familiares – que inspira as práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro; o presente da vida cotidiana – centrado na educação, no trabalho e na sociabilidade local e o futuro que se expressa, especialmente, através das escolhas profissionais, das estratégias matrimoniais e de constituição patrimonial, das práticas de herança e sucessão e das estratégias de migração temporária ou definitiva. As relações sociais se constroem no presente, inspiradas nas tradições familiares e locais – o passado – e orientam as alternativas possíveis ao futuro das gerações jovens e à reprodução do estabelecimento familiar (WANDERLEY, 2007, p. 23).

Em abordagem sobre a sociabilidade digital, Mônica Machado (2017) traz a noção de *habitus* em Bourdieu (1977) para explicar a matriz cultural na era digital e os processos de agenciamentos que conformam as subjetividades dos indivíduos a partir das novas tecnologias.

A partir da comunicação mediada por computadores o termo comunidade também foi estendido para o mundo virtual. Para Recuero (2005), a partir dos estudos de Rheingold (1996):

[...] as comunidades virtuais seriam formadas a partir de discussões públicas, pessoas que se encontram e reencontram, ou que ainda mantêm contato através da Internet (para levar adiante a discussão); o tempo; e o sentimento. Esses elementos combinados através do ciberespaço, poderiam ser formadores de redes de relações sociais, constituindo-se em comunidades (RECUERO, 2005, p.19).

Com o passar dos anos e as modificações nas referências da sociedade, antes atreladas a espaços físicos, os indivíduos passaram a estar inscritos em redes sociotécnicas variáveis e interconectadas que, a partir do estatuto de consumidores, conferem o status de pertencimento espacial (BOULLIER, 2000).

O isolamento em bolhas, que vem se configurando como uma característica da contemporaneidade, marcada pela reunião de indivíduos cada vez mais alienados a partir de um modo de pensar pré-fabricado, também passou a ser reproduzidos nas redes com a colaboração dos filtros informacionais que, ao não permitirem o intercâmbio de pontos de vista diferentes, podem incentivar esse tipo de prática.

Nesse sentido, a partir de Pariser (2011), recorre-se a terminologia de “filtros-bolha”, que permitem apenas que determinados conteúdos circulem criando uma percepção falsa de Espaço Público e opinião pública onde, teoricamente, “todos” falam e a “maioria concorda”. Ele parte de mecanismos de vigilância digital que regulam a forma de distribuição de informação no ciberespaço através de softwares que identificam o potencial consumidor dos indivíduos através dos rastros deixados, o que limita de certa forma as subjetividades humanas, que não podem ser lidas por algoritmos.

No livro “Como sair das bolhas”, Pollyana Ferrari ressalta a liquidez das relações afetivas característica dessa sociedade pós-moderna que, através da velocidade das redes sociais, acaba por confundir sedução com verdade na medida em que entorpece a angústia dos sujeitos através do estímulo ao consumo.

Em “Retrotopia”, obra póstuma de Zygmunt Bauman, o autor analisa o isolamento dessas “tribos” que, ao fazerem a opção pelo pertencimento a um determinado grupo acabam rejeitando de antemão qualquer outra opinião diferente, o que acaba por gerar sucessivas segmentações do tecido social na medida em que passam a enxergar o diferente como uma ameaça, fomentando a individualidade, a concorrência e reforçando a cultura do empreendimento individual (BAUMAN, 2017).

Em conformidade com Bauman, Byung-Chul Han defende em entrevista ao jornal El País de Barcelona que a comunicação global contemporânea só tolera os iguais:

Sem a presença do outro, a comunicação degenera em um intercâmbio de informação: as relações são substituídas pelas conexões, e assim só se

conecta com o igual; a comunicação digital é somente visual, perdemos todos os sentidos; vivemos uma fase em que a comunicação está debilitada como nunca: a comunicação global e dos likes só tolera os mais iguais; o igual não dói! (HAN, 2018, online).

Mas essa intolerância ao diferente não foi o único problema detectado por Bauman e por outros autores. Já em 2003, no livro intitulado “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual”, Bauman analisa a oposição entre comunidade e liberdade ressaltando que há um preço a pagar pelo privilégio de ‘viver em comunidade’. “O preço é pago em forma de liberdade, também chamada ‘autonomia’, ‘direito à autoafirmação’ e à ‘identidade’. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade” (BAUMAN, 2003, p. 10).

Dentro dessa discussão, cabe destacar que o Espaço Cura tem como ponto norteador o conceito de comunidade sustentável, ou seja, parte da vontade dos idealizadores de estabelecerem uma relação harmônica com a natureza e a sociedade a partir do desenvolvimento sustentado, o que envolve uma série de aspectos, entre eles resolver a questão das contradições presentes entre crescimento econômico, distribuição de renda e necessidade de conservação dos recursos ambientais.

Indo ao encontro dessa concepção e para aprofundar a discussão proposta, destaca-se que Robinson (1990) prefere usar o conceito de “sociedades sustentáveis” em vez de “desenvolvimento sustentável” por considerar que ele envolve um processo de mais longo prazo e passível de sofrer transformações com o tempo envolvendo a sustentabilidade ambiental, social e política. Esse objetivo, inclusive, faz parte da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU, que tem como objetivo principal erradicar a pobreza e promover o bem-estar dos cidadãos. No tocante à sustentabilidade, os neorrurais analisados nesse estudo defendem a educação como forma de se atingir a sustentabilidade do planeta. No entanto, vale destacar a complexidade das relações que são estabelecidas a partir da capacidade de capilarização presente nos fluxos informacionais, que permitem a ampliação de determinadas vozes.

Observa-se que a rede, assim, como qualquer outra invenção humana, é uma construção social. Indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede.

“A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais. As escalas não são dadas a priori, porque são construídas nos processos. Como os objetos são conflituosos, as escalas são ao mesmo tempo objeto e arena de conflitos” (DIAS, 2007, p. 23).

No próximo subtópico apresenta-se com mais profundidade os idealizadores do projeto Cura.

4.2 CLARICE E JOAQUIM: IDEALIZADORES DO PROJETO CURA

Moradora de um bairro central de Salvador durante a infância e adolescência, Clarice seguiu uma trajetória acadêmica tradicional com enfoque em ocupar um espaço no mercado de trabalho. Filha caçula de uma família de classe média, teve acesso a uma boa escola particular que lhe deu o capital intelectual necessário para garantir uma vaga no curso de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Em seguida, com a intenção de conseguir um emprego futuro na Defensoria Pública da União, pleiteou uma bolsa de estudos para o primeiro mestrado em Análise Econômica do Direito na Universidade Complutense de Madrid, que, posteriormente, a ajudou a conseguir um trabalho como assessora, no México. Mas ainda sentindo que poderia progredir mais, foi para Londres cursar um mestrado profissional em Políticas Públicas. O objetivo era obter uma formação mais robusta para lidar com dados quantitativos. Durante o tempo em que esteve fora do país, se acostumou a manter relações sociais de forma virtual.

Quando voltou ao Brasil, em 2016, com dois diplomas de universidades renomadas que lhe custaram bastante, tanto em termos de esforço pessoal quanto financeiro, Clarice não tinha ânimo suficiente para se recolocar no mercado de trabalho; o que aumentou a sensação de desencaixe. Esse sentimento aos poucos, se transformou numa crise existencial que a levou a buscar o autoconhecimento através de diferentes tipos de terapias. Nessa espiral de deslocamento, a única coisa que lhe passava pela cabeça era a necessidade de estar junto à natureza.

Na época ainda não tinha a intenção de morar no mato, mas, após um mês trabalhando como voluntária em uma comunidade, teve a percepção clara de que a vida que levava anteriormente já não fazia mais sentido para ela. Depois de novembro de 2017, nunca mais deixou o ambiente rural. Mudou-se para Boquira para desenvolver um novo projeto de vida que, de sólido só tinha o terreno, pertencente à família do “namorado”.

Assim, passou gradativamente a fazer uma transição da carreira de consultora de políticas públicas para consultora de planejamento e transição de vida para o ambiente rural. Ainda que com uma proposta de remodelar a sua relação com a natureza e o campo, a atuação profissional de Samira manteve conexões intrínsecas com formas de trabalho ainda muito associadas com o urbano, que

dependem fundamentalmente do uso de tecnologia, redes sociais e marketing digital. Tanto para desenvolver novas habilidades, como para gerir o negócio, prospectar clientes e terminar o ciclo de trabalho à distância como consultora de políticas públicas, Clarice precisa estar conectada.

Ao contrário de Clarice, que sempre teve um perfil mais urbano, Joaquim nasceu em Oliveira dos Brejinhos e seus primeiros anos de vida foram de integração total ao ambiente rural. O município baiano tem uma população hoje estimada de cerca de 21 mil pessoas. Como outros habitantes dessa e de outras regiões rurais do país, a mãe de Joaquim foi para cidade com objetivo de dar aos filhos melhores condições de estudo e trabalho. Afinal, os que nascem no campo convivem de forma muito próxima com o tema do êxodo rural. Alguns irmãos da mãe de João, por exemplo, foram morar na cidade e ela só voltou a ter contato com eles 40 anos depois.

Joaquim foi o primeiro a mudar-se para Oliveira dos Brejinhos. A essa altura ele já tinha algum conhecimento de bioconstrução e agricultura sintrópica, um sistema que junta num mesmo espaço a produção de hortaliças, frutas e legumes com objetivo de promover a regeneração de áreas degradadas. A própria concepção do projeto *Cura* está calcada nos princípios da permacultura. Parte do propósito de regenerar a mãe-terra para, então, partir para regeneração do próprio indivíduo e da comunidade e, numa última etapa, para uma partilha justa ou imposição de limites ao crescimento e ao consumo. No podcast que falam sobre permacultura Popular e Agroecologia, Clarice coloca as duas como primas-irmãs. Eles mostram vários tópicos em comum entre as duas por abordarem tanto na questão ecológica quanto o aspecto social e financeiro. No entanto, pelo relato de Joaquim e Clarice no podcast, elas acabam se diferenciando pela própria assistência aos projetos, como explicam:

No início de 2018 eu ajudei a organizar um curso de agricultura sintrópica e eram quatro ou cinco vagas que iam ser destinadas a comunidade sem ter nenhum valor financeiro como troca. Só que a gente não conseguiu ninguém interessado. E quando a gente ia procurar as pessoas elas não sabiam o que era agricultura sintrópica e não tinham interesse de fazer. Então a galera não estava disposta a dedicar ali algumas horas do seu tempo pra fazer algo que elas não conheciam (trecho de fala de Joaquim no podcast de 30 de março de 2020)

Não necessariamente há uma transferência de conhecimento que seja acompanhada ao longo do tempo para que as comunidades possam aplicar

de forma autônoma a permacultura. Tem também dentro da permacultura várias iniciativas superlegais de mutirões de bioconstrução em assentamentos de sem-terra ou sem teto em aldeias indígenas, mas se as pessoas que estão nessas comunidades elas não aprendem a terminar as suas casas ou dar seguimento a esse esforço construindo casas de forma autônoma sem depender de outros mutirões, a coisa acaba ali naquela intervenção, que é isolada. Não dá pra dizer que isso é uma permacultura popular, porque é uma permacultura para o povo, mas não é uma intervenção com o povo. Na agricultura sintrópica a gente até vê umas iniciativas mais sustentáveis nesse sentido. Talvez até pela lógica da agricultura que tem que ser mais acompanhada porque não adianta você fazer um Saf²², um sistema agroflorestral, e depois largar lá e não dar assistência técnica porque você sabe que aquilo ali não vai para frente. Essas iniciativas de agricultura sintrópica costumam se reconhecer muito mais como agroecologia do que como permacultura (Fala de Clarice extraída do mesmo podcast).

A paisagem onde hoje se desenvolve o projeto era uma na época em que Joaquim saiu de lá ainda criança, quando a família se dedicava a uma agricultura quase de subsistência. De volta ao município de Boquira mais de 20 anos depois, encontrou um espaço modificado. Como outros espaços, a paisagem do município também está sujeita à dinâmica do movimento das populações e às condições políticas, econômicas e culturais.²³No caso da área em que está sendo desenvolvido no projeto Cura, ela foi sendo alterada na medida em que os atores sociais passaram a promover modificações nela.

A “matrix”, local em que Clarice trabalha, foi a primeira construção a ficar pronta. No momento da escrita desse capítulo o ambiente já tinha luz elétrica e internet via rádio, mas a “casa-mãe”, onde dormiam, permanecia sem conexão elétrica. A intenção de Clarice era se dedicar integralmente ao trabalho de transição de vida. Para ajudar outras pessoas a fazerem a mudança da cidade para o campo com segurança, passou a fazer atendimentos *on-line* e a oferecer cursos à distância. Utilizando técnicas de design estratégico, Clarice passou a focar na possibilidade de tornar a o projeto financeiramente sustentável através de postagens diárias de conteúdos direcionado a pessoas que poderiam ter interesse em fazer os cursos e mentorias oferecidos no Instagram.

Os *posts* diários eram direcionados a pessoas incomodadas com o estilo de vida nas cidades. É claro que esse tipo de postagem atrai gente com todo tipo de expectativa, desde aquelas que buscam uma solução imediatista para uma crise

²² Os sistemas agroflorestrais (SAFs) são consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas de estrato de folhagens alto, médio e baixo que plantadas juntas e na época certa controlando a competição e ajudando no desenvolvimento de cada cultura. Definição disponível em: <https://www.sitiopema.com.br/sistemas-agroflorestrais-safs-o-que-e/>

²³ Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-boquira.html>

existencial, até as que romantizam a mudança para um ambiente bucólico. Para produzir conteúdo experimental, mas ao mesmo tempo relevante para essas pessoas, o trabalho em frente ao computador passou a ser diário, o que na prática não diferia dos hábitos que tinha antes, quando morava na cidade.

Cabe destacar que o propósito dos idealizadores do projeto encontra um diálogo com o saber psicossocial e comunitário e a perspectiva decolonial, já que os efeitos da colonização e da desigualdade se fizeram sentir de diferentes formas na sociedade brasileira e nos sujeitos colonizados que, a partir de suas narrativas comunitárias (re)inventam outros mundos possíveis rompendo com a lógica subalterna.

Clarice defende o reconhecimento da participação feminina em todos os setores, inclusive no trabalho no campo, onde a mulher tem uma participação efetiva e muitas vezes silenciosa na costura do tecido social. Ela relatou em posts que sua família custou a entender que o projeto era algo coerente com a saúde física e mental que pretendia ter e combinava tanto com os seus valores quanto com os de Joaquim.

A seguir, uma breve explicação sobre como se deu a coleta de dados da pesquisa.

4.3 COLETA DE DADOS

Como a pandemia dificultou o trabalho presencial de campo, uma das ferramentas metodológicas escolhidas para documentação e mapeamento das relações foi o Estudo de Caso a partir do acompanhamento das atividades diárias do projeto Cura através do *Instagram* durante o ano de 2021. A pretensão foi encontrar nesse espaço digital as referências preliminares relacionadas às temáticas do estudo, observando também as interações sociais estabelecidas pelas participantes durante os meses de pesquisa. Para análise dessa dissertação, foram selecionadas e categorizadas 12 postagens a partir de unidades de análise pré-determinadas que coincidem com temas mais abordados: “desconforto na cidade”, “estilização da ruralidade” e “consumerismo”. Essas postagens serão correlacionadas com o pensamento ecológico-filosófico de Guattari (1990) em **As Três Ecologias**, na qual o autor propõe uma reflexão a partir das relações de transversalidade entre o social, mental e ambiental (paradigma ecosófico), com as falas obtidas nos podcasts e com

os conceitos teóricos que norteiam esse estudo como o Capitalismo Rizomático e os modos de ser produzidos a partir da sociedade do consumo, o que ajudará na compreensão do neorrural a partir das múltiplas realidades que o atravessam.

Para melhor efetividade do estudo, levou-se em consideração que os interlocutores da pesquisa partiram de um contexto urbano ocidental em que praticamente todos os hábitos do cotidiano são influenciados direta ou indiretamente por ambientes midiáticos. O fato de serem usuários de mídias sociais também contribui para entender o lugar e o papel da internet na vida desse novo rural. Essa pesquisa é de cunho qualitativo e exploratório. O percurso metodológico utilizado incluiu a observação não participante do perfil do *Instagram* do projeto Cura e das postagens de podcasts. Para entender as relações de desejo, consumo e produção de subjetividades dos personagens dessa dissertação, os dados obtidos foram sistematizados e farão parte da análise das postagens relacionadas às unidades de análise supracitadas.

Assim, espera-se atingir o objetivo dessa pesquisa, que é investigar o processo de produção de subjetividades desses “neorrurais” a partir da mudança para o campo e do uso das redes sociais no sentido de compreender se há influência do meio digital na produção de novos modos de ser camponeses.

A construção da pesquisa se dá paulatinamente a medida em que os sujeitos da pesquisa através do discurso se apropriam do social e projetam nele as suas subjetividades (LOPES, 2015). A partir da análise da literatura e do confronto das abordagens qualitativas do material, a intenção é fazer uma reflexão sobre as especificidades do projeto digital desenvolvido, a influência da internet na produção de novos modos de ser, além dos impactos locais e globais alcançados nesses processos pessoais de transição para uma vida mais sustentável.

No caso desta pesquisa, a análise se deu a partir da compreensão de que os interlocutores fizeram mudança intencional de estilo de vida, e nesse sentido o acompanhamento do perfil do projeto nas redes sociais se mostrou fundamental para uma melhor compreensão dos processos de mudança e questionamento do sistema desencadeados pela mudança.

A seguir, apresenta-se as unidades de análise, utilizadas para a categorização do material pesquisado, que foram desenvolvidas a partir da observação das postagens correlacionada com as reflexões propostas por Guattari

(1990) levando-se em conta o viés psicossocial e as relações psíquicas, sociais e ambientais atravessadas pelo Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI, 1990).

4.4 UNIDADES DE ANÁLISE

Desconforto na cidade – Nessa unidade temática serão analisadas postagens que demonstram como a globalização e o capitalismo desterritorializado e sem fronteiras têm afetado os indivíduos trazendo novas modelagens através do capitalismo conexcionista (PELBART, 2003). Assim, o sujeito se torna uma vítima da sociedade do consumo marcada por uma pressão constante para que seja ‘alguém mais’ (BAUMAN, 2008, p.106). Nesse sentido as reflexões do autor ajudam na análise das postagens e falas que refletem os desconfortos da existência num mundo em permanente movimento e mudança.

Busca-se através dessa unidade trazer considerações não só dos personagens como, também, rebatimentos com os conceitos teóricos abordados nesse trabalho com intuito de investigar as resultantes desse movimento de mudança da cidade para o campo. Procura-se entender as implicações das mutações técnico-científicas, do crescimento acelerado do processo de urbanização e as frustrações referentes a insustentabilidade das maneiras de viver na cidade que trazem uma progressiva exclusão e segregação espacial.

Observa-se que as maneiras de viver no campo não são mais dissociadas do modo de vida urbano e, portanto, estão sujeitas as armadilhas do controle através do Capitalismo Rizomático, que influencia diretamente as metamorfoses desses indivíduos, dos espaços que ocupam e do projeto que desenvolvem. Nesse sentido também tenta-se buscar pistas de como a aproximação com as práticas campesinas tiveram efeito curativo sobre os sujeitos dessa pesquisa que têm buscado a cura das dores existenciais através do processo de conexão com a natureza, que também é mutável.

Traz-se os princípios da Ecosofia de Guattari e os discursos desses neorrurais para entender o tipo de consciência ambiental deles, as novas hierarquias e relações sociais que estão sendo desenvolvidas no campo ao mesmo tempo em que novas subjetividades são produzidas (GUATTARI, 2006;2009; 2015) a partir do processo de resistência ao modo de produção capitalista.

Estilização da ruralidade- Essa unidade de análise compreenderá postagens que refletem o modo de ser verde que, através do discurso do ecologicamente correto (TAVARES, IRVING, 2009) pode influenciar a produção de novas subjetividades a partir do Capitalismo Rizomático. Pretende-se observar nessa categoria se os discursos reproduzidos nas redes pelos neorrurais sofrem a influência de identidades prêt-à-porter fabricadas pelo mercado (ROLNIK, 1997; BAUMAN, 2001) e retroalimentadas pelo consumo verde que estiliza a vida no campo e mercantiliza o conceito de sustentabilidade. Trata-se de identidades que, segundo Rolnik (2000) incorporam fluxos culturais, buscam a sensação de pertencimento social, mas, também, contribuem para o aumento da polarização entre a experiência rural e a citadina fazendo emergir no imaginário social um estilo verde de viver, idealizado por máquinas desejantes (DELEUZE E GUATTARI, 2004) retroalimentadas pelo consumo. Assim, segundo Bauman (2001) novas identidades são feitas e refeitas a todo momento à medida que novos desejos se apresentam.

Essa possibilidade de produção de novas subjetividades teria ganhado força na contemporaneidade, na medida em que houve um aumento do que Suely Rolnik (1997) chama de polifonia eletrônica, ou seja, do compartilhamento através das redes de gostos e maneiras de viver. Assim, segundo a autora, ao mesmo tempo em que a globalização teria propiciado uma mistura cultural, ela também seria responsável pelo desenvolvimento de kits de perfis-padrão, identidades globalizadas e capazes de metamorfosear-se a medida em que o mercado se movimenta. Nesse sentido, o desejo de “vestir” uma nova identidade verde poderia ser uma consequência de posturas ecologicamente corretas que passaram a circular nos discursos midiáticos a partir da década de 80. Ainda que ignoradas, essas forças que constituem e desestabilizam os indivíduos, de acordo com Rolnik, forneceriam a eles a priori uma representação, ainda que sujeita a mutações.

Identidades *prêt-à-porter*, figuras glamourizadas imunes aos estremecimentos das forças. Mas quando estas são consumidas como próteses de identidade, seu efeito dura pouco, pois os indivíduos-clones que então se produzem, com seus falsos-self estereotipados, são vulneráveis a qualquer ventania de forças um pouco mais intensa. Os viciados nessa droga vivem dispostos a mitificar e consumir toda imagem que se apresente de uma forma minimamente sedutora, na esperança de assegurar seu reconhecimento em alguma órbita do mercado (ROLNIK, 1997, p.21).

Nesse sentido a Ecosofia de Guattari também ajudará nas análises das devastações ambientais no campo social e no domínio mental além de fornecer a partir dos conceitos e conhecimentos da Filosofia (DELEUZE e GUATTARI, 1992) aportes para busca de respostas e soluções para os problemas apresentados.

Consumerismo- A unidade de análise do consumerismo se dará a partir da demonstração pelos interlocutores da pesquisa de algum tipo de reação no ambiente digital ao consumismo de uma maneira geral. Parte de uma insatisfação pessoal em relação aos impactos nocivos ao meio-ambiente e, também, de uma ânsia em relação ao bem-estar na sociedade e o direito a um acesso mais igualitário aos bens de consumo. Vale ressaltar que essa insatisfação se apresenta como resultado das transformações ocorridas no modelo de produção a partir da revolução industrial e que causaram impactos tanto no consumo quanto no trabalho. Através do movimento do consumerismo busca-se um pensamento mais consciente, sustentável e politicamente correto para que haja relações de consumo pautadas em valores sociais.

Para Canclini os movimentos sociais levariam a uma redefinição do cidadão “não apenas em relação ao direito à igualdade, mas também em relação aos direitos a diferença” (CANCLINI, 2010, p.36-37). O autor também destaca a formação do consumidor cidadão dando a ele um papel ativo nos processos de manipulação mercadológica partindo do princípio de que “o ato de consumir traz em si, uma racionalidade sociopolítica interativa” (CANCLINI, 1995, p. 55). Portanto, esse tipo de posicionamento crítico poderia representar uma espécie de ativismo no ambiente digital originado a partir da urgência em relação aos limites do consumismo desenfreado da contemporaneidade. Nesse sentido Lipovetsky (2007) também reflete sobre a responsabilidade do consumidor frente a satisfação das suas necessidades levando em consideração a preservação da natureza e a própria dignidade. Já Da Silveira (2010) traz a participação da internet nesse processo e define o ciberativismo como “um conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na internet.

Sendo assim, essa unidade estaria destinada às manifestações do consumidor frente às rachaduras provocadas pelo capitalismo e a busca por um estilo de vida mais simples a partir de práticas de consumo conscientes. Nesse

sentido a Ecosofia se configuraria como uma necessidade social, ajudando na formação de cidadãos dotados de uma compreensão mais ampla em relação aos desafios éticos, culturais e ambientais hodiernos e uma forma de incentivo para “uma mutação social e a recuperação de um meio ambiente degradado e irremediavelmente modificado” (GUATTARI, 2009, p.23). O autor propõe uma reflexão unindo ecologia, natureza e subjetividade humana para garantir a vida no planeta para as próximas gerações.

4.5 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica deste trabalho, início do percurso metodológico citado acima, foi realizada com base na literatura existente de autores familiarizados com a temática do campesinato e, também, com outros que dialogam com o campo teórico-filosófico da pesquisa como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Zygmung Bauman, Paula Sibilia e Suely Rolnik. Para fundamentar as ideias e incluir o olhar transversal da psicossociologia, outros atores também foram convocados durante a pesquisa, inclusive alguns especializados em práticas digitais.

É importante citar que além da psicossociologia, a pesquisa também tem uma interface com a comunicação que, devido ao seu perfil interdisciplinar, exerce influência em vários setores da vida social, tanto no campo como na cidade. Os meios de comunicação também tiveram um papel importante no fenômeno da globalização, que foi abordado nessa pesquisa, e na organização da sociedade integrada em redes. “[...] a ciência passou a ser paradoxalmente regida pelas figuras do dissenso e da invenção, do que resultou a pulverização dos discursos na rede flexível dos jogos de linguagem que encontram sua forma otimizada de produção e difusão nas novas tecnologias da comunicação” (SANTAELLA, 2002, p. 68).

Santaella (2002) ressalta ainda que nas pesquisas não-experimentais e não quantitativas esse é a etapa que dá alma a pesquisa, ou seja, é a partir da revisão bibliográfica crítica que se faz a escolha das principais teorias e conceitos que nortearão a escolha do método. No entanto, a exemplo das pesquisas experimentais e quantitativas, a pesquisa qualitativa obedece a uma série de protocolos. “[...] tais como a delimitação e formulação claras de um problema, sua inserção em um quadro teórico de referência, a coleta escrupulosa de dados, a observação, as

entrevistas, quando necessárias, a determinação de um método, a análise dos dados, o teste das hipóteses, a necessidade de generalização das conclusões, etc” (SANTAELLA, 2002, p. 143-144). Além disso, a autora também observa que raros são os problemas e perguntas que ainda não foram abordados, o que dá ao pesquisador o que Foucault chamaria de episteme, ou seja, o paradigma geral no qual os saberes científicos se estruturam e o embasamento para a escolha do quadro teórico de referência.

4.6 ESTUDO DE CASO

Alguns autores defendem que o Estudo de Caso como método de investigação teria surgido em pesquisas médicas e psicológicas. Embora a origem ainda gere controvérsias, o Estudo de Caso tornou-se uma modalidade de pesquisa largamente utilizada em ciências humanas e sociais. Graças ao trabalho desenvolvido por autores como Yin (1993 e 2005), Stake (1999), Rodríguez et al (1999), a investigação suportada por estudos de caso tem obtido cada vez mais credibilidade como metodologia de pesquisa, principalmente em estudos qualitativos exploratórios que envolvem um ou poucos casos bem delimitados e contextualizados em tempo e lugar. Os estudos de caso mais comuns são os que têm foco em uma unidade, ou projeto. No caso dessa dissertação, o projeto Cura.

Investigadores de várias disciplinas usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objeto ou fenômeno (DOOLEY, 2002, p. 342-344).

Como qualquer pesquisa, o estudo de caso é organizado a partir de um pequeno número de questões que, no caso dessa pesquisa, nortearam a investigação.

- a) Que subjetividades estão sendo produzidas a partir das postagens do projeto Cura?

- b) De que forma os discursos utilizados no perfil do projeto Cura no *Instagram* podem engendrar novos modos de ser com aderência à Sociedade do Consumo?
- c) Em que medida o modo de ser neorrural afeta o estilo de vida campesino?

Segundo Yin (2005), no estudo de caso, a utilização da teoria como parte inicial do projeto ajuda tanto no desenho da investigação quanto na coleta dos dados e generalização dos resultados. O autor apresenta um critério de classificação, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 2– Tipos de estudos de caso

	Únicos	Múltiplos
Exploratórios	Exploratórios únicos	Exploratórios múltiplos
Descritivos	Descritivos únicos	Descritivos múltiplos
Explanatórios	Explanatórios únicos	Explanatórios múltiplos

Fonte: (YIN, 1993)

Uma outra classificação para o estudo de caso é trazida por Stake (1999) a partir dos objetivos do pesquisador. Os estudos de caso, de acordo como Stake (1999) podem ser intrínsecos, instrumentais e coletivos. Nos intrínsecos o interesse está voltado para compreensão do caso particular. No caso dos instrumentais, em que essa pesquisa está inserida, o caso em si tem um interesse secundário na medida em que a proposta da pesquisa é compreender uma situação mais ampla através do caso particular, sendo ele, portanto, o veículo para compreensão de um pano de fundo maior. Já os estudos coletivos envolvem vários casos.

A análise ajudará na investigação das subjetividades produzidas a partir do uso que um casal neorrural faz das redes sociais permitindo, assim, interpretações a respeito do modo de ser neorrural e campesino sem deixar de considerar o rigor científico.

Destaca-se as peculiaridades do contexto digital em que se dá a análise desse estudo levando-se em consideração que ele varia de acordo com os usos e é atravessado pelas abordagens da Sociedade do Controle (1992) e do Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI, 1987) remodelado em Capitalismo Rizomático

(PELBART, 2003). Acredita-se que a partir da sistematização dos dados será possível a apreensão dos novos modos de ser (SIBILIA, 2003) campesinos gerados a partir dos conteúdos postados nos *podcasts* e no perfil do projeto Cura no *Instagram*. E, também, identificar se eles de alguma forma podem ser enquadrados dentro de uma modelagem estabelecida pela Sociedade do Consumo. A partir do delineamento do estudo de caso foram definidas quatro fases de investigação: a) Delimitação da unidade-caso, b) Coleta de dados c) Seleção, análise e interpretação dos dados; e) Elaboração da análise de discussões. Todas essas etapas serão contempladas na análise, ainda que não de forma linear, e correlacionadas com as teorias dos autores convocados para discutir o tema.

Os critérios de classificação das postagens serão as unidades temáticas pré-definidas correlacionadas com os conceitos teóricos que nortearam esse trabalho. Espera-se a partir dessa análise ter uma dimensão maior sobre o tipo de influência dessa pequena comunidade neorrural formada a partir das redes sociais no contexto do campesinato na produção de novas identidades no meio rural.

Nesse capítulo foi apresentada a metodologia de pesquisa escolhida que pretende abarcar a complexidade das mutações do campesinato através da análise das postagens do projeto Cura. Também foram descritos o objeto da pesquisa e as unidades temáticas através das quais as postagens foram categorizadas além do paradigma ecosófico de Guattari (1990), que também será correlacionado durante a análise no próximo capítulo.

CAPÍTULO V – ANÁLISES DE PESQUISA

Essa pesquisa adota a proposta exploratória buscando uma aproximação com o objeto estudado. Devido à complexidade do tema, por estar ligado a a produção de subjetividades de indivíduos que deixaram a cidade em busca de uma (re)existência no campo, optou-se por fazer um levantamento bibliográfico antes da análise das postagens do projeto Cura. Afinal, esse processo experienciado por esses neorrurais exprime o psicossocial na medida em que ao mesmo tempo em que constroem a si próprios, reconstróem o social (FERRAROTI APUD BARROS, 2000). Nesse sentido, Marilena Chauí observa que é a partir do sentido que o sujeito dá ao real que se pode compreender a conjuntura social em que ele está inserido. Sendo assim, pode-se entender, também, que é a partir dos processos de agenciamento coletivo (GUATTARI, 1992; GUATTARI; ROLNIK, 2000, ROLNIK, 1997) que se dão os atravessamentos e os processos de subjetivação.

Portanto, sob a perspectiva psicossocial, essa pesquisa traz 12 postagens do *Instagram* e trechos de falas de *podcasts* para serem submetidas à análise a partir das unidades temáticas supracitados no subtópico 4.4 da metodologia da pesquisa correlacionando-as com o paradigma ecosófico e com outros autores que conversam com as perspectivas social, mental e ambiental apontadas por Guattari (1990). Traz-se nas análises também os conceitos de Capitalismo Rizomático e modos de ser desenvolvidos a partir das pressões da sociedade de consumo. As postagens serão descritas e, em seguida correlacionadas com a teoria referente aos conceitos em se encaixam em cada uma das unidades temáticas.

Cabe ressaltar que embora tenha-se recorrido a categorização das postagens por unidades temáticas para dar uma maior densidade às análises, os conceitos estudados não serão correlacionados com as postagens e falas obtidas nos *podcasts* de uma maneira hermética, o que seria incongruente com a própria psicossociologia, à luz da qual esse estudo se desenvolve, e que pressupõe a influência de múltiplos aspectos na abordagem de problemas comuns à psicologia e à sociologia e, exatamente por essa razão, não combina com métodos cartesianos.

5.1 UNIDADES TEMÁTICAS

5.1.1 DESCONFORTO NA CIDADE

Na cidade, Clarice e Joaquim não pensavam na hostilidade do ambiente natural. Nessa perspectiva, observa-se que capitalismo pode incitar os indivíduos a pensarem que a felicidade só pode ser atingida a partir do cumprimento de determinadas metas, normalmente associadas a uma pseudo-estabilidade financeira e social. Na medida em que tomaram consciência de que a pressão social da cidade é regulada a partir dos princípios do capitalismo, passaram a sentir bastante desconforto em relação à vida urbana.

Figura 1: Não acreditamos em monocultura.



Fonte: Instagram em 23 de julho de 2021.

A figura 1 traz a imagem de Clarice bem distante com uma seta indicando bicho do mato na cidade, o que remete ao tema do desconforto na cidade. Ao fundo um imenso painel colorido com a fotografia de um índio e o título “não acreditamos

em monocultura”, numa expressão de repúdio a prática de um único cultivo. No texto que acompanha o post publicado em 23 de julho de 2021, Clarice, responsável pelas postagens, expressa o descontentamento com a vida na cidade, que considera um local de monocultura de pessoas.

[...] Repare o que é monocultura: um cultivo de uma só espécie, onde as outras são sistematicamente retiradas ou envenenadas. Nas cidades, só se cultiva gente. Todos os outros animais que não estão ao serviço de pessoas são expulsos, mortos ou envenenados. O chão é impermeabilizado, e plantas só existem em lugares controlados, como vasos, jardineiras e parques. As pessoas parecem ter alergia a árvore, porque não pode ter uma folha no chão que “é sujeira”. Tem que tacar cimento em volta das lindas árvores que resistem na cidade e oferecem um pouco de conforto térmico nesse inferno acimentado. [...] Honramos e aplaudimos a permacultura urbana, porque também precisamos de soluções para os problemas de hoje, os quais provavelmente serão ainda mais importantes e urgentes amanhã. Mas o mundo que estamos construindo aqui na Fazenda Cura é rural. Porque é nesse mundo que acreditamos. Mais cedo ou mais tarde não haverá outro mundo (Trecho de post do projeto Cura).

Observou-se a partir da pesquisa e da escuta das falas dos podcast que abordam a tentativa dos neorrurais de saírem do sistema a importância da criação de alternativas que vão além da ruptura que, quando é total, acaba por cortar também as possibilidades de diálogo com esse sistema e com as pessoas que vivem nele. O que, como abordam no podcast, não ofereceria opções para quem estivesse em transição, só para os que estão dentro ou fora. Como o dinheiro ainda é uma ferramenta de troca, eles ressaltam a importância de se pensar no modo produção e na forma como ele estabelece as relações entre as pessoas.

Nesse sentido, pode-se destacar que a aceleração de crescimento nas grandes metrópoles poderia contribuir para a sensação de desencaixe de algumas pessoas (GIDDENS, 1991), de desterritorialização (DELEUZE, 1980) e de novos nomadismos (MAFFESOLI, 1997), algo que, com ajuda das tecnologias móveis, tem provocado novas territorializações. Clarice e Joaquim criaram o podcast do projeto Cura para discutir de forma mais aprofundada algumas das postagens que já vinham fazendo no *Instagram* sobre a temática urbano-rural. Tanto nesse episódio gravado como em outros (até o momento da escrita deste capítulo tinham gravado 12), Clarice e Joaquim procuraram incentivar os ouvintes interessados em vivências ligadas à permacultura e à agricultura sintrópica a seguirem o perfil do projeto no *Instagram*. Eles também deixaram claro que gostariam de compartilhar também

off-line com as comunidades vizinhas e com pessoas interessadas na vivência comunitária a experiência de morar no semiárido baiano com a intenção de regenerar o espaço e, também, a eles mesmos no processo. Mas sempre que incentivam essa transição eles deixam clara a necessidade de um rigoroso planejamento prévio.

Dentro dessa discussão, Clarice ressalta em conversa no *podcast*: “Não tive que largar tudo. Definitivamente a vida que eu estava levando não era um tudo, era um nada”. É importante destacar que essa fala vem de um cenário maior. Clarice e Joaquim falam dentro de um contexto de classe média que tem vontade de ir para o campo e, também, as condições financeiras para realizar esse desejo. Nesse sentido, eles e outros que estão fazendo esse movimento, ainda são minoria num cenário de falta de condições dignas de se viver no campo. Muitos, sob essas condições indignas, em busca do sonho da estabilidade, se deslocam para a cidade, onde encontram mais desigualdades e acabam sendo empurrados para as periferias.

No entanto, ao pensar em possibilidades para superar essas desigualdades, na visão de Clarice elas não passam necessariamente pela posse de mais dinheiro, como demonstra essa fala no *podcast*.

Quando a gente começa a pensar não é possível viver sem dinheiro, a gente está criando uma realidade e a gente está reproduzindo um discurso de dependência desse sistema. (...) O novo é o dinheiro. Sempre existiram formas de viver sem dinheiro, mas aí a gente reproduz esse discurso do sistema de que dinheiro é fundamental. Inclusive, qual dinheiro é fundamental porque tem muitas comunidades criando as suas moedas locais, tem o banco de tempo. Então, quando se fala em moeda, ela já significou muitas coisas tanto materialmente quanto em termos mais simbólicos. Quando a gente fala em impossível, estamos criando esse sistema do qual a gente quer sair (fala de Clarice extraída de *podcast* de 13 de março de 2020).

À medida que a conversa fluía no *podcast*, David, que foi voluntário do projeto e participava do episódio, achou importante trazer um conceito lido no livro *Pós-extratativismo e decrescimento*²⁴:

Temos que pensar em outro mundo porque apenas imaginando outros mundos é que acabamos por mudar também esse nosso. Então, acho que a importância da utopia está aí, de você imaginar outra coisa ao invés de reproduzir o que está aí posto e achar que vai mudar o sistema de dentro do

²⁴ O livro de Ulrich Brand e Alberto Acosta (2019) ataca o cerne do capitalismo e defende a interrupção maciça de recursos naturais.

sistema. Acho isso muito problemático. Porque o sistema capitalista acaba sempre incorporando essas mudanças que são feitas dentro da mesma lógica. Então, eu acho que a ruptura e imaginar algo diferente é essencial. Ainda sobre utopia, isso me faz pensar que a gente já está vivendo num mundo distópico em vários níveis. (...) Está tudo aí. O controle social através de ferramentas tecnológicas, como a gente vê em 1984, as pessoas sendo enganadas pelo entretenimento, vazio. A distopia está aí. A gente tem que pensar na utopia. A gente idealiza e depois a gente vê como isso se molda na realidade (trecho de fala de David no podcast).

Dentro da temática em relação a sair do sistema Joaquim faz um aparte no podcast para fazer a seguinte colocação:

Até os seis anos eu vivi bem longe desse sistema maluco que tem lá fora. Era no sistema, mas a gente produzia o nosso alimento básico e o que a gente não produzia a gente conseguia através de trocas. Até os meus seis anos eu não sabia o que era um carrinho de plástico e eu era bem mais feliz do que quando eu conheci essas coisas. (...) Antes de responder sobre sair do sistema não seria melhor responder qual o sistema que se deseja sair para fugir do risco de querer sair do sistema, mas continuar no sistema, só mudar a forma como se vive no sistema. Por exemplo, eu quero sair desse sistema louco, mas digamos que esse sistema louco seja o consumo e eu vou sair desse sistema louco parando de consumir coisas A e consumindo coisas B. Saí do sistema (trecho de fala de Joaquim no mesmo podcast).

Guattari a partir do modelo da ecosofia propõe o desenvolvimento de práticas que propiciem diferentes maneiras de ser e de exercer as práticas ecológicas como forma de fugir da uniformização dos modos de ser capitalísticos que geram essa espécie de “anestesia” utilizada no texto que acompanha a figura abaixo como uma referência ao processo que as pessoas estão vivendo para lidar com a dor ou sofrimento, seja recorrendo a medicações ou mesmo à alienação. Na imagem Clarice mostra a própria tentativa de lidar com as dores através do contato com a natureza. Indo ao encontro dessa discussão, Bauman (2008) discorre sobre essa ansiedade humana e sentimento de incompletude diante das relações cada vez mais frágeis e superficiais.

Figura 2: Cidades ou pessoas insustentáveis



Fonte: Instagram em 22 de agosto de 2021.

No post ilustrado na Figura 2, analisado também a partir da unidade temática “Desconforto na cidade” observa-se Clarice deitada em meio a folhas demonstrando a experiência de viver em contato muito próximo com os animais e a natureza que, segundo ela, provocou uma transformação interna que fez com que passasse a ter um estranhamento em relação a tudo quando está na cidade. Clarice também relatou a sensação de um mundo distópico presente quando visita a cidade e vê as pessoas se vestindo para parecer alguma coisa, tendo uma educação voltada para reprodução do sistema e amigas que não são fortalecidas por um diálogo franco sobre sentimentos em relação ao mundo, mas que apenas trocam impressões sobre as coisas que passam no mundo das telas.

Para mim enquanto proposta o projeto faz sentido pra mim porque existe o equilíbrio do fazer, de uma prática muito objetiva, de uma construção literalmente concreta com o pensar, com o se questionar. Porque o que eu sinto muita falta na cidade, não só na cidade, mas nos espaços que se propõe a transformação é que às vezes a prática concreta é mais pensar. É criar mais ideias e eu acho que um dos grandes problemas atuais da humanidade é falta de trabalho braçal para algumas pessoas e falta de oportunidade e de ócio para você poder pensar, inclusive enxergar as possibilidades de saída daquela realidade para os trabalhadores braçais. A gente separou o trabalho mental do trabalho braçal e eu acho que é uma coisa que todo mundo tem que ter. Pra mim é muito transformador estar num espaço que me coloca em necessária e imediata observação da

natureza porque me tira a referência do sistema. (...)Ter referências fora do sistema é algo muito importante (trecho de fala de Clarice em *podcast* de 13 de março de 2020).

Nessa fala, Clarice relata um sentimento de alívio por se ver momentaneamente livre de emoções como o medo e a autoexigência por desempenho que ela sempre relacionou aos períodos em que viveu em diferentes metrópoles. Em relação a esses medos associados a uma espécie de mal-estar contemporâneo, eles teriam origem no não reconhecimento da diversidade, da desigualdade presente nas cidades pela distribuição desigual de renda e a incerteza em relação as garantias de conforto e das condições necessárias para reprodução social da vida (BRU; VICENTE, 2005). Nesse sentido, tendo por base as três ecologias; a do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade, Guattari traz a seguinte reflexão.

Ecologia do meio ambiente – onde tudo é possível de acontecer, quanto às evoluções flexíveis e quanto às piores catástrofes ambientais; cada vez mais, os desequilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas, principalmente quanto à regulação das relações entre o oxigênio, o ozônio e o gás carbônico; Ecologia social – deve trabalhar as relações humanas, reconstruindo-as em todos os níveis do *socius*; Ecologia subjetiva ou mental – será levada a reinventar a relação do sujeito como o corpo, a psique (inconsciência) e o consciente (GUATTARI, 2009, p. 52).

O casal nunca mais sentiu a sensação de “peixe fora d’água”, como confirma esse relato de Joaquim,

Eu já fiz o êxodo rural e agora estou fazendo o êxodo urbano. O êxodo rural foi muito mais uma coisa de fora, de você precisa sair do mato, isso não tem futuro. Você precisa ir para cidade, você precisa estudar pra ser alguém na vida e estar no mato não te proporciona isso. Então, o sair do mato para a cidade eu era muito novo. Eu acompanhei a minha família, a minha mãe, no caso. Foi uma coisa muito de fora. Já esse sair da cidade e voltar para o mato é uma coisa muito de dentro, é a minha verdade, a minha vontade. É o que eu acredito. Então, tem essa diferença. A gente precisa entender de onde vem essa vontade de ir para o mato. Se é uma vontade sua verdadeira ou é uma vontade de outra pessoa ou de um meio que você está pegando (Fala de Joaquim extraída de *podcast* de 30 de janeiro de 2020).

Sendo assim, Joaquim busca através da proximidade com o campo resgatar laços perdidos e viver de uma forma alternativa, longe das armadilhas do sistema. Como mostra a figura 3, onde o texto fala sobre a fragilidade das proteções oferecidas pela sociedade do controle (DELEUZE, 1992) que, por trás de uma

pseudo-liberdade, incute nos cidadãos um sentimento de responsabilidade pela própria vida seja aonde for, no campo ou na cidade.

Figura 3: É possível sair do sistema



Fonte: Instagram em 25 de agosto de 2021.

No post ilustrado na Figura 3, observa-se que a preocupação social foi discutida por Clarice e Joaquim em *live* realizada no *Instagram* que abordava justamente o frequente discurso entre os novos rurais que justificam a mudança para o campo como uma necessidade de “sair do sistema”. Algo que, para alguns, esconde apenas um desconforto com um trabalho ou coisas relacionadas ao viver no urbano, não indo além disso, isto é, não levando em considerações questões políticas e econômicas desse modo de vida orientado por valores associados ao capitalismo rizomático (DELEUZE; GUATTARI, 1995), como a competitividade e as relações de consumo em suas múltiplas dimensões (HARDT; NEGRI, 2001). Um sistema que é internalizado no imaginário dos indivíduos produzindo identidades líquidas (BAUMAN, 2001).

O problema, segundo Clarice, é que essa vontade de sair do sistema na maior parte das vezes tem características de movimentos individuais de pessoas, normalmente brancas e de classe média, que se fecham no que eles chamam de “bolhas verdes”, isto é, no próprio paraíso privado longe das agruras da cidade e da própria convivência com pensamentos diferentes, o que Clarice costuma chamar de

monocultura de ideias. Segundo disse em *live* sobre o tema, essas transições acabam sendo incompletas porque quando essas bolhas estouram, seja pela falta de dinheiro ou mesmo por uma vizinhança que se torna perigosa pela desigualdade social, vem a desilusão e, possivelmente um retorno ao mesmo status quo anterior.

Dentro desse contexto de êxodo Clarice também ressalta os valores dos terrenos em lugares que viraram moda como, por exemplo, a Chapada dos Veadeiros, em Goiás, a Chapada Diamantina, na Bahia, ou a Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais, que foram extremamente majorados. Com isso, muitas famílias de baixa renda, originais do lugar, acabaram sendo pressionadas a sair, seduzidas pelas ofertas de dinheiro, principalmente quando levam em consideração o desconforto causado pelas alterações culturais sofridas com a vinda dos neorrurais. Mas como ressalta Clarice na mesma live, “ainda que consiga ter uma vida melhor, essa família está se desenraizando”. Joaquim que viveu essa experiência comentou sobre essas raízes em uma outra live no *Instagram*, como podemos ver no trecho a seguir.

Raízes é um negócio difícil de criar e quando você tem e é arrancado, fica difícil de criar de novo. Então quem sai daqui quem arranca suas raízes e tenta fincar em outro lugar, fica difícil. Primeiro porque suas raízes estão na terra macia e fica difícil fincar elas no concreto. E quem tá lá não olha com bons olhos quem chega. Você sofre um pouquinho. As pessoas te olham como menino da roça... E, se você voltar, dificilmente vai conseguir criar raízes aqui de novo porque vai ser visto como a pessoa que está voltando. Fica difícil recuperar essa identidade. Você fica meio sem canto. (...)Tem dois tipos de pessoas que voltam. A que fracassou total e conseguiu voltar de algum jeito. E tem também a pessoa que conseguiu juntar um dinheiro bacana e volta. Esse é minoria. Quase nunca acontece. Volta pra comprar terra, para abrir um negócio e tentar imitar o que os grandões fazem. Muitas vezes ela volta querendo viver a vida daquele que a expulsou anos atrás (Trecho de fala de Joaquim extraída de *podcast* de 13 de julho de 2020).

Portanto, falar de escolhas e de transição de vida dentro de um contexto capitalista acaba se tornando uma coisa complicada, inclusive para quem pretende questionar as respostas prontas de uma sociedade de consumo internalizado. Como fica expresso na live, Clarice e Joaquim acreditam que na transição para o campo,

O individual e coletivo precisam caminhar juntos. Se o individual caminha sem o coletivo, a gente vira bolha. Se o coletivo caminha sem o individual, a gente reproduz essa sociedade competitiva que tem um ambiente de relações tóxicas porque são relações baseadas na competição (trecho de fala de Clarice na live).

Jacyara Nasciutti (1996) traz um olhar psicossociológico para problematizar a questão, dizendo que o coletivo é construído continuamente, definindo a identidade e a representação de toda a sociedade. Portanto, para a pesquisadora, o social é regulado por processos psicossociais que ultrapassam a problemática psíquica do sujeito. Clarice tem esperança de que os valores que nortearam a transição deles acabem por influenciar outras pessoas e que eles se tornem referência nas comunidades virtuais que estão formando.

Nesse momento Clarice usa o espaço da *live* gratuita para vender o curso mais aprofundado que realizaria na semana seguinte no *Youtube* e, para isso, iria à cidade para ter mais estabilidade de internet e poder compartilhar tela, o que não conseguia fazer pelo IGTV do *Instagram*, sistema de vídeos que a plataforma utilizava e que foi substituída pelo Instagram TV. Embora tenha ofertado no *Instagram* vários cursos gratuitos, em todos Clarice fazia menção de possibilidade de um maior aprofundamento nos módulos pagos oferecidos, característica comum aos minicursos gratuitos oferecidos nas mídias digitais. Independentemente da certeza do retorno financeiro que teria a partir da oferta gratuita, ressaltou a importância da conexão emocional, que pode ser ampliada quando a transição tem um foco no coletivo.

O importante pra gente é a conexão e a gente percebe que quando a gente se conecta de verdade e está num processo de cura a gente vai transbordando essa cura. Chega uma pessoa que está na presença, que está bem consigo mesma, aquilo reverbera e a gente se sente bem na presença dessa pessoa. Quando a gente vê um sorriso alegre, sincero, isso reverbera na gente. Esse lado que eu quero trazer pra vocês também. Quando a gente faz a transição, pode parecer que ela é individual, mas se você está feliz na sua nova vida essa transição vai chegar em outras pessoas. Pessoas que não vejo há anos comentam que eu estou diferente e pelo sorriso percebem que eu estou feliz. E essa é uma das nossas ferramentas mais poderosas, a nossa alegria legítima, a nossa felicidade. O oposto de tristeza é alegria. O oposto de felicidade é infelicidade. A felicidade é um estado mais permanente e que comporta variações de emoções (trecho de fala de Clarice).

É importante ressaltar que dentro do cenário contemporâneo de globalização, os espaços assumem uma importância fundamental na medida em que é neles que os processos produtivos mundializados vão se desenvolver. Santos afirma que:

O homem atinge enfim um conhecimento analítico e sintético de toda a Natureza e adquire a capacidade de uma utilização geral e global das

coisas que o cercam. A partir do momento em que a Natureza se define de nova maneira e suas relações com o homem se renovam, torna-se necessária uma renovação das disciplinas que a estudam. Para a geografia, trata-se de novas perspectivas e de uma capacidade nova de trabalhar com leis universais (SANTOS, 1988).

Nesse processo de (re)existência no campo, Clarice procura se desapegar de preconceitos e identidades enraizados nela mesma e na sociedade. Antes da mudança para o campo, suas aspirações profissionais eram ligadas a projetos que dependiam de um cabedal acadêmico e de uma vida em que o trabalho estaria sempre em primeiro plano. Através das postagens ressalta que passou a ver com clareza que a vida com leveza é o seu propósito, e não o trabalho. Mas essa clareza só veio depois de muita reflexão e sofrimento. Como demonstra nessa fala em que faz uma análise abrangente do estilo de vida atual.

Na verdade, todo tipo de estabilidade é uma ilusão porque tudo muda o tempo inteiro. Um trabalho estável é uma ilusão, uma família estável é uma ilusão, uma pessoa estável é uma ilusão. Ideias estáveis são ilusão. Quereres estáveis também são ilusão. Porque muitas vezes a pessoa fala a galera largou tudo e foi para o mato, às vezes está apegado a uma ilusão. Não é ruim você ter um trabalho que você acha que é estável, que se você for fazer uma análise de riscos tem menos riscos que outros tipos de trabalho. Isso não é ruim. Se você é feliz assim, continua aí. A gente tem essa coisa, esteja onde você estiver, esteja inteiro (Fala de Clarice extraída de podcast de 30 de junho de 2020).

Acredita-se que a reflexão de Clarice esteja relacionada a um sentimento de opressão que vivia na cidade. Essas e outras reflexões em relação à sua presença no mundo reverberam a articulação ecosófica no sentido de pensar os atravessamentos em múltiplas dimensões provocados pelo capital (TAVARES; IRVING, 2009). Como explica o filósofo Gilles Deleuze (1992) o “ser alguém” na atual sociedade de controle passa pela legitimação do olhar do outro, pelo reconhecimento desse poder que está ligado ao “ter”, cada vez mais e melhor (TAVARES, 2014) e isso é determinante na construção do sujeito moderno.

Esse tipo de rompimento do tecido social e familiar em virtude dessa busca por “ser alguém” na cidade é bastante recorrente nas situações de êxodo rural. Muitas dessas famílias são partidas e o deserto de jovens na roça acaba por afetar a produção de alimentos.

Antes do projeto Cura Clarice também vivenciou crises desse tipo e buscou vivências em comunidades até fazer a mudança definitiva para o campo. Joaquim

também vivia um momento de crise similar, e compartilhava com Clarice essas inquietações, que só sanaram após a mudança para o campo.

Clarice e Joaquim relataram nas redes que durante muitos anos se esforçaram em atender às expectativas dos pais e da sociedade de uma maneira geral. Inicialmente Clarice achava que se livraria da necessidade de visibilidade que, para ela, estava atrelada à vida metropolitana.

Mas acabou percebendo ao longo desses três anos vivendo no mato que reproduziu no ambiente online a mesma necessidade de aprovação da época em que vivia na metrópole na medida em que passou a ser influenciada por comentários e pela reação do outro às suas postagens.

Muitas vezes as pessoas romantizam muito a nossa vida aqui, mas há muito pouco tempo a gente passou a ter lugar para descanso aqui. Não foi uma coisa que a gente priorizou porque na verdade a gente nem sentia tanto cansaço. A gente nem tinha entendido que o nosso acampamento ia durar tanto tempo. A gente começou a ficar muito cansado e achava que era do trabalho. Aconteceu uma situação que deixou muito claro que a gente não tinha colocado limites entre a nossa vida e o projeto. Chegou a ponto de outros pessoas acharem que a gente tinha que viver para o projeto e a gente não tinha vida para além dele. A nossa individualidade estava praticamente anulada. (...)No momento em que pessoas se sentiram no direito de serem invasivas despertou uma série de sentimentos, principalmente muita raiva que a gente não sabia de onde vinha e, por isso, a gente se retirou do perfil do projeto durante muitos meses (Fala de Clarice extraída de podcast de 16 de junho de 2021).

Nesse sentido traz-se a colocação de Santos (2010) relacionada a utilização da mídia virtual que, embora associada à liberdade esconde mecanismos de vigilância e controle que podem ser associados ao panóptico descrito por Foucault como sendo “uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico” (FOUCAULT, 2009, p. 194) podendo, portanto, exercer um controle sobre corpos no ambiente digital. Nesse sentido, a busca de aprovação estaria associada a um mecanismo disciplinar internalizado por Clarice.

Esse processo de validação e de busca por likes a fez perceber que não era propriamente no fazer que encontraria a sensação de completude que buscava e que a fez não sentir falta da cidade depois da mudança. Em suas palavras:

Eu e Joaquim a gente tem caminhos bem diferentes. Eu fui urbana minha vida inteira, 100%. Todos os sonhos que eu já sonhei na vida deram errado e eu sou muito grata por isso. Eu não sonhava sair do Brasil, acabei saindo do Brasil. Saí de Salvador e fui para metrópoles do mundo numa vida ainda mais urbana do que a de Salvador e vivi aquela vida bem encaixotadinha, carro, trabalho, casa. Amava a vida urbana e tinha 100% a intenção de

continuar na vida urbana. Minha relação com a natureza era para férias, turismo ecológico. Aí um belo dia a minha alma gritou por mato, me pediu, me implorou mato e aí eu fui passar uma temporada de dois meses no mato só. Aí quando eu cheguei no mato eu disse: Caramba! É a minha casa. É a casa que sempre foi minha. Eu voltei pra casa e eu não sabia que tinha saído de minha casa. E aquela sensação de não caber em nenhum lugar, passou (Fala de Clarice extraída de podcast de 30 de janeiro de 2020).

No entanto, apesar de assumirem esse lugar de novo rural ou novo campesino, o termo neorrural não é bem-vindo como demonstra a figura intitulada “não somos neorrurais”. Na imagem se mostram à vontade e totalmente integrados ao ambiente rural. Clarice e Joaquim almejam ser reconhecidos como camponeses sem outros rótulos, afinal, Joaquim nasceu camponês, é filho de camponeses e, Clarice demonstra nas postagens ter se identificado totalmente com o modo de vida rural após a mudança.

Figura 4: Não somos neorrurais



Fonte: Instagram em 10 de agosto de 2021.

Diante do modelo excludente de desenvolvimento econômico que promove modos de viver desumanos, da promessa frustrada de que a modernização viria acompanhada do bem-estar da sociedade e da pandemia do Covid-19, alguns conceitos estão sendo revistos, o que evidencia ainda contradições antigas, inclusive em relação ao absenteísmo do proprietário da terra, como explica Harris.

[...] a relação ideal do homem da cidade com a terra é a que supõe meeiros entre ele e o solo. O ideal do homem do campo é de dispor de terra e água

suficientes para alimentar sua família. O urbano sonha em ficar rico com o solo; o rural sonha com a plantação (HARRIS, 1956, p. 95).

Nesse sentido, a postagem acima fala sobre a potencialidade de uma vida diferente, sobre as linhas de fuga, como sugere Guattari. “[...] o novo paradigma estético tem implicações ético-políticas, porque quem fala em criação, fala em responsabilidade da instância criadora em relação à coisa criada, em inflexão de estado de coisas, em bifurcação para além de esquemas pré-estabelecidos” (GUATTARI, 2012b, p.123).

Figura 5: Por que planejar uma transição de vida no meio da pandemia



Fonte: Instagram em 22 de junho de 2021.

Durante a pandemia de Covid-19, Clarice e Joaquim presenciaram vários habitantes de Boquira retornando à cidade natal por falta de condições de se manterem nas metrópoles. Essas histórias, no entanto, costumam ser pouco divulgadas pelas famílias da região, que preferem se agarrar às narrativas de sucesso financeiro. Bem-sucedidos para eles são os que voltam à Boquira para comprar terras e criar gado. Clarice e Joaquim falaram de modo mais aprofundado

sobre o tema no *podcast* sobre êxodo rural de julho de 2020, como fica explícito nos trechos abaixo:

Na grande maioria, essas pessoas que têm histórias de sucesso já saem daqui sabendo que vão ter uma história de sucesso porque têm condições pra construir uma história de sucesso. São as histórias que são contadas e repercutidas. As famílias que não têm uma história bonita para contar, não falam. Simplesmente dizem: meu filho tá lá, tá bem. Mas não falam o que ele faz, se trabalha, não trabalha. A gente acaba reforçando a referência de que sair para o campo e ir para cidade é algo bom, algo positivo. Quem fica e escuta essas histórias sendo contadas, vai querer sair. E a roça fica vazia de adultos. Sem força de trabalho, a produção diminui e as condições de vida pioram (Trecho de fala de Joaquim).

Referência de sucesso é referência de riqueza. A gente vê pessoas que plantavam tudo o que consumiam e levavam uma vida saudável e com fartura de alimento. Fizeram o êxodo rural sem terem o básico assegurado. Para essas pessoas, só sair do campo já era um pequeno sucesso. Faltam referências de pessoas que escolhem viver no campo e se sentem ricas em saúde, felicidade, raízes culturais, familiares e afetivas (Trecho de fala de Clarice).

Nesse sentido é importante ser ressaltado que esses parâmetros de sucesso são perpassados por dispositivos norteadores das práticas sociais contemporâneas presentes na sociedade de controle (DELEUZE, 1992) em que há uma necessidade constante de exposição da intimidade. Sobre essa questão, Sibilia (2008b) reflete:

A intimidade tem se convertido numa espécie de cenário no qual devemos montar o espetáculo de nós mesmos: a vitrine da própria personalidade. E esse show do eu tem que ser visível. Porque se esses pequenos espetáculos intimistas se mantiverem dentro dos limites da velha privacidade – aquela que era oculta e secreta por definição – ninguém poderia vê-los e, portanto, correriam o triste risco de não existir. É por isso que hoje se torna tão imperiosa essa necessidade de tornar público algo que supostamente deveria permanecer protegido no silêncio do privado; porque mudaram os modos de construção do eu e os alicerces em cima dos quais se sustenta esse edifício (SIBILIA, 2008b, p.2).

A questão é que algumas vezes é necessário lidar com diferenças nas redes e o ambiente pode ficar tóxico devido a comentários inapropriados, motivo que levou Clarice a decidir deixar de alimentar o perfil do projeto no *Instagram* por mais de uma vez.

A gente praticamente se retirou do perfil durante muitos meses. Em dezembro eu já estava me sentindo muito desmotivada pra compartilhar e daí surgiu o perfil @euclarice por uma série de motivos por que eu não estava mais me sentindo a vontade. Pra mim o perfil do projeto tinha deixado de ser a minha casa (Fala extraída de fala de Clarice em *podcast* de 16 de junho de 2021).

A partir daí, passou a questionar a própria potencialidade da linguagem escrita ou mesmo das imagens postadas que nem sempre abarcavam a totalidade do que queria dizer. Clarice também decidiu que não faria mais cursos como os que havia oferecido em 2020 e 2021 com duração de vários dias.

Além das exigências de um envolvimento emocional intenso, devido a troca com as pessoas, a possibilidade de que num único clique o internauta pudesse trocar o conteúdo gratuito oferecido por qualquer outra postagem passou a ser bastante incômoda para ela. Chegou a fazer um IGTV, que considerou um relicário para falar sobre algumas dessas questões e se despedir.

O curso gratuito que vou fazer vai ser o último. Vou fazer inclusive pelo zoom porque eu quero essa energia de despedida porque faz um ano de quatro meses talvez que eu comecei a fazer cursos online gratuitos, lançamentos com a proposta de oferecer o meu melhor como sempre foi nesses cursos gratuitos. Minha visão sempre foi que todo curso online gratuito é uma oportunidade de oferecer para as pessoas acesso a um conhecimento que elas não teriam de outra forma. Eu sei que nem todo mundo pode nesse momento ter a condição de priorizar ou mesmo pagar por um curso e por isso o gratuito sempre foi muito importante. ...em 31 de agosto de 2020 eu fiz o meu primeiro e quem acompanhou sabe quantas vezes eu chorei...esse ano tem sido um ano de curas muito intensas.... naquele ano eu não me senti pronta pra fazer mais nenhum ...eu acho muito engraçado quando as pessoas dizem: “ai meu Deus, mais um curso gratuito pra vender curso”. Essa galera não tem noção. São meses de preparação, horas e horas de estudo...esse tipo de relação não honra a energia que eu estou oferecendo. As pessoas estão sobrecarregadas de conteúdo ...se você produz conteúdo, todo o meu respeito. A produção de conteúdo aqui vai mudar. Quando eu sair do meu casulo, eu conto pra vocês (trechos da fala de Clarice no IGTV).

Em dezembro de 2021, mais uma despedida. Um novo post anunciou que estariam fora das redes por tempo indeterminado e, quando voltassem, só postariam quando tivessem vontade ou um bom motivo para compartilhar. Mas, não sem antes terem uma boa pausa para se refazerem dos desgastes da vida ativa online. A seguir, o post que pincela o cenário.

Figura 6: Tchou, Instagram



Fonte: Instagram em 13 de dezembro de 2021.

A fala de Joaquim a respeito da suspensão das postagens, também ajuda a entender um pouco melhor a situação:

Não foi uma coisa muito simples de perceber. Foi um incômodo muito grande que surgiu e fez com que a gente olhasse. Do nada tinha um elefante na sala e a gente tinha que olhar para esse elefante, que era nosso incômodo e entender onde ele estava surgindo dentro da gente. Era como se o indivíduo Joaquim e o indivíduo Clarice estivessem nus dentro do projeto (Fala de Joaquim extraída de podcast de 16 de junho de 2021).

Mesmo com a intenção e sentido de comunidade que norteou todo o projeto, a dificuldade em relação a posições divergentes e a possibilidade do isolamento se fez presente e é condizente com a abordagem de Bauman (2003) a respeito de um fechamento e estreitamento de laços nas comunidades. Na internet, essas “bolhas” estão ainda mais presentes e são incentivadas pelos algoritmos, que se encarregam de relacionar pessoas e temas de interesse e manter por perto quem pensa de forma similar (KAUFMAN, 2019). Ainda que recentemente aplicativos de mídia como o TikTok estejam fazendo tentativas de furar essas bolhas oferecendo conteúdo diverso dos habitualmente acessados pelos usuários.²⁵Clarice e Joaquim

²⁵ Disponível em:

<https://olhardigital.com.br/2020/06/19/seguranca/tiktok-revela-como-funciona-seu-algoritmo-de-recomendacao-de-videos/>

expressaram a preocupação com esse fechamento em “bolhas verdes” em agosto de 2021, no *Instagram*, fazendo uma crítica às pessoas que mudam para o campo para se isolar no próprio paraíso particular sem querer interagir nem se preocupar com os problemas do mundo.

Figura 7: Como não virar uma bolha verde



Fonte: Instagram em 23 de agosto de 2021.

Clarice costuma demonstrar preocupação em conectar as transições individuais dela e de seus mentorados com aquelas que são de cunho coletivo para não cair na “bolha verde” que tanto critica, isto é, quando pessoas brancas e de classe média usufruem de seus privilégios sem fazerem qualquer esforço para mudar a realidade a sua volta. Clarice reconheceu em várias postagens a importância do dinheiro, mas deixou claro que não acredita que ele seja sinônimo de felicidade.

5.1.2 ESTILIZAÇÃO DA RURALIDADE

(...) *Eu quero uma casa no campo onde eu possa compor muitos rocks rurais e tenha somente a certeza dos amigos e nada mais...* Essa canção eternizada pela voz da cantora Elis Regina reflete um pouco da idealização do campo que hodiernamente se tornou o objeto de consumo para os que estão em vias de fazer a transição para o meio rural ou simplesmente para quem quer viver o campo através das frestas permitidas pela vida nas metrópoles ou mesmo nas redes, onde não faltam novos rurais para falar sobre técnicas de agricultura e bioconstrução com uma roupagem moderna.

Para Clarice e Joaquim sair das redes não estava no planejamento, mas aconteceu. Foi como um ajuste de rota para eles. Aliás, esse é um dos conselhos que Clarice costuma dar tanto nos cursos online quanto nas mentorias: desenvolver um mapa de planejamento. Além disso, ela também dá uma listinha básica dos primeiros passos necessários antes da mudança.

O primeiro seria o autoconhecimento para entender de onde vem essa necessidade de mudar-se para o campo, que seria seguida da segunda etapa, a da exploração, que segundo ela, envolveria cursos, pesquisas na internet e participação em experiências coletivas, dependendo das premissas da transição. Só depois disso que viria a tomada de decisão, o planejamento das estratégias e a inserção dessas estratégias na rotina.

A interlocutora costuma usar o próprio exemplo. Ela e Joaquim passaram um ano planejando a mudança. O planejamento envolveu tanto a concepção do projeto quanto o aprendizado de como gerir o dinheiro e conseguir gerar novas fontes de renda. Mesmo tendo feito o planejamento adequado, revela que a sua transição não foi menos complicada.

A gente fez um planejamento estratégico e um dos problemas que a gente previu na nossa análise de risco foi não separar o dinheiro. Aí a gente separou o dinheiro para que o projeto não canibalizasse as nossas finanças. A gente também pensou em ter fontes de renda para que o projeto pudesse começar e a gente já previa que essas fontes de renda seriam modificadas no curso do projeto. Mas o que a gente não previu foi que a gente ficasse tão imersos no projeto a ponto de esquecer que somos pessoas para além dele (Fala de Clarice extraída de podcast de 16 de junho de 2021).

Por isso, Clarice gosta de passar para as pessoas a real dificuldade de fazer a transição para o campo sem dinheiro. Muitas pessoas colocam todas as reservas nessa transição, o que ela considera um risco. Além disso, nem todos tem o perfil

para aguentar dificuldades como as que eles enfrentaram ao passar um ano e meio morando acampados. Trata-se de um projeto grande, de vida, e exatamente por essa razão exige um planejamento prévio cuidadoso. Clarice também passou a oferecer cursos mais longos, com duração de oito semanas em que a questão da necessidade de planejamento estava entre os tópicos de maior aprofundamento.

Figura 8: Essa vida tá ruim mas não consigo ter outra



Fonte: Instagram em 23 de setembro de 2021.

Ainda sobre o processo de transição, em um dos podcasts, Clarice convida os interessados em mudar para o mato a fazerem uma lista do que amam e poderiam fazer com alegria e sem remuneração, juntamente com outras duas listas, uma do que faz bem e, a outra, com opções de como ajudar as pessoas. O exercício seguinte é encontrar interseções entre as três listas, o que pode se transformar em possibilidades de remuneração. Trata-se de um rascunho do conceito japonês Ikigai, que significa razão de ser. Na figura abaixo Joaquim demonstra estar à vontade com as escolhas embora ainda esteja em busca de um equilíbrio entre o descanso e o trabalho, que é muito.

Figura 9: Nosso suor é muito, mas é nosso.



Fonte: Instagram em 1 de setembro de 2021.

Mesmo com toda as ocupações do casal, o dia acompanha o ritmo do sol. Foi somente em 2021, depois de dois anos morando no espaço, que Clarice e Joaquim estabeleceram que precisavam pelo menos de um dia completo de descanso na semana.

No que se refere à rotina de Clarice, ela começa às 4:30h e inclui meditação, ioga e pausas prolongadas para as refeições. Joaquim acorda um pouco mais tarde. O isolamento para eles chegou antes da pandemia. Tanto que falaram em podcast que o isolamento social nem foi tão pesado por já fazer parte da vida que escolheram.

Mesmo trabalhando muito, a motivação deles hoje é outra porque tem sempre em mente o propósito idealizado: compartilhar soluções de autonomia em um sentido amplo trazendo pessoas para falar sobre permacultura e agricultura sintrópica e transformar o projeto Cura em um espaço comunal. Mesmo que a própria ideia de comunidade, seja ela real ou virtual, tenha sofrido mudanças na concepção do casal. Um trecho das falas de Joaquim e Clarice no podcast ajudam a entender isso,

É muito fácil a gente virar os nossos projetos. Chega num ponto que nem a gente sabe qual é a diferença entre a gente e o projeto e as outras pessoas não sabem. Depois de muita reflexão e conversas com outras pessoas a gente entendeu que a gente ama muito o projeto Cura pra deixar essa parte tão importante, que é a comunicação, praticamente morrer. A gente ama o trabalho que a gente faz ou fazia nas redes sociais e a gente quer melhorar até porque eu aprendi pra caramba nesses últimos meses no @euclarice. Só que entendemos que não temos condições de primeiro, gerir dois perfis e, segundo tudo o que a gente fala do projeto Cura é também planejamento. Não tem como separar os dois conteúdos. Eu vou juntar novamente e vou reassumir os perfis. A gente quer sentir novamente esse prazer (Fala de Clarice extraída de podcast de 16 de junho de 2021).

Eu tenho uma séria dificuldade com Instagram e com redes sociais, não me sinto muito à vontade para estar postando e eu não estava também me sentindo à vontade. Eu não me sentia à vontade para ser eu. Era tipo: não é minha casa e, por isso, a volta não aconteceu. (Fala de Joaquim extraída de podcast de 16 de junho de 2021).

Inconscientemente eu comecei a perceber que eu não conseguia me expressar de maneira totalmente autêntica naquele espaço. (...) Como é que a gente estava criando um projeto que fosse muito acolhedor para as pessoas, mas que não nos acolhia! Isso bugou muito a gente e foi tema de muita lágrima, de grito, choro em posição fetal. Pensamos muito seriamente em acabar com o perfil do projeto Cura e chegou a um ponto que eu estava me dedicando ao perfil @euclarice também por motivos de que eu precisava que a minha vida profissional não fosse atrelada em todos os sentidos ao projeto Cura porque eu sou eu e o projeto Cura é o projeto Cura e eu queria mostrar 100% dessa minha personalidade, dessa minha autenticidade e eu não me sentia mais à vontade fazendo isso no perfil do projeto (Fala de Clarice extraída de podcast de 16 de junho de 2021).

Embora saibam perfeitamente de todas as dificuldades que envolvem fundar uma comunidade, eles continuam perseguindo esse sonho ainda que as experiências que tiveram até aqui se limitem a períodos curtos de convivência presencial com voluntários e a comunidade virtual, formada no *Instagram*.

Clarice demonstrou durante todo o tempo em que esteve nas redes sociais uma preocupação com a conexão e, também, um certo saudosismo de uma época em que as pessoas se sentavam na frente da calçada para conversar embora tenha uma fala sua no *podcast* Êxodo Rural que ela e Joaquim têm sérios problemas com excesso de interação social. Em outro trecho da live citada acima,

Por isso que pra mim é tão importante saber as histórias de vocês porque a gente está nas redes sociais. Para o *Facebook* e para o *Instagram* a gente não é ninguém, mas eu não quero contribuir com isso. Eu te vejo. Eu te reconheço enquanto pessoa e eu quero ser reconhecida também enquanto pessoa. Por isso é que aqui o tempo todo a gente se mostra. Eu apareço chorando, descabelada, a gente fala dos nossos erros. Hoje eu mostrei a matrix no stories não sei se vocês acompanharam. O chão todo manchado

de tinta. Eu não vou mostrar pra vocês uma realidade que não existe só para eu me sentir bem (trecho de fala de Clarice).

Em vários posts Clarice deixa claro o desconforto com o excesso de individualidade da nossa sociedade que ela acredita ser uma espécie de doença que deixa o mundo desconectado da terra, da natureza. Além da diminuição do impacto ambiental causada por uma vida de menor consumo, Clarice e Joaquim esperam resgatar no projeto Cura o tecido social que tem se perdido com essa lógica individualista.

A frustração em relação à ideia de formar uma comunidade também pode ser atribuída à experiência negativa que tiveram logo no início de 2021 com o voluntariado, que seria uma amostra das trocas comunitárias que pretendiam ter. Eles acreditam que aprender e ensinar sobre vida regenerativa é a essência do projeto e que a potência plena dele só poderá ser obtida com esse compartilhamento de trabalho e experiências. Aliás, esse é o modo como se estrutura de uma maneira geral a produção camponesa, como um trabalho coletivo e familiar, de ajuda mútua. Essa prática de parceria também está sendo adotada com frequência por novos rurais, que vêm com bons olhos o trabalho voluntário.

No entanto, precisaram amadurecer o programa para que a energia dedicada aos visitantes pudesse ser revertida em prol do desenvolvimento do projeto e a alegria do encontro não bagunçasse regras pré-estabelecidas. Essa questão do voluntariado é tão sensível para o casal que eles chegaram a gravar um podcast inteiro falando sobre o tema.

Isso, porque, segundo eles, muitas pessoas não entendem o real sentido do voluntariado ou mesmo confundem o tipo de voluntariado que estão fazendo. Ao contrário do voluntariado de caridade, no qual as pessoas que se dispõem a esse tipo de trabalho dedicam algumas poucas horas da semana ou do mês, no voluntariado em espaços comunais, de uma maneira geral, junto com a troca de trabalho por experiência, comida e moradia²⁶, também vem um bônus, que é a convivência diária, que tanto pode vir a ser uma dádiva como um fardo. Em um relato Joaquim fala,

²⁶ Para entender mais sobre a lógica do trabalho voluntário atrelado a outros tipos de remuneração diferentes da monetária ver TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Programas de incentivo ao voluntariado: novos desafios para a ética gerencial. In: IV Congreso Latinoamericano de Ética, Negocios y Economía. 2001, Buenos Aires. Anais...Buenos Aires: Associação Latinoamericana de Ética, Negócios e Economía/Universidade Argentina de la Empresa, 26-27 de julho de 2001, p. 17-27.

Se você está ali recebendo um trabalho voluntário está ali trocando essa experiência, você é responsável por ele. Se você manda ele subir num andaime, você tem que se certificar de que o andaime está seguro, que ele está se sentindo à vontade no andaime, se está fazendo uma atividade que precise de equipamento de proteção e se ele está usando direito (Fala de Joaquim extraída de podcast de 23 de junho de 2021).

Algumas pessoas acham que por estarem fazendo um trabalho por vontade própria, podem escolher como, quando e com o que vão trabalhar. Por isso, uma das primeiras providências de Clarice quando decidiu oferecer voluntariado foi usar seus conhecimentos de Direito, que ela brinca dizendo que foram adquiridos em outra vida, para estabelecer um termo baseado na Lei 9.608, sancionado em 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário. Tudo para deixar bem claro os direitos e obrigações envolvidas na troca. E antes que digam que eles estão reproduzindo as mazelas do sistema fazendo contratos, Clarice e Joaquim praticamente respondem juntos: “O sistema engole. Em algum momento ele vai cobrar o custo e se a gente se fecha em uma bolha, não vamos estar fora do sistema, mas vivendo nele dentro de uma bolha”.

Uma outra tática que têm adotado para se precaverem de surpresas inesperadas é fazer entrevistas prévias com os candidatos para alinhar as expectativas de cada um. É o momento de exercitarem a capacidade de dizer não para quem não se enquadra no perfil procurado. Aliás, eles fazem questão de dizer que esse não pode ser dito em qualquer tempo, por qualquer uma das partes envolvidas. Por isso mesmo acham que toda pessoa que se propõe a fazer um voluntariado deve saber bem o que está buscando com essa troca e, principalmente, ter uma reserva financeira e um plano B que permita sair do lugar onde está, por mais isolado que seja, de uma hora para outra.

“É muito importante deixar claro que você pode dizer não a qualquer momento. E você que está querendo ir para algum lugar como voluntare, saiba que você pode ser a pessoa mais legal do mundo, mas pode ser que os santos não se batam”, ressalta Clarice em podcast sobre o tema.

Mariana e Felipe, que foram voluntários no projeto Cura, falaram sobre a experiência vivida ressaltando a diferença entre voluntariado e caridade, principalmente no tocante ao tempo de imersão. E uma das principais diferenças que todos relataram durante a conversa no episódio de podcast está justamente relacionada a convivência.

Joaquim que normalmente costuma falar menos do que Clarice nos podcasts, destacou o que considera fundamental para um voluntariado funcionar: “Ter bons acordos. É preciso antes de assumir um compromisso, fazer acordos. E que todas as partes envolvidas se sintam bem e capazes de cumprir com esses acordos”. Clarice acredita que tudo deve falado antes para que haja um ajuste de expectativas de ambas as partes inclusive no tocante ao tipo de trabalho, número de horas, se alimentação e transporte estão incluídos, enfim, tudo deve ser detalhado. Já Mariana ressalta que esses ajustes também deveriam ser feitos durante a estadia em reuniões específicas para ajustes de expectativas.

Embora Clarice e Joaquim não exijam experiência prévia para receber voluntários, eles não negam que seria muito bom ter pessoas com uma certa bagagem. Contudo, segundo Joaquim, “dependendo do tipo de trabalho e situação, pode ser um risco muito grande colocar um voluntário pra fazer uma poda a 10 metros de altura” (Trecho fala de Joaquim em um episódio de podcast do projeto Cura). Clarice completa que até tarefas mais simples como o manejo de ferramentas podem ser complicadas se a pessoa não tem nenhuma experiência, o que aumenta a responsabilidade deles na supervisão. Mas como estão mais interessados na troca do que qualquer outra coisa, decidiram que esse não seria um critério de escolha, o que Mariana e Felipe agradeceram. “Como que a gente vai ter experiência se nenhum lugar aceita gente sem experiência?” (trecho da fala da voluntária Mariana no podcast)

Apesar de não receberem voluntários com frequência, os idealizadores do projeto acreditam na vivência transformadora do voluntariado e acham que ela está alinhada com a missão do projeto Cura, que é compartilhar soluções de autonomia. Isso é algo dito nesse mesmo episódio do podcast.

Essa é a sementinha que a gente quer plantar. Que as pessoas vejam outro tipo de vida que é muito diferente do que a maior parte de nós conhece, mas a gente não consegue receber voluntários com frequência porque dá muito trabalho receber de forma atenciosa e responsável. Para a gente é importante que o projeto ofereça oportunidade de aprendizado e transformação e para que exista tudo isso eu preciso dar um suporte pra pessoa (Trecho da fala de Clarice no *podcast* do projeto Cura).



Fonte: Instagram em 7 de julho de 2021.

Na imagem acima a cafeteira e a caneca de esmalte com o verde ao fundo pode ser um estímulo ao consumo relaxado da natureza. Mas quem sonha com o campo como um espaço idílico para usufruir de paz e tranquilidade não conhece bem a rotina campesina, que costuma ser bem puxada. Não sobra muito tempo e, no caso deles que ainda tem que aliar as tarefas de sobrevivência com a construção do espaço onde moram, receber voluntários e dar atenção para fazer valer a experiência, acaba sendo uma tarefa a mais. Além do que, se o objetivo é conviver e eles não estão disponíveis para essa convivência, fica complicado.

E voluntariado pago, pode? A questão é levantada no mesmo episódio do podcast em meio a risos de Clarice, Joaquim e do casal participante, Mariana e Felipe. Claro que sabem que existe, mas acham que não é propriamente a proposta do trabalho voluntário, mas compreendem que alguns espaços cobram para se ressarcirem das despesas. No caso deles, não querem que a questão financeira seja um impeditivo para oferecer a vivência já que sabem que o próprio deslocamento até o espaço que é bastante isolado, envolve gastos.

Durante a pandemia ficaram bem resistentes a receber, mas acabaram abrindo algumas exceções para pessoas como Mariana e Felipe, com quem ficaram bastante seguros em relação ao nível de isolamento e cuidado. Aliás esse também foi um critério de escolha para os voluntários, que teriam que estar seguros em relação ao nível de proteção deles contra o Covid-19. E se as experiências ruins marcaram, as boas também. Está tudo lá registrado, na memória e no *Instagram*.

No caso de Clarice e Joaquim houve muito planejamento na etapa anterior à mudança, uma espécie de processo de desurbanização sobre o qual falaram em

podcast gravado em 27 de agosto de 2021 pelo zoom. Juntamente com os voluntários Mariana e Felipe eles também falaram sobre o processo de romantização que as pessoas costumam fazer quando decidem que querem morar no campo. Contudo, os desafios da vida continuam, só que em outro espaço geográfico.

Você até pode passar o dia na rede se você terceirizar o serviço. Mas se você não puder terceirizar o dia a dia que é cozinha, limpar casa, fazer manutenção do terreno, cuidar da horta. Não é tipo eu vou para o campo e tudo na minha vida está resolvido. Eu não tenho problemas, não vou mais me estressar com nada e tudo vai ser mil maravilhas (Trecho da fala de Joaquim).

Mariana e Felipe, convidados do podcast, fizeram vários cursos virtuais de agrofloresta, bioconstrução entre outros, mas, quando começaram a fazer as primeiras experiências de imersão na vida rural na casa de amigos e, também, no projeto Cura viram que as demandas nem sempre correspondem às necessidades de mão de obra e que, na prática a teoria é outra. Esse mergulho em temas rurais na internet e a vontade de fazer todos os cursos ofertados constantemente na rede, aliás, é uma característica dos novos rurais entrevistados, como mostra o trecho a seguir:

A teoria, não é que ela não seja importante, mas ela só te dá uma ideia do que talvez você aplique na prática. E esse é um ponto muito importante. Porque muitas vezes a gente está estudando A e a gente vai para prática e percebe que A não é suficiente, ou que não é A, que eu tenho que estudar B (Trecho da fala de Clarice no podcast disponibilizado em 27 de agosto 2021).

Eles vivenciaram isso na prática em relação ao curso que fizeram de agrofloresta. Os conceitos básicos da agricultura sintrópica²⁷ que aprenderam como estratificação, sucessão etc., não mudam, mas, na prática, na caatinga, ao contrário da vivência que tiveram na mata atlântica, se depararam com seis meses secos e os outros seis de chuva. Portanto, só precisaram fazer um manejo no início da estação seca. Mas, quando começou a temporada de chuvas tinham que fazer quase toda semana. O trabalho físico de cuidado de uma agrofloresta é bem intenso e

²⁷ Para mais detalhes sobre os conceitos da agricultura sintrópica ver: **Da Degradação à floresta: A Agricultura Sintrópica de Ernst Gotsch e sua aplicação nas fazendas Olhos D'Água e Santa Teresinha,** Pirai do Norte/BA. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/26585/16642>

cansativo. São dias, semanas revirando solo, picotando, podando árvores, o que às vezes implica em se furar ou cortar. Em outro momento se diz,

Não é à toa que a aposentadoria rural tem uma idade inferior do que outros trabalhos. Se fosse fácil não teria tanto êxodo rural até hoje. Esse movimento da cidade para o campo só está acontecendo na sua bolha. Não é um movimento mundial. O movimento mundial aqui no Brasil ainda é o do êxodo rural. A gente que trabalha com permacultura tem a responsabilidade de falar isso porque senão, a gente fica falando sempre para um micro nicho branco e de classe média. Agricultura é um trabalho físico e isso precisa ser honrado. (Trecho da fala de Clarice no podcast disponibilizado em 27/08/2021)

A própria permacultura, ética que vive e se baseou para idealizar o projeto Cura, em muitas situações também evidencia esse privilégio branco, como comentou no podcast número dois do projeto. Nas palavras da interlocutora,

A permacultura enquanto ética de relação com a vida, questiona nosso lugar no mundo e o próprio sistema onde a gente vive. Sim, somos racistas. Esses privilégios existem ainda hoje e continuam sendo reproduzidos no presente. Como mulher branca tenho vários privilégios em relação a uma mulher negra só por causa da cor da minha pele. Na nossa percepção a permacultura é branca demais e colonizada demais. A gente percebe que isso tem uma série de consequências negativas e uma delas é o fato da permacultura não conseguir chegar a todos os lugares. Porque a permacultura é branca e de classe média. Ela é feita por pessoas brancas, pensada para pessoas brancas e praticada por pessoas brancas. As exceções são tão exceções que acabam confirmando a regra (Trecho de fala de Clarice em podcast de 27 de fevereiro de 2020).

Não fugindo à regra, o lugar de fala de Clarice é de uma branca de classe média. Para fazer a transição teve respaldo financeiro e um local para desenvolver o projeto. Ela sabe bem o quanto não pagar aluguel faz diferença no orçamento e o quanto essa mudança de vida é mais palpável para pessoas de classe média. No entanto, nem por isso acha que pessoas sem terreno ou sítio próprio deveriam desistir de se aventurar nessa transição.

Figura 11: Racismo na permacultura



Fonte: Instagram em 17 de agosto de 2021.

No post acima Clarice aborda a questão do racismo na permacultura, assunto que também foi explorado em podcast, já que a permacultura tem por filosofia questionar não só o lugar do indivíduo no mundo como o próprio sistema.

A permacultura considera a totalidade da vida. Muito mais do que um conjunto de técnicas, trata-se de uma ética que regula o fazer permacultural, que envolve o desenho consciente e manutenção do espaço, ecossistema produtivo agricolamente, estabilidade, inclusive a financeira, e resiliência. A base do projeto Cura foi inspirada na permacultura, que tem entre seus princípios norteadores o cuidado com a terra, o cuidado com as pessoas, que é prover para que todos possam acessar os recursos necessários para própria existência e colocar limites ao consumo para que haja uma partilha justa.

Nesse mesmo podcast eles também discutiram as razões pelas quais as pessoas saem do campo que, na sua grande maioria, estão ligadas às condições precárias de sobrevivência que envolvem trabalho árduo que muitas vezes se inicia antes do sol nascer e, mesmo assim não conseguem obter um rendimento condizente com o esforço. Eles falaram das promessas da cidade que também nem sempre são verdadeiras. Um outro tópico discutido foi a fetichização e romantização de técnicas como a bioconstrução e a agrofloresta nas redes. “Quando a gente posta conteúdo sobre bioconstrução e agrofloresta a galera dá uma surtada. É que

nem receita vegana na internet. A galera pira: ai meu Deus, que coisa mais incrível” (fala de Clarice no mesmo podcast).

Clarice comentou em podcast que quando postava conteúdo sobre a construção da casa mãe, várias pessoas se mostraram interessadas em fazer trabalho voluntário no projeto, o que a levou, assim como Joaquim, a questionar qual a imagem que essas pessoas têm desse tipo de trabalho. No momento desse comentário, Mariana colocou entre risos sua opinião no podcast que acredita que essas pessoas têm a ciranda em mente, uma imagem recorrentemente usada em postagens de venda de cursos de bioconstrução onde um grupo de pessoas de mãos dadas fazem com os pés o trabalho de misturar o barro, mostrando um lado bem fantasioso sobre o processo de construção das casas.

Quando fazem o curso do PDC (Permaculture Design Course), imaginado e idealizado pelo pesquisador australiano Bill Mollison (1928-2016) com o qual podem ser creditados como permacultores, há uma imersão nas técnicas de bioconstrução. No entanto, o curso tem duração de dez dias, o que na prática é bem diferente do tempo de construção de uma casa.

Quando a gente faz o curso do PDC que dura dez dias fica superanimado. É exaustivo, mas dura dez dias. Uma construção pode levar meses ou anos. É legal construir a própria casa, mas eu não poderia dizer que é divertido, não usaria essa palavra. Quando você é o responsável pela construção, o desgaste físico é somado ao mental porque você está ali o tempo todo tomando decisões, tendo que conferir se a parede está no prumo, coordenando a equipe, fazendo orçamento de material, pensando o projeto, olhando previsão de chuva. Não é das coisas mais divertidas do mundo (Trecho da fala de Joaquim no podcast disponibilizado em 27 de agosto de 2021).

Além disso, eles ainda tiveram que lidar com outros desafios com o aumento absurdo dos materiais de construção durante a pandemia. Alguns itens chegaram a subir 200%, o que os levou a optar por revestimentos mais simples como paredes de pau-a-pique. E, aos poucos foram entendendo que alguns dos espaços inspiradores que visitaram para fazer cursos de bioconstrução tinham proprietários com muito dinheiro que provavelmente pagaram pedreiro para construir a estrutura das casas. Coisas que não estavam nos livros, nem nos cursos, mas que descobriram na prática durante a construção como resultado das frustrações diárias. Clarice sintetiza no podcast dizendo,

Tudo que gente vê nos livros, nas redes sociais, é muito superlativo. Uma infraestrutura que às vezes levou tempo pra pessoa ter ou talvez tenha herdado dinheiro ou o espaço. Pode ter trabalhado a vida toda para juntar aquele dinheiro ou mesmo ter sido feita por uma equipe bastante experiente. Ninguém fica postando o que deu de errado. Ninguém conta que ficou chorando em posição fetal, tira uma foto com os olhos inchados ou mostra as mudas das SAFs (Sistemas Agroflorestais) que foram comidas pelos bichos. A pessoa bota uma paisagem bonita e um texto sobre resiliência (Trecho da fala de Clarice no podcast disponibilizado em 27 de agosto de 2021).

Na prática o que concluíram é que nem sempre a teoria ajuda tanto. É na prática que as dificuldades aparecem e, muitas vezes, acabam atrasando o processo de adaptação ao campo. Em uma tentativa de adentrar nas discussões, Wanderley (2000, p. 2), propõe que a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural devem ser entendidas como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos); lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária); e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade).

A sua transição não acaba quando você vai para o campo, quando você chega no campo, na vida nômade ou na vida simples. Aquilo é um ponto de chegada para o seu plano de transição. A sua vida não vai ficar perfeita porque você escolheu viver aquela vida. Muita gente acha que a vida no campo é mais leve e mais tranquila. Pode até ser mais leve e mais tranquila, mas não é porque o trabalho é menor. Pelo contrário (Fala de Clarice extraída de podcast publicado em 27 de agosto de 2021).

As relações de gênero na zona rural também são complexas e, mesmo com o aprofundamento das relações capitalistas no campo nesse quesito ainda se preserva o dualismo entre o modo de viver rural e o urbano. As relações de gênero se reproduzem de maneira desigual e conflituosa. Embora o trabalho das mulheres no mundo rural nem sempre seja o mais pesado, elas carregam sobre os ombros uma diversidade de tarefas acumuladas e trazidas de um passado longínquo. Conforme trabalho publicado por Celecina Sales, as mulheres têm tentado romper com a invisibilidade como trabalhadoras participando mais ativamente de movimentos sociais. Em suas palavras,

´ Suas atividades se confundem com os diversos espaços de trabalho; elas, ao mesmo tempo em que cuidam da casa, carregam água, cuidam também

dos pequenos animais (galinhas, cabras e porcos) e das hortas. Além dessas atividades que se concentram principalmente na casa e no quintal, elas ainda desenvolvem trabalhos no roçado, principalmente no período do plantio e colheita. (...) Por não desenvolver todas as etapas do roçado, e por ser uma atividade liderada pelo homem adulto, esse trabalho é qualificado como ajuda, tanto no interior da família como nos sindicatos e órgãos públicos, o que inviabilizou durante muito tempo o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras e, conseqüentemente, a garantia de seus direitos sociais (SALES, 2007, p.441).

O cruzamento entre a percepção de Clarice sobre a sua própria vida *versus* a maneira como a população local de Oliveira dos Brejinhos a enxerga gera conflitos sobre a representação do campo já que ainda é vista como alguém de fora e o fato de ser mulher muitas vezes também é um empecilho para participar das conversas que se desenvolvem entre os homens na roça. No entanto, Joaquim também não escapa de julgamentos.

Desde quando eu comecei a falar que eu ia voltar pra cá e que ia plantar nossa comida, trabalhar na terra e construir nossa casa de barro as pessoas olhavam com muito espanto, com muita estranheza. Uma das coisas que mais falaram é como assim você vai voltar para o campo depois de estar morando na cidade. Como assim você quer plantar sua comida. E aí, para completar a gente ainda não cria animais e isso é quase inaceitável. Como assim, quer plantar sua própria comida e ainda não vai criar animal. Vai viver de que. O que que tu vai comer. É engraçado porque eu falo vou plantar minha comida e as pessoas falam tu vai comer o que. Porque para as pessoas é muito impensável viver sem ter uma renda. E aqui no campo o que te dá renda é a venda de animal. (...)Logo que a gente chegou chegaram a perguntar se eu estava maluco. Hoje as pessoas não perguntam mais com palavras, perguntam com o olhar (Fala de Joaquim extraída de podcast de 13 de julho de 2020).

A desconfiança de uma certa maneira está também atrelada à volta de Joaquim que, embora natural da cidade, não deixou de ser associada ao fracasso. Afinal, ele não é mais o mesmo. Além disso, não estava retornando para comprar gado nem tampouco com dinheiro suficiente para adquirir da família o terreno onde mora, o que acaba por reverberar conflitos e fazer com que ambos, embora de maneiras diferentes, sejam vistos como “estrangeiros”.

Edson também conhece bem essa sensação, que também é muito presente em Piracaia, cidade onde está instalado seu sítio.

Em Piracaia isso é muito claro. O gentílico de quem nasce em Piracaia é o piracaense. E eles tem um nome para quem vem de fora, que é o piracaiano. O piracaiano é o cidadão de Piracaia, mas que não é o cidadão de Piracaia. Ele é o outro, o estrangeiro. E parte dessa segregação que acontece, acontece por culpa do neorrural. Porque vem com uma carga de arrogância, de prepotência, vem querendo iluminar esses povos bárbaros

que não sabem o que fazer, arrotando regras, normas e ecologismos (Fala extraída de live com participação de Edson).

O que existe, segundo eles, também passa por uma certa estilização do rural, associado a própria inexperiência da complexidade que envolve não só o processo de obter autonomia no campo como a própria convivência tão próxima com a natureza.

Quando eu penso em bioconstrução eu penso na picareta. Na bendita picareta que a gente passou meses abraçados com a picareta cavando barro para fazer a matrix. E quando eu penso na construção da casa-mãe, além da picareta eu penso no peso dos baldes. (Trecho de fala de Clarice em podcast de 27 de agosto de 2021).

Quando a gente esteve aí foi o caso de misturar a água com a terra para formar o barro e eu vendo Joaquim fazendo aqui pensei: gente, que fácil. Vai eu fazer! Não tenho força nenhuma nos braços (Trecho de fala de Mariana em podcast de 27 de agosto de 2021).

Quando você é o responsável pela construção soma o desgaste físico com o desgaste mental porque é o tempo todo tomando decisões, seja conferindo pra ver se a parede está no prumo, se está no nível, coordenando equipe, fazendo orçamento de material que você precisa comprar, correndo atrás disso e daquilo, pensando o projeto, olhando previsão de chuva. É tanta coisa que não é das coisas mais divertidas do mundo (trecho de fala de Joaquim em podcast de 27 de agosto de 2021).

Aliás, foi justamente esse nível de integração repentina que Clarice e Joaquim se propuseram a ter com a natureza e o grau de dificuldade enfrentado durante a transição, já que passaram um ano e meio acampados, um dos fatores que chamou a atenção para a escolha do projeto do casal para esse estudo. Clarice relata essa experiência de integração com a natureza ao dizer:

Nossa vida aqui é meio princesa Disney. daquelas princesas Disney que ficam cantando e convivendo com os passarinhos. É meio que a nossa vida. E para muitas pessoas pode parecer uma vida bem solitária, mas para gente não é. A gente gosta muito. A gente tem sérios problemas com excesso de interação social. (...) aí a pessoa faz essa mudança e depois diz que morar no mato é uma merda. Não é que morar no mato seja uma merda. É que tudo é uma merda se a gente não está pronto para aquilo e se a gente não vê naquilo oportunidade de crescimento (Fala de Joaquim extraída de podcast de 30 de janeiro de 2020).

5.1.3 CONSUMERISMO

Como reconhece Edson em live, o movimento neorrural ainda é profundamente burguês no sentido de que boa parte dos que estão fixando residência na zona rural, apesar de trazerem uma preocupação com os problemas camponeses e terem uma atuação ecológica mais consistente, ainda mantêm alguma atividade, hábitos e uma cabeça bem urbanizada. Nesse sentido a figura abaixo é emblemática e reflete de que forma o conhecimento e os discursos que estão circulando giram em torno de pessoas parecidas. O texto do *post* alerta justamente para esse risco de tomar como referências pessoas com as mesmas visões de mundo e que pouco vão acrescentar para uma ampliação de horizontes.

Figura 12: Quem está no seu feed



Fonte: Instagram @projetocura em 18 de julho de 2021.

A ecosofia proposta por Guattari (2012) parte justamente desse encontro com o novo, da busca por fugir da uniformização dos modismos e consumismos estabelecidos por valores capitalísticos que circulam nas redes. A ecosofia social consiste no desenvolvimento de práticas que reinventem maneiras de ser tanto no meio urbano como no rural para que se estabeleça um outro paradigma em relação a natureza para o desenvolvimento de novas práticas ecológicas.

Práticas comuns à população do campo, como a agricultura familiar, perdem apelo diante dos padrões de consumo estabelecidos e compartilhados pelas cidades. O relato de Clarice e Joaquim a respeito da forma com que os jovens do campo ainda anseiam por uma vida melhor na cidade faz concluir que de alguma forma a agricultura familiar continua a ser vista com um certo desprezo, corroborando a necessidade de se fazer reflexões sobre a ruralidade e suas relações com urbano na atualidade.

Joaquim trabalha o tempo todo em contato com a terra, cuidando do terreno e trabalhando na bioconstrução. Todas as edificações do projeto Cura estão sendo feitas com materiais de baixo impacto ambiental, hiper adobes (terra ensacada) e outras técnicas construtivas antigas como pau a pique, que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais com vigas horizontais, que depois são preenchidas com barro. Esse tipo de reflexão é importante porque acaba por trazer novas modalidades de construção adquiridas em ambientes tidos como “urbanos”, mas que de alguma forma coadunam com práticas tradicionais e que buscam uma (re) conexão com antigos modos de produzir moradias.

Por isso, ao fazer a transição para o campo os neorrurais, principalmente os que não tem o suficiente para viver de renda, precisam buscar possibilidades de encontrar autonomia no campo. São essas soluções que Clarice, Joaquim e outros muitos novos-rurais oferecem nas redes. Com as facilidades oferecidas pela internet e o próprio conhecimento adquirido em cursos ou mesmo em trabalhos acadêmicos, alguns já estão se especializando em ensinar, inclusive a camponeses-raiz, a tirar um melhor proveito financeiro da vida rural. O carro-chefe inicial do projeto Cura é esse: compartilhar soluções de autonomia.

Em um dos posts em vídeo do feed do *Instagram*, Clarice apresenta cinco opções de renda no campo; vender produtos in natura (hortaliças, frutas, sementes, mudas etc.), vender produtos beneficiados (geleias, tapiocas, móveis em madeira local, artesanato, cosméticos naturais, óleos essenciais, chás), oferecer serviços

presenciais (pousada, camping, visitas pagas, turismo ecológico, visitas escolares, terapias, espaço pra eventos, imersões e cursos) além do trabalho à distância que, com a ampliação do sinal no meio rural, se tornou bastante viável para novos rurais.

Em lives, também trouxeram pessoas para compartilhar experiências vividas no campo, outros novos-rurais como Edson, que falou sobre as oportunidades de trabalho disponíveis, e, principalmente, como sobreviver sem passar muito aperto no espaço rural. Em um dos trechos da transmissão ele diz,

A gente parte do pressuposto que quem está vindo pra cá não tem nenhuma familiaridade com questões do campo ...eu juntei com um parceiro local que é um cara da roça, que sabe tudo sobre plantio, operação de trator, elétrica, cuidado com poço, ele sabe tudo e nós fizemos uma parceria. Eu dava uma parte do curso, tinha um cara que dava outra parte de marcenaria ligada a questão rural e ele falava sobre os rudimentos de roça. Então a gente ensinava a encabar enxada, afiar enxada, a operar motosserra, ensinava a fazer buraco...habilidades que são totalmente indispensáveis para o cotidiano das pessoas. (Trecho de fala de Edson em live realizada pelo projeto Cura)

Edson decidiu elaborar o curso porque ele mesmo passou por vários sufocos e teve gastos extras com equipamentos por não saber usá-los da maneira correta. Assim ocorreu também com outros conhecidos que chegaram a jogar enxada fora quando ela perdia o fio. Tudo porque ninguém nunca falou pra ele que era possível afiar a enxada. Ele passou a oferecer esse curso por considerar que ele seria uma espécie de “guia de sobrevivência no campo”, etapa a ser aprendida antes de adquirir qualquer outro conhecimento nos muitos cursos oferecidos no sítio dele como agroecologia, bioconstrução, permacultura, saúde integral e cultura popular, que envolve a realização de eventos.

Percebeu que o que mais consome dinheiro de quem vive na cidade é o lazer e a sociabilidade e, quando decidiram fazer a transição para o campo, acharam que também teria que ser autônomo na produção de cultura na propriedade, o que envolve a realização de oficinas como fitoterapia, danças, cosméticos naturais etc., festas juninas, de carnaval e outras abertas a comunidade. Tudo feito em parceria aproveitando o conhecimento tradicional do campestre, com outros novos rurais que ampliam o alcance usando a plataforma do sítio. Seguindo o mesmo exemplo, Clarice aproveita o momento longe das redes para gestar projetos que possam realizar também em parceria com profissionais de outras especialidades.

Essa, aliás, é uma outra dica que Edson deu nessa live, a de reconhecer as

próprias potencialidades para oferecer cursos do que realmente domina e terceirizar o que tem apenas um conhecimento parcial. Por exemplo, um parceiro com expertise em comunicação, que tem a intenção de viver no campo, mas ainda não fez a transição, passou a cuidar das tarefas de marketing digital do sítio. Trabalho que sempre tomou muitas horas de Clarice. A parceria deu tão certo que esse amigo de Edson a partir dos contatos feitos no sítio na área de sustentabilidade, decidiu largar os clientes urbanos e ficar só na divulgação dos trabalhos desses novos-rurais.

5.1.4 ANÁLISE DE DISCUSSÕES

Assim como a própria experiência do campesinato é diversa e fluida, o mesmo acontece com o processo de fixação no campo desse novo camponês, que chega trazendo um conhecimento diferente para construção de espaços alternativos de produção no campo que podem, inclusive, dar mais visibilidade aos agricultores. No entanto, o processo de produção de novas subjetividades também traz desafios no sentido de que podem erguer barreiras ou maneiras de distinção social no campo para os que usam, ou preferem não usar as novas ferramentas e termos agroecológicos. Na tentativa de fugir do sistema, podem acabar originando novas estratégias de poder e dominação.

Como ainda é mais difícil ganhar dinheiro no espaço rural, as pessoas que conseguem fazer uma poupança antes da transição enfrentam menos dificuldades. E, principalmente, se livram do medo, que é o principal dificultador do processo. Além da poupança, Clarice e Joaquim também contaram com doações de pessoas a partir de um financiamento coletivo que anunciaram no *Instagram*. “Transição não é ruptura, é processo”, como disse Edson, na *live* do *Instagram* do projeto Cura da qual participou.

E, para que esse processo de ruralização seja bem-sucedido, além de conseguir a autonomia no fazer, também há uma possibilidade de encontrar maneiras de viver com menos dinheiro estabelecendo relações de troca. E essas trocas podem ser feitas a partir de formação de redes consistentes, conhecendo pessoas, fazendo visitas e trabalhos voluntários. Pode-se dizer que é através dessas redes que os negócios têm prosperado na zona rural. Redes entendidas como formas de interação social entre indivíduos que compartilham experiências comuns e

pertencem a um mesmo universo (ABRAMOVAY et al., 2005), no caso desse estudo, entendido como o ambiente rural e virtual. Ainda na live com o convidado Edson ele faz a reflexão de que,

Redes só se faz com confiança. Tem que sentar-se, tomar cafezinho. Não é como pessoal do setor corporativo fala: networking. Networking é uma rede muito de interesse só. Quando a gente fala rede, é uma rede de confiança e de compartilhar o seu destino com outras pessoas. Hoje eu sei que o que acontecer com o projeto Cura vai acontecer com o meu sítio. Que os nossos destinos estão entrelaçados, ligados. Isso é o estabelecimento de uma rede de verdade. Uma rede que gera solidariedade e comprometimento com o outro. Isso não tem preço. Depende de tempo e da sua disponibilidade de produzir essas redes (Trecho de fala de Edson em live do projeto Cura).

Essas redes, mesmo no campo, cada vez mais tem sido formadas a partir das conexões digitais realizadas através das redes sociais. Sobre o que Manovich reflete:

Os “trabalhadores do conhecimento”, os “analistas simbólicos”, as “indústrias criativas” e as “indústrias de serviço” – todos esses jogadores fundamentais da economia na sociedade da informação - não podem existir sem o software (MANOVICH, 2008, p.4).

E, nesse sentido Clarice e Joaquim discutem em podcast as possibilidades de educação não convencional e o fato de no campo ainda estar muito arraigado o pensamento de que para ser alguém o indivíduo precisa receber um tipo de conhecimento formal.

A gente tem que entender que quando a gente diz “estude para ser alguém”, quando a gente vai para a faculdade estudar e a maioria esmagadora da população brasileira não tem acesso à faculdade e ainda mais faculdade de qualidade, a gente está falando de servir a um mercado de trabalho que também é colonizado que é capitalista e que existe para mastigar e cuspir pessoas. Pra isso que é criado o nosso mercado de trabalho. E nossa formação profissional é desenhada nos moldes que sirva a esse mercado de trabalho e a gente está falando; “estude para ser alguém”. (...) Eu não tinha me dado conta do grande privilégio que é você se considerar um sujeito, ainda mais um sujeito político. Antes de ser um sujeito político você tem que se reconhecer como sujeito. Eu sou uma pessoa, eu existo e não apenas sobrevivo. A minha voz merece ser escutada. Tem valor a minha experiência no mundo para além dessa experiência servir a um sistema, para além dessa experiência servir a determinados modelos, tem valor a minha existência por si (Fala de Clarice em podcast de 18 de setembro de 2020).

Essas reflexões nortearam o interesse deles pela permacultura e por vivências em comunidades rurais que aos poucos foi se ampliando para uma

consciência mais ampla em relação a necessidade de um respeito para com todas as pessoas e formas de vida e para com o meio ambiente, o que acaba por gerar uma relação diferente com o plantio, com a terra e com os animais. Deixa de existir uma hierarquia entre humanos e não humanos. Tudo passa a ser visto como vida.

Para abordar esse campo que abrange o movimento da agroecologia recorre-se aos estudos de Sergio Schneider (2009) que traz um debate atualizado sobre rural não mais focado exclusivamente nas famílias rurais e no seu papel na estrutura agrária, debate que foi importante no processo de desenvolvimento do capitalismo²⁸. Agora o foco estaria no espaço e no ambiente social que reúnem, entre outras dimensões, a natureza, as famílias rurais e as paisagens.

Além disso, buscaria compreender as relações que se estabelecem na atualidade entre a sociedade e o espaço. Nesse sentido, o autor cita a emergência das unidades familiares pluriativas, (SCHNEIDER, 2009) isto é, quando um ou mais membros da família residente no meio rural se dedicam a atividades não-agrícolas, a pluriatividade seria, portanto, a combinação de duas ou mais atividades com a agrícola. A pluriatividade já é uma realidade no meio rural, onde agricultores e suas famílias costumam desempenhar os rotineiros papéis de administração da propriedade aliado ao trabalho com animais e cultivo de alimentos com outras tarefas fora da propriedade que incluem, entre outras atividades, a comercialização e transporte de produtos.

Clarice e Joaquim, se enquadrariam ou pretendem se enquadrar nesse guarda-chuva das neorruralidades, isto é, desempenham múltiplas tarefas mesclando atividades agrícolas e não agrícolas para subsistirem e se afirmarem como membros do corpo social campesino. Embora com a ressalva de que eles reúnem características diversas dos agricultores familiares tradicionais analisados em boa parte das pesquisas relativas ao tema, sobretudo a de Schneider.

Nesse sentido Clarice faz uma crítica ao desequilíbrio social no campo ao dizer em live realizada no Instagram,

Quantas famílias de classe média vocês conhecem que vivem de agricultura? Não estou falando de agroindústria. Não estou falando de famílias que conseguem fazer beneficiamento. Estou falando de quem produz hortaliça. Quantas famílias de fato você conhece que são de classe média? Porque a real é que é muito difícil você viver de agricultura familiar nesse país e é difícil porque quando você compra um orgânico caro você

²⁸ Autores Veiga (1991), Abramovay (1992) trazem uma perspectiva histórica da presença da agricultura familiar no ocidente.

provavelmente está pagando esse valor para intermediários, não está pagando pra família agricultora. Justiça social que é um ponto muito importante porque não basta a gente valorizar a agricultura familiar dizendo olha que massa agricultores, sigam adiante. A gente precisa de fato que essas relações de trabalho sejam justas, que o que se paga pelos produtos da agricultura familiar sejam valores justos porque 70% da comida que tá na nossa mesa vem da agricultura familiar. O agronegócio em sua maior parte planta para exportar, planta pra dar comida para animais. Não planta para dar comida a humanos. A gente precisa dessa justiça social que garanta uma vida digna no campo (trecho de fala de Clarice).

Essa preocupação com a alimentação e o direito de definirem as próprias estratégias de produção e em construir múltiplos saberes estava presente nas colocações feitas por neorrurais e aspirantes a novos rurais que acompanhamos nas redes durante a pesquisa.

Essas preocupações ficaram mais exacerbadas na medida em que houve uma demora na produção, aprovação e aplicação das vacinas contra a Covid-19 e a ameaça da falta de alimentos e de serviços essenciais ocorrida, por exemplo, por ocasião da greve dos caminhoneiros, alertaram para o risco real à soberania alimentar e, em última instância, à sobrevivência humana e para necessidade de uma mudança.

A mudança de uma visão antropocêntrica do mundo para o ecocentrismo, envolve respeito pelo mundo natural, pelas diferentes culturas e, principalmente, cuidado. Tanto Maria Puig de la Bellacasa (2012) quanto Donna Haraway (2000) afirmam que não é possível a separação dos modos com que se faz ciência dos efeitos que esses modos produzem no mundo. As autoras defendem a importância do cuidado, não pensando nele de uma forma moral, mas a partir de movimentos concretos.

E, dentro da proposta de criação de novas práticas sociais e subjetividades por meio da Ecosofia, Guattari coloca:

Não seria exagero enfatizar que a tomada de consciência ecológica futura não deverá se contentar com a preocupação com os fatores ambientais, mas deverá também ter como objeto devastações ambientais no campo social e no domínio mental. Sem transformações das mentalidades e dos hábitos coletivos haverá apenas medidas ilusórias relativas ao meio material (GUATTARI, 2006, p. 173).

Se o capitalismo é fundamentalmente uma máquina de subjetividades, que outra economia poderia gerar novas subjetividades em larga escala? Há quem acredite numa economia multicolorida, que entenda os limites planetários e englobe

as diferentes vozes e economias. Verde, azul, branca e todas as outras cores que surgirem em prol da evolução não só da própria economia, mas da sociedade como um todo. Uma economia emancipada, distributiva e regenerativa por definição (RAWORTH, 2019) com uma dinâmica voltada para fazer circular o valor, em vez de concentrá-lo nas mãos de uma parcela ínfima da população. Uma economia que promova prosperidade, crescimento justo e esteja conectada à natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral dessa dissertação foi investigar as subjetividades produzidas pelos chamados “neorrurais” a partir do uso que fazem das redes sociais no sentido de compreender se há influência do meio digital na produção de novos modos de ser camponeses.

Dessa forma, procurou-se primeiramente traçar o contexto do processo de urbanização desenvolvido após o processo de industrialização para uma melhor compreensão da forma como o campesinato foi afetado pelas relações capitalistas que se desenvolveram dentro de uma configuração societária impermanente. Nessa perspectiva observou-se também as contradições impostas pelo capitalismo e as crises desencadeadas pela relação global e local tanto no meio urbano quanto no meio rural.

Detectou-se que o consumo, as relações sociais mediadas pelo capital e aceleração do uso das tecnologias fizeram com que o meio rural assumisse atividades diferentes das tradicionais provocando, assim, a emergência de novos atores sociais, os neorrurais que, com conhecimentos adquiridos na cidade, tentam combater as vulnerabilidades do campo e borrar as fronteiras ainda existentes entre o rural e o urbano. A partir da transição para o campo do casal neorural de classe média idealizador do projeto Cura, objeto desse estudo, e das relações sociais estabelecidas pelos dois através das redes sociais, buscou-se compreender os discursos que estão sendo produzidos e o impacto deles na produção de subjetividades.

Por fim, argumentos teóricos propostos por autores como Bauman, Deleuze e Guattari fundamentam algumas das discussões presentes na ruralidade contemporânea e fazem emergir a proposta ecosófica de reflexão de Guattari acerca do meio-ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana. Utilizando o conjunto de técnicas da metodologia proposta, esse estudo buscou trazer também reflexões psicossociológicas sobre o urbano e o rural. Ademais, através do aporte teórico de autores que têm uma longa tradição de estudos sobre o campesinato como Carneiro (1997), Martins (1981), Giuliani (1990) e Shanin (1979), verificou-se que o modo de vida camponês continua presente a despeito dos impactos econômicos, políticos e sociais que acompanharam a expansão do capitalismo e prometiam fazer com que a classe sucumbisse.

No entanto, assim como em outros tempos, o campesinato continua vivo e em movimento sendo caracterizado por uma classe diversa e mutante sujeita às transformações do espaço e do tempo. Assim como os camponeses diferem de uma sociedade para outra, embora reúnam características específicas e semelhantes, o mesmo pode ser dito em relação aos novos rurais que, aos poucos vão firmando raízes no campo e reconfigurando a paisagem rural com novas tradições e valores trazidos das cidades.

Clarice e Joaquim vivenciam insatisfações e desconfortos relacionados à vida metropolitana e, na transição para o campo, foram em busca de vivências que oferecessem a possibilidade de escaparem do “sistema” através de uma conexão maior com a natureza. No entanto, a partir dos dados coletados na pesquisa, verificou-se que alguns hábitos como o de circular diariamente pelas redes sociais foram mantidos apesar da mudança para o ambiente rural. Nas redes eles buscam encontrar um local de sociabilidade, soluções para conflitos existenciais e, também, se estabelecerem economicamente.

Por ter suas atividades de trabalho mediadas pelas plataformas digitais, Clarice enfrentou dificuldades relacionadas às limitações impostas pela linguagem sendo por mais de uma vez compelida a suspender as postagens do projeto no *Instagram*, o que evidenciou conflitos relacionados às noções de individual e coletivo e, também, em relação à exposição da intimidade nas redes.

As análises mostraram que através das postagens nas mídias sociais, ainda que de forma inconsciente, uma estilização do rural é incentivada, o que contribui para a formação de identidades prêt-à-porter e um modo de ser verde criado a partir de demandas e desejos alimentados por um mercado de consumo cada vez mais aquecido pelas investidas dos novos rurais de classe média. De uma certa forma, ao oferecerem serviços associados a uma identidade ecologicamente correta que conduziria ao bem-estar e à felicidade no campo, alguns neorrurais com capital social e intelectual altos, contribuem para a estilização do rural e conseqüente para “produtilização” da natureza.

Portanto, os neorrurais estariam se valendo de uma posição de privilégio para trazer novas nomenclaturas e conhecimentos que já faziam parte da vida do camponês e estão sendo ressignificados com uma conotação de novidade no rural para, assim, serem mercantilizados. Além disso também tentam, ainda que de forma subliminar, mudar algumas formas de pensamento arraigadas na população rural.

Assim, acabam por estabelecer uma relação de dominação por meio do conhecimento e, mesmo que de forma inconsciente, contribuem para sedimentar novas hierarquias no meio rural, promover a gentrificação de espaços através da espetacularização da vida interiorana e, também, exercer uma espécie de colonialidade do poder.

Na contemporaneidade, a partir de análises sistêmicas de longa duração feitas por estudiosos do campesinato consultados durante esse estudo, o camponês continua sendo vítima de violência de todos os tipos; seja ela advinda da ação ou omissão do Estado brasileiro, dos grandes proprietários rurais ou mesmo da violência simbólica, que dá legitimidade ao discurso dominante que ainda atribui ao nativo rural um sentido pejorativo.

Assim, a partir da inferiorização do camponês, resultam violências físicas e psicológicas que possibilitam o exercício da dominação e fazem com que o êxodo rural ainda seja uma realidade muito presente entre as famílias camponesas, enquanto o movimento de êxodo urbano de tão incipiente nem possa ser caracterizado como tal. Nesse sentido, a promessa de “sair do sistema” continua sendo uma ilusão para a grande maioria da população que, sem acesso à terra, se vê diante da impossibilidade de realizar qualquer tipo de transição de vida e se alimenta de fantasias em relação ao rural para escapar das agrugas da hegemonia dos valores do capitalismo mundial integrado. Para o camponês de baixa renda, resta a submissão aos baixos salários pagos pelo agronegócio, as extensas jornadas de trabalho para adquirir a posse da terra ou a expropriação, ainda que remunerada.

Clarice e Joaquim demonstraram em postagens recusar o rótulo de neorrurais, já que nunca foram rotulados como neourbanos. Também relataram em live um certo incômodo com as acusações de estarem fechados em uma “bolha verde” na medida em que trabalham para estar conectados a várias outras “bolhas” e contribuem para acabar com o estigma de caipira e atrasado, antes associado ao camponês, e promover uma transformação da visão do rural. No entanto, na medida em que introduzem nas comunidades ecologismos que vão de encontro a saberes tradicionais e tentam combater o machismo estrutural, que faz parte das ruralidades em todo o Brasil, correm o risco de serem segregados no novo espaço.

O casal cuja trajetória observamos por mais de um ano através das redes e os voluntários e convidados que participaram de *podcasts* e *lives* no *Instagram*,

tiveram suas vidas transformadas ao longo desse tempo. Atraídos pela possibilidade de uma cura emocional no campo, sofreram na pele as decepções relacionadas as facilidades “vendidas” por outros novos rurais em relação a construção da casa própria e a adaptação ao modo de vida camponês. Eles ainda são vistos como “estrangeiros” em terra própria, mas persistem na busca por uma vida coerente com seus valores e que aponte para um caminho coletivo tentando, na medida do possível, não se isolarem nas bordas do sistema.

Para evitar a criação de mais uma “bolha verde” no ambiente rural, até as estratégias de marketing digital amplamente utilizadas foram revistas no período de “jejum de redes sociais”. Tudo para que eles mesmos, ao tentarem produzir um modo de ser verde, não sejam consumidos por uma modelagem regulada pelo Capitalismo Rizomático que produz identidades voltadas para o consumo como estratégia de pertencimento psicossocial pautada na ordem socioespacial hegemônica.

Em contrapartida, evidenciou-se que o casal está cada vez mais liberto da compulsão pelo “ter” e, através das experiências cotidianas tenta criar táticas de resistência à lógica da Sociedade de Consumo e à necessidade de autoafirmação através da visibilidade. Aliás, resistência é uma palavra que define bem o casal que enfrenta as intempéries do sertão baiano e de um sistema que consideram excludente buscando a partir da própria experiência exercer um ciberativismo nas redes sociais. Tentando encontrar um novo ritmo para essas conexões, continuam determinados a exercer o papel político de divulgadores dos movimentos da permacultura e da agroecologia e, também, de um estilo de vida aberto ao cuidado consigo, com o outro e com a natureza, que consideram elementos fundamentais à manutenção da vida e de relações sociais não reguladas por interesses econômicos.

Por fim, a partir da discussão estabelecida, espera-se que novos estudos ampliem os conhecimentos a respeito do “mundo rural” e das subjetividades que estão sendo produzidas a partir do processo de modernização, da pluriatividade no campo e, também, da participação dos neorrurais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs; Unicamp: Hucitec, 1992

ACIOLI, Sonia. **Redes sociais e Teoria social: revendo os fundamentos do conceito**. I N F. I N F., Londrina, v. 12, n., p.1-12, jan. 2007.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **As relações campo cidade no Brasil do século XXI**. Terra Livre. n. 21, 2º sem, p.25-39, 2003.

_____. **Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 1997.

_____. O que há de novo no rural brasileiro? In: Geografia, política e cidadania. **Revista Terra Livre**, n.15, 2000.

_____. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. In: O futuro das regiões rurais. 1.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ARASAKI, Paula Hidemi Kaneoya. **O Uso de Mídia Social Corporativa para Inteligência Colaborativa: Um Estudo de Caso**. Dissertação, 2016.

AP Silva, CR Barros, MLM Nogueira. **Conte-me sua história: reflexões sobre o método história de vida....** - Mosaico: estudos em Psicologia, vol. I, n. 1, p.25-35, 2007 - periodicos.ufmg.br

AUGÉ, M. **Pour une anthropologie de la mobilité**. Paris: Editions Payot & Rivages. 2009.

BAKHTIN, Mikhail. (Voloshinov). **Marxismo e filosofia da Linguagem**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BARASSI, Veronica. **Ethnographic Cartographies: Social Movements, Alternative Media and the Spaces of Network**. **Social Movement Studies**, 12, 1, 48-62, 2013.

Bauer, M. W., & Gaskell, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BELLACASA, M. P. **Nothing Comes without Its World: Thinking with Care** (A. Muniz, Trad.), 2012. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-954X.2012.02070.x>

BITTENCOUT, R; TAVARES, F. Do Ser Humano ao “ter humano”: um ensaio sobre a psicossociologia do consumo na perspectiva da Sociedade de Controle e da Modernidade líquida. **Revista Espaço Acadêmico**, n.210, novembro de 2018.

BOUDIEU, Pierre. A metamorfose dos gostos. In: **Questões de sociologia**, p. 127-135. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BORGES, Augusto. **Introdução à permacultura por Bill Mollison**. Panfleto I da Série Curso de Design em Permacultura. Yankee Permaculture, EUA. Editado a partir das transcrições do Curso de Design em Permacultura The Rural Education Center, Wilton NH USA, 1981.

BRADLEY, A. J.; MCDONALD, M. P. **Mídias sociais na organização: como liderar implementando mídias sociais e maximizar os valores de seus clientes e funcionários**. São Paulo: MBooks, 2013.

BRAGA, Geraldo Magela; KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). **Comunicação rural: discurso e prática**. Viçosa: Ed; UFV, 1993.

BREAKWELL, G.M. Integrating paradigms, methodological implications. In G. M. Breakwell, & D. V. Canter (Eds.), **Empirical Approaches to Social Representations** (pp. 180-201). London: Clarendon Press-Oxford, 1993.

BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **Revista Perspectiva**, Fundação Seade, jan. 2006.

BRU, O; VICENTE, O. **Que produce miedo em la ciudad?** In: La ciudad y el miedo. VII Coloquio de Geografía Urbana. p. 15-28. Barcelona: Universitat de Girona, Publicaciones, 2005.

CAMPOS, F. A. **Trabalho e consciência de classe: a história de Dona Antônia e Dona Maria na luta pela terra**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, FAFICH-UFMG, 2004.

CANCLINI, Néstor. **Diferentes, desiguais e desconectados: Mapas da interculturalidade**. 3ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. **Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização**. 8 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

CARRANO, Paulo C. R. Juventudes: as identidades são múltiplas. Movimento: **Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense**, v.1,

nº1, Rio de Janeiro, 2000.

CARNEIRO, Maria José. **Agricultores Territorial do Brasil: o território colonial Familiares e Pluriatividade: tipologias e brasileiro no “longo” século XVI.** São Paulo: políticas. In: Mundo Rural e Tempo Presente, p. 431. Rio de Janeiro: Hucitec, 2000.

_____. **Ruralidade: novas identidades em construção.** Texto publicado integralmente nos Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, Natal, agosto, 1997.

CASTELLS, Manuel. **Communication power.** New York: Oxford University Press, 2009.

_____. **A Sociedade em rede.** V.1 A Era da Informação: Economia, sociedade e Cultura, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAZELOTO, Edilson. A monocultura informática. **Revista Significação.** N. 29. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. **Inclusão Digital:** uma visão crítica. São Paulo: SENAC, 2008a.

_____. **Vínculos abstratos:** a construção de um imaginário capitalista. XX Encontro anual da COMPÓS. Porto Alegre: 2011

CHANLAT, J.F. **O indivíduo na organização:** dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996.

CHAYANOV, Alexander Vasilevich. **La organización de la unidad econômica campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia;** o discurso competente e outras falas. *São Paulo; Cortez;* 5 ed; p.1990. 309, 2005.

_____. **Apresentação: os trabalhos da memória.** In Bosi, Ecléa, *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos.* São Paulo, EDUSP, 1973.

Costa, A. F. Identidades culturais urbanas em época de globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** 2002, p. 15-31.

COSTA, R. **On a new community concept: social networks, personal communities, collective intelligence.** Interface-Comunic., Saúde, Educ., v.9, n.17, mar/ago 2005, p.235-48.

SÉ, M. **Introducing Social Networks.** London: Sage, 1999.

DESCHAMPS, J-C; MOLINER, P. **A identidade em psicologia social. Dos processos identitários às representações sociais.** Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia, vol I.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

_____. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muniz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. & PARNET, C. **Diálogos.** Trad. Eloísa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998, São Paulo, Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia.** Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.

_____. **Foucault** (C. S. Martins, trad.). São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle.** Conversações. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 219-226.

DIAS, Leila Christina. **Os sentidos da rede: notas para uma discussão.** In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (ORG). Redes, sociedades e territórios. 2.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p. 11 – 28.

ENRIQUEZ, Eugène. **Da horda ao Estado:** Psicanálise do vínculo social. Tradução de Teresa Cristina Carreteiro e Jacyara Nasciutti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983.

ESPINOZA, Baruch. **Ética.** Tradução: Tomaz Tadeu. 2. Ed., 6. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – Do agrário ao territorial,** Tese de doutorado, São Paulo, 2006.

FEATHERSONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo.** São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERNANDES, Alana Miguel Serafini. **O Pronaf na agricultura familiar. Sua criação, distribuição e principais resultados.** TTC de conclusão de disciplina para requisito parcial de título de bacharel em Economia, Porto Alegre, 2013.

FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. **Sociologia – problemas e práticas**, no 9, 1991, p.171-177.

FILHO, Ciro Marcondes. **Até que ponto, de fato, nos comunicamos?** São Paulo: Editora Paulus. 2004.

FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia.** São Paulo: Ática, 2005.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

- _____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramallete. 37.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- FREIRE FILHO, João. Mídia, consumo cultural e estilo de vida na pós-modernidade. **ECO-PÓS** – V.6, n.1, janeiro-julho de 2003.
- GIBBS, G. **Análise de dados**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- _____. **Mundo em Descontrole. O que a Globalização está fazendo por nós**. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2003.
- GIULIANI, M. **Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1990, Vol. 5, N.1
- GUATTARI, F. **Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional**. Aparecida: Ideias e Letras, 2004.
- _____. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. Tradução de Suely Rolnik. 3º edição, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. 12ª Edição, Campinas: Papius Editora, 2009.
- _____. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006.
- _____. **Qué es la ecosofia?** textos presentados y agenciados por Stéphane Nadaud. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2015.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- HAN, B-C. **Bom entretenimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019. p. 7-257
- HAN, B-C. Byung-Chul Han: “Hoje o indivíduo se explora e acredita que isso é realização”. [Entrevista concedida a] Carles Geli. Jornal El País, Barcelona, 7 de fevereiro de 2018.
- HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue. Antropologia do ciborgue**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. <https://docero.com.br/doc/nx505ns>
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo, Ed. Loyola, 2004.

HINE, Christine. **Ethnography for the internet: Embedded, Embodied and Everyday**. Londres: Bloomsbury Academic, 2015.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos Extremos**. São Paulo. Cia. das Letras, 1996.

HORST, Heather; MILLER, Daniel. **Digital Anthropology**. London: Bloomsbury Academic, 2012.

JODELET, D. **Loucuras e Representações Sociais**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2005.

KAUFMAN, Dora. **A inteligência artificial irá suplantar a inteligência humana?** Barueri, São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018.

LATOURETTE, Bruno. **Jamais fomos modernos** (C. I da Costa trad.) Rio de Janeiro, Ed.34. (Originalmente publicado em 1991)

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Language y sociedad**. Trad. castellana de Floreal Mazía. Buenos Aires: Proteo, 1967.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LENIN, Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para grande indústria. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

LIMA, Anna Luíza de Faria. **Escravidão Contemporânea na zona rural brasileira: um reflexo de 300 anos de escravidão**. Trabalho de conclusão de curso. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOPES, F. T. **Entre o prazer e o sofrimento: histórias de vida, droga e trabalho**. 2015. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MACHADO, Mônica. **A teoria da antropologia digital para as humanidades digitais**, Z Cultural Revista do Programa Avançado de cultura contemporânea, 2017, disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufjf.br/a-teoria-da-antropologia-digital-para-as-humanidades-digitais/>

MAFFESOLI, Michel. **A Transfiguração do Político**. A tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 1997.

_____. **No fundo das aparências**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Perspectivas tribais ou a mudança de paradigma social. **Revista Famecos – mídia, cultura e tecnologia**, n. 23, Porto Alegre, 2004.

_____. **O Tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. Tribalismo Pós-Moderno: da identidade às identificações. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, vol. 43, nº 01, 2007.

MANOVICH, Lev. **Software Takes Command**, 2008. Disponível em: www.softwarestudies.com/softbook.

MAHEIRIE, Kátia. **Agemor no mundo: um estudo psicossocial da identidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil**: um renovado desafio à reflexão teórica. In: Paulino, Eliane Tomiasi; Fabrini, João Edmilson, organizadores. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 49-78.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

_____. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política** (livro III, v. 3, t.2). São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 317-318.

_____. **O 18 brumário de Luis Bonaparte e Cartas a Kugelmann**. 6a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MORAES, MD e VILELA, SL. Trilhas de um debate contemporâneo: rurallidades, campesinato, novo nominalismo, **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 1, art. 4, pp. 59-85, jan./mar. 2013

MORIN, Edgar. **A noção de sujeito**. Em D. F. Schnitman (Org.), **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. **O Método 3: O conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MOREIRA, Roberto José. 36º Encontro Anual da ANPOCS GT. 20 - **Metamorfoses do rural contemporâneo por uma abordagem complexa das identidades rurais da atualidade**

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

NASCIUTTI, Jacyara. **Reflexões sobre o espaço da psicossociologia**. Série Documenta Ano V n7. Rio de Janeiro: UFRJ/IP/EICOS, 1996.

OLIVEIRA, Ariolando Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Dossiê Desenvolvimento Rural** • Estud. av. 15 (43). dez 2001.
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>

ORLANDI, E. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PACHECO, C.A. **Fragmentação da nação**. Campinas: Instituto de Economia-UNICAMP, 1998.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PELBART, Peter Pál. **Biopolítica**. Sala Preta, n.7, 2007, p.57-65.

PORTILHO, F. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 1-12, 2005.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, LAGO, Luciana Corrêa do. A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrôpole**, N.5

Robinson, J et all. **Defining a sustainable society, values, principles and definitions**, in Alternatives: perspectives, technology and environment, vol 17, 1990. p.2

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.

_____. **Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização**. Disponível em:
<https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Toxicoidentid.pdf>

_____. **Subjetividade Antropofágica**. Disponível em:
<https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Subjantropof.pdf>

_____. **Esquizoanálise e Antropofagia**. In ALLIEZ, E. (org), Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo, Editora 34, p. 451-462.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Conflito no feminino: trajetórias políticas de mulheres no campo**. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1995.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2006 [1996].

_____. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2009a [1990].

_____. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1994.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006 [2001]

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo, Hucitec, 1988.

SANTOS, Rita de Cássia S. **A armadilha da visibilidade: o blog como atualização dos mecanismos de controle**. Anais do III ENPOLE – Encontro da Pós-Graduação em Letras. ISSN 2176-4956. São Cristóvão-Sergipe 2010, p. 1661-1674.

SAWAIA, Bader B. A temporalidade do “agora cotidiano” na análise da identidade territorial. **Revista Margem**. N.5, 81-95 dez, 1996.

_____. **Afectividad y temporalidade em el cuerpo teórico-metodológico de la psicología social**. Trabalho apresentado no VII Encontro da AVEPSO, Venezuela-Coro, 1997.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SHANIN, Teodor. **El campesinato como factor político**. em Shanin, Teodor, organizador. Campesinos y sociedades campesinas. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____. **Lições camponesas**. in Paulino, Eliane Tomiasi; Fabrini, João Edmilson, organizadores. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SIBILIA, P. **O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002

_____. A escola no mundo interconectado: Redes em vez de muros? Ano 5-n.2 São Paulo: **Matrizes**, 2012, jan/jun p. 195-211.

SILVA, Ângelo. **Sociologia urbana**. Curitiba: IESDE, 2009.

SILVA, Marizete Andrade. Lenin e a desintegração do campesinato russo. Salvador:

Germinal- **Marxismo e Educação em debate**. V. 12, p.3111-321, 2020.

SIMMEL, Georg. **“A metrópole e a vida mental”**. In. Velho, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973 (1903).

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: HUCITEC, 1973.

SOUZA, Antônio Miguel Lopes. **Para os estudos e práticas urbanas, um olhar sobre Max Weber**. Ponto e vírgula. São Paulo, 2010, n.º 07, p. 109-126.

TAVARES, F.; IRVING, M. Consumo verde no Brasil: uma investigação psicossocial e rizomática. **Revista Comum da OHAEC**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 24, p. 79-96, 2005.

TAVARES, F., IRVING, M. & VARGAS, R. O “Ter Humano” e os “Kits de Subjetividade”: uma Perspectiva Psicossociológica. **Revista Conexões Psi**, v. 2, n. 1, p.109-127, 2014.

TAVARES, F. O consumo na pós-modernidade: uma perspectiva psicossociológica. **Revista Comum da OHAEC**, v. 9, n.22, p.122-143, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”**. Em: Thompson, Edward Palmer. **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Ed. Atlas S.A, 1987.

VAN DIJCK, Jose. **Mediated memories in the digital age**. Stanford University Press, 2007.

_____. **The culture of connectivity**. A critical history of social media. Oxford, Oxford University Press, 2013.

VAZ, D.S.S.; BENNEMANN, R.M. Comportamento alimentar e hábito alimentar: uma revisão. **Revista Uningá Review** [S.l.], v.20, n.1, jan.2018. ISSN 2178-2571. Disponível em: <https://revista.uninga.br/uningareviews/article/view/1557>

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VELHO, Gilberto. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8. n 16, 1995, p.227-234.

VELHO, Otávio Guilherme. **O Fenômeno urbano**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

VERNANT, J-Pierre. **O indivíduo na cidade**. Em P. Veyne & JP. Vernant & L. Dumont & P. Ricoeur & F. Dolto & F. Varela & G. Percheron. **Indivíduo e poder** (I. D.

Braga, Trad., pp. 25-44), Lisboa: Edições 70. (Originalmente publicado em 1987), 1988.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Uma categoria rural esquecida; os desafios permanentes da sociologia rural brasileira**. V Jornada de Ciências Sociais Maria Isaura Pereira de Queiroz. Marília, UNESP. 1994.

_____. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro**. IN: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude Rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 21-34.

WASSERMAN, S. e FAUST, K. **Social Network Analysis. Methods and Applications**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1994.

WENGER, E. **Communities of practice: Learning, meaning and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WOORTMANN, Ellen F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Orgs.) **O Campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção social**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**. Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.